

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALBERTO MAGNO MOREIRA MARTINS

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da
Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense**

São Luís
2016

ALBERTO MAGNO MOREIRA MARTINS

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da
Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação - Mestrado, da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA, como requisito final para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes

São Luís
2016

Martins, Alberto Magno Moreira

Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos planos de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias no ensino médio maranhense / Alberto Magno Moreira Martins . – São Luis, 2016.

189

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iran de Maria Leitão Nunes

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2016.

1. Educação – Diversidade sexual 2. Educação inclusiva – Gênero 3. Orientação sexual I. Título.

CDU 37.062

ALBERTO MAGNO MOREIRA MARTINS

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da
Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação - Mestrado, da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA, como requisito final para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Iran de Maria Leitão Nunes (Orientadora)
Doutora em Educação - UFRN
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a. Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
Doutora em Políticas Públicas - UFMA
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a. Francisca das Chagas Silva Lima
Doutora em Educação - UFCE
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a. Diomar das Graças Motta
Doutora em Educação - UFF
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

A Francisco das Chagas Reis Martins, meu pai (*in memoriam*), e a Clemencia Moreira Martins, minha mãe (*in memoriam*), por terem despendido forças, para ensinar-me valores importantes a formação do meu caráter.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Olorum (Deus) em seguida a meu pai Ogum e minha mãe Iemanjá, por sua infinita bondade e por terem me dado caminho.

A minha família biológica: A meu pai Francisco (*in memoriam*) e a minha mãe Clemencia (*in memoriam*), agradeço por terem investido em meu processo educativo.

Aos meus irmãos: Benedito, Francisco, Cléce, Milton e aos meus sobrinhos e minhas sobrinhas.

A Maricélia, minha prima querida e aos sobrinhos Lyna Kátia e Lucas Araújo.

A minha família Espiritual do Terreiro de Iemanjá (irmãos e sobrinhos de santo) de modo especial à madrinha Raimunda Oliveira.

A todos os amigos e amigas que acreditaram em mim, pelo incentivo na caminhada rumo ao mestrado, de modo especial: Acildo Leite, Cristina Araújo, Rosenverck Estrela, Valdenice Prazeres, pelos ensinamentos e discussões sobre o meu objeto de estudo.

Um agradecimento muito especial à Prof^a. Dr^a Iran de Maria Leitão Nunes, pela delicada, firme e necessária orientação que muito contribuiu para elaboração dessa dissertação e também pela oportunidade de ampliação de conhecimentos.

Às Professoras Dr^a. Maria de Lourdes Leitão Nunes Rocha e Dr^a Francisca das Chagas Silva Lima, pelo carinho, interesse e disponibilidade de participar da Banca de Qualificação.

Aos companheiros e companheiras de jornada da 15^a turma do mestrado, pela convivência harmoniosa e grande aprendizado.

Aos e as companheiros e companheiras, pela oportunidade de participar das discussões durante as reuniões do Grupo de estudos sobre Mulheres e Relações de Gêneros (GEMGe) em Especial a Prof^a Dr^a Diomar das Graças Motta, pela oportunidade de participar das aulas da disciplina Metodologia da História, que muito contribuíram na minha trajetória e para a escrita desse trabalho, e a querida Prof^a. Dr^a. Raimunda Machado pelo carinho.

À Wagner Marques, pelo apoio, incentivo, cumplicidade e por sempre acreditar em mim e também a nossa filha Nawanna Cristina.

Aos amigos e amigas que trabalham comigo na Comissão Permanente de aplicação do Magistério – COAPEM: Cleber Barros, Elinete Machado, Antonia Maramaldo, Sonia Maciel, Lourença Karoline, Rejane Noronha e Urubatan Neto.

Às amigas Rosana Marinho, Rosyene Cutrim, Emília Seabra, Clênia Santos, Eliene Câmara, Rainilde Campos, Markely Frazão, Jussara Pezzatto, Suziane Muniz, Simone Paiva, Rosane Ferreira, Áurea Prazeres, Wagner Menezes.

Aos amigos e amigas da Supervisão de Inspeção Escolar/SEDUC

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão e todos os Professores, Professoras, funcionários, funcionárias e estagiários/as pela convivência harmoniosa.

Aos/as Funcionários/as do Mestrado em Educação, Jaqueline e Andreia

À Júlio, grande colaborador da xérox do Mestrado.

À Maria Stela Martins Veloso, pela atenção a minha dispensada na biblioteca do Mestrado em educação.

Ao querido amigo Carlos Wellington, pela paciência em normalizar esse trabalho.

Aos amigos e amigas da Secretaria Municipal de Educação, pelo carinho e apoio nesse período, de modo especial: Geraldo Castro, Vilma Bacelar e Jocélia Mendes, Marta Roseane, Ana Cristina Cardoso, Fernanda Caduda, pela amizade, carinho e compreensão nessa empreitada.

À Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, por conceder-me o afastamento das atividades profissionais, sem prejuízo de remuneração, para qualificação profissional em nível de mestrado em respeito ao artigo 51 da lei 9.860 de 1º de julho de 2013.

Enfim a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente desse processo de qualificação profissional.

-

A diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social (inclusive econômica) das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. Inobstante a hierarquia que existe no sistema, os papéis devem ser definidos e trabalhados de forma colaborativa, para que ocorra efetivamente respeito à diversidade, aos princípios democráticos constituídos legalmente (BRASIL, 2008).

RESUMO

Esta pesquisa procurou analisar a abordagem da temática da diversidade sexual, mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Maranhão, tendo como lócus da pesquisa uma escola do Ensino Médio Maranhense, onde foram analisados o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias com foco nos componentes curriculares: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. No percurso metodológico, optamos pela análise qualitativa, mediante pesquisa documental, apoiada na análise de conteúdo, utilizando a unidade de registro tendo por base a realidade de uma escola de referência em São Luís, que permitiram o desdobramento do tema com abordagens acerca da diversidade sexual e inclusão, respeito e valorização da diversidade, políticas educacionais no Brasil e no Maranhão e análise da pesquisa *in loco*, por meio da incursão no Projeto Político Pedagógico e nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Nesse contexto consideramos que a temática analisada é pouco discutida em todas as abordagens, o que consideramos uma contradição quando todas as políticas públicas e a escola em seus instrumentos falam de educação democrática e inclusão social, uma vez que estas apresentam silenciamento e em certos momentos omissões acerca da diversidade sexual, orientação sexual, gênero e inclusão.

Palavras Chave: Educação. Diversidade Sexual. Orientação Sexual. Gênero e Inclusão

ABSTRACT

This research sought to examine the issue of approach to sexual diversity, specifically homosexuality, in the "Human Sciences and their Technologies" Middle Public State of Maranhão Network Education, with the locus of the research school of high school Maranhense where analyzed the Pedagogical political Project and Plans of Humanities Education Area and its focus on technology in curriculum components: Sociology, Philosophy, History and geography. In the methodological approach, we chose the qualitative analysis through desk research, based on content analysis, using the recording unit based on the reality of a reference school in St. Louis, which allowed the issue of scrolling with approaches about sexual diversity and inclusion, respect and appreciation of diversity, educational policies in Brazil and Maranhão and research analysis on the spot through the incursion in the Pedagogical political Project and the Teaching Plans Human Sciences Area and its technologies. In this context, we consider that the issue analyzed is little discussed in all approaches, which we consider a contradiction when all public policies and school on their instruments speak of democratic education and social inclusion, as these present silencing and at times omissions about sexual diversity, sexual orientation, gender and inclusion.

Keywords: Education. Sexual Diversity. Sexual Orientation. Gender and Inclusion

LISTA DE SIGLAS

ANPED	-	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CEE	-	Conselho Estadual de Educação
CNCD/LGBT	-	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CEGEL	-	Centro de Ensino Governador Edison Lobão
CNEDH	-	Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
CONAE	-	Conferência Nacional de Educação
CONEB	-	Conferência Nacional de Educação Básica
DCN	-	Diretrizes Curriculares Nacionais
LBD	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	-	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ODCH	-	Organização dos Direitos e Cidadania de Homossexuais do Maranhão
OEA	-	Organização dos Estados Americanos
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PCN	-	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNDH 3	-	Programa Nacional de Direitos Humanos III
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PNEDH	-	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
SEDUC	-	Secretaria de Estado da Educação
SUPEMDE	-	Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para educação, a Ciência e a Cultura
URE	-	Unidade Regional de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DIVERSIDADE, ORIENTAÇÃO E INCLUSÃO: algumas aproximações inerentes à reflexão	23
2.1	Diversidades	23
2.2	Diversidade e orientação sexual	26
2.3	Homossexualidade	28
2.4	Inclusão	30
3	RESPEITO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL: uma trajetória de luta, avanços e desafios	34
3.1	A trajetória das lutas em defesa da homossexualidade no Brasil e no Maranhão	38
3.2	A discussão sobre a diversidade sexual na Escola	44
4	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIVERSIDADE SEXUAL: no Brasil e no Maranhão	54
4.1	Programa Nacional de Direitos Humanos	54
4.2	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	57
4.3	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT	60
4.4	Plano Nacional de Educação - PNE	62
4.5	Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos	75
4.6	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica	76
4.7	Diretrizes Estaduais da Educação Básica	78
5	ABORDAGEM DA HOMOSSEXUALIDADE NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NOS PLANOS DE ENSINO DA ÁREA DO CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS DA ESCOLA LÓCUS DA PESQUISA	80
5.1	Projeto Político Pedagógico – Concepções	80
5.1.1	Projeto Político Pedagógico da Escola Lócus da Pesquisa	81
5.2	Planos de Ensino da Área do Conhecimento Ciências Humanas e suas Tecnologias da Escola Lócus da Pesquisa	84
5.2.1	Sociologia	85

5.2.2	Filosofia	87
5.2.3	História	88
5.2.4	Geografia	90
5.3	Algumas inquietações sobre os planos	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	117
	ANEXOS	123

1 INTRODUÇÃO

A crescente violência sofrida pelos (as) homossexuais¹ em praticamente todas as esferas da sociedade e a atuação dos movimentos sociais LGBT² têm provocado debates sobre a Homossexualidade e a ampliação das discussões teóricas relativas às relações de gênero nas universidades.

Nessa perspectiva, há uma análise crítica sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, reconfigurando a abordagem de gênero e sexualidade, na busca de compreender a construção social dessas categorias e qual a função da escola nesse processo, haja vista ser a escola o *locus* fundamental para o aprendizado dos padrões de convivência que levem em consideração o respeito à diversidade, de gênero e orientação sexual.

Convém registrar que as discussões sobre a diversidade sexual emergem na década de 1980, no âmbito escolar, com ênfase nas abordagens sobre as questões de gênero e diversidade cultural ganhando destaque em nível internacional e nacional em consequência das críticas aos processos escolares, como formadores e reprodutores das desigualdades sociais. Surge, então, a necessidade do debate sobre as práticas docentes; práticas essas que precisam ser: não homofóbicas, não sexistas, não machistas, mas que possibilitem no âmbito escolar o reconhecimento da diversidade sexual, se contrapondo ao padrão heteronormativo.

E, desde 1996, as temáticas da homossexualidade, da diversidade e da orientação sexual, têm sido contempladas nos documentos oficiais do governo federal, dentre os quais podemos destacar: Programa Nacional de Direitos Humanos; o Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, de 2004; o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, do ano de 2009; os Parâmetros Curriculares Nacionais (DANILIAUSKAS, 2010).

Destacamos também ações elaboradas pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI³,

¹O Grupo Gay da Bahia (GGB) divulga mais um Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT) relativo a 2013. Foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo uma transexual brasileira morta no Reino Unido e um gay morto na Espanha. Um assassinato a cada 28 horas! Um pequeno decréscimo (-7,7%) em relação ao ano passado (338 mortes), mas um aumento de 14,7%. Disponível em: <http://grupogaydabahia.com.br/2015/01/13/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2014/>

²Sigla cada vez mais empregada a partir da metade dos anos 1990 e fortemente ligada às políticas de identidade das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

³Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, criada em julho de 2004, com a sigla SECAD, no ano de 2011, passa a ser Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

voltadas para o debate sobre a homofobia, seus efeitos e suas relações com outros tipos de discriminação, visando fornecer subsídios para formulação de políticas públicas, na área da educação e do reconhecimento da diversidade, bem como promover ações que propiciem aos/as profissionais da educação diretrizes, orientações pedagógicas e instrumentos necessários à consolidação de uma prática educativa de respeito à diversidade e orientação sexual.

Tais ações são fundamentais para o enfrentamento da violência, do preconceito e da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Como parte dessa política pode-se citar as “Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT”, nos anos de 2008 e 2011. No que se refere à Educação, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2008) estabelece, no Eixo Estratégico I - Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização; ações que o Ministério da Educação deve desenvolver no que tange ao combate à discriminação e preconceito contra homossexuais nos livros didáticos, editais públicos, formação de professores (as), práticas pedagógicas, currículo e cursos de pós-graduação, favorecendo às discussões e pesquisas sobre a temática da diversidade sexual na escola (BRASIL, 2011).

Ressalta-se que essas Conferências Nacionais foram precedidas por Conferências Municipais, Regionais e Estaduais nas quais participaram representantes do poder público, entre os quais a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC) e os movimentos sociais organizados com a finalidade de avaliar os documentos da primeira Conferência Nacional e propor diretrizes para implementação de Políticas Públicas ligadas às especificidades do Estado.

No âmbito da discussão da diversidade sexual na escola, se estabelece a perspectiva de gênero preconizados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), formulados pelo MEC para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental no tópico que discute a temática abordando o conceito de gênero:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Como o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem

muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (BRASIL, 1998, p.321).

Igualmente, convém ressaltar a pouca relevância da temática da diversidade sexual na elaboração dos PCNs. Ela aparece apenas na apresentação, do referido documento, na introdução aos Temas Transversais, e é citada somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCNs do 1º ciclo, apenas para enfatizar que esse assunto deverá ser tratado da 5ª série do Ensino Fundamental em diante [...] a ênfase na redução da sexualidade à heterossexualidade e destacar a restrita menção da homossexualidade nos PCNs e o silenciamento da discriminação sofrida pela população LGBT. O que prevalece é a reiteração compulsória da heterossexualidade (LOURO, 2009) e fora os esforços de pioneiras (os) na área, são trabalhos mais recentes os que vão problematizar essa questão, com destaque para a crítica ao processo de invisibilização da população LGBT no cotidiano e na organização escolar (VIANNA, 2012).

Assim, no campo educacional destacadamente no cotidiano escolar é público a existência de vários casos de preconceito e violência contra homossexuais que tem ocorrido nas escolas brasileiras e maranhenses e com isso têm crescido as exigências e intervenções do movimento LGBT no sentido de os governos elaborarem políticas educacionais de inclusão e formação de professores (as) para uma mudança significativa nas práticas pedagógicas dos profissionais que atuam nas escolas visando discutir a temática da homossexualidade no processo de ensino e aprendizagem.

Como fruto desse contexto contraditório de intensificação da violência e, por outro lado, pressão dos movimentos sociais para a inclusão da temática da homossexualidade nas escolas assistiu-se a polêmica sobre o Kit Escola Sem Homofobia⁴ elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e que seria distribuído pelo governo federal no ano de 2010 para as escolas públicas brasileiras, cuja suspensão seu deu em decorrência de pressões políticas dos setores conservadores do congresso nacional reforçando o aspecto heteronormativo⁵ da sociedade brasileira.

Em decorrência do enfrentamento destas situações e de outras naturezas nos diferentes setores socioeconômicos, os/as homossexuais tiveram que superar obstáculos e

⁴O Kit fez parte de um conjunto mais amplo de políticas públicas já mencionadas com o lançamento pelo governo federal, em conjunto com a sociedade civil organizada, do “*Programa Brasil Sem Homofobia*” – Programa de combate a violência e a discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania Homossexual – voltado a formular e a implementar políticas integradas e de caráter nacional de enfrentamento à homofobia.

⁵ Heteronormativo, compreendido como padrão que afirma a primazia da heterossexualidade, se constituindo como a sexualidade-referência, bem como a manutenção dessas posições hierárquicas, não acontece sem investimento contínuo e repetitivo, para garantir o privilégio da heterossexualidade – seu status de normalidade, seu caráter de naturalidade (LOURO, 2009, p.89)

conquistar direitos sociais negados historicamente. Para tanto, organizaram movimentos sociais pela diversidade sexual e reivindicaram políticas públicas por parte dos Governos, que viabilizassem ações concretas no sentido de garantir condições dignas de existência e valorização em seus múltiplos aspectos: cultural, socioeconômicos e estéticos, conforme mencionados anteriormente.

É a partir dessa realidade, que inúmeros debates passaram a ser travados nos diferentes espaços. E com isso as escolas tornaram-se focos essenciais dos movimentos sociais e das políticas públicas visando à constituição de uma prática docente multicultural e inclusiva, por conseguinte não homofóbica.

Portanto, problematizar as diferenças, nos dias atuais, é uma bandeira de luta política. Essa reflexão passa por atitudes de respeito e aceitação de que, em uma sociedade plural, pautada pelo entendimento de que todos têm os mesmos direitos e deveres e que, atitudes de discriminação, devem ser combatidas, sobretudo no ambiente escolar, pois as ideologias discriminatórias naturalizam em nossa sociedade os preconceitos e as desigualdades historicamente construídas.

É nesse quadro que se insere o interesse pela temática da Diversidade Sexual na escola, mais precisamente o tratamento da homossexualidade nas práticas educativas dos (as) professores (as) do Ensino Médio. Emerge, inicialmente, da nossa experiência profissional na Secretaria de Estado da Educação, atuando junto a Superintendência de Modalidades de Diversidades Educacionais - SUPEMDE, na equipe Técnico-Pedagógica de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Orientação Sexual, junto as Unidades Regionais de Educação do Maranhão. A atuação nesta Superintendência tem ocorrido por meio de várias ações, dentre as quais destacamos: ações de formação continuada de profissionais da educação, planejamento pedagógico, avaliação de materiais didáticos, debates com movimentos sociais e discussão de políticas educacionais voltadas para as temáticas nas quais a SUPEMDE deve atuar.

O trabalho na Equipe Técnica mencionada nos possibilitou o contato crescente com as discussões teóricas relativas à temática da diversidade sexual, especificamente a questão da Homossexualidade. É necessário ressaltar, ainda, a nossa vivência e participação, junto ao movimento organizado LGBT por meio da participação em fóruns, seminários e palestras, em esfera local e nacional.

Para o movimento LGBT a educação transformou-se num eixo estratégico de garantia dos direitos sociais. Para isto, a ação política tem sido instrumentalizar a escola por meio de um duplo processo: de um lado discutir os valores hegemônicos pautados na

heteronormatividade⁶ que circulam na sociedade brasileira e, de outro lado, a denúncia da discriminação e preconceitos existentes no ambiente escolar que têm sido constatados pelos indicadores estatísticos⁷. Essa demanda tem efeitos consideráveis na prática educativa dos/as professores (as) da Educação Básica tendo em vista que são estes profissionais que devem fazer as discussões sobre os padrões hegemônicos de certa heteronormatividade.

Esta preocupação se ancora, também, nos dados apontados pela pesquisa “Perfil dos (as) professores (as) Brasileiros”, realizada pela UNESCO, em 2002, nos Estados brasileiros, que entrevistou 5 mil professores (as) da rede pública e privada que “revelou entre outras coisas, que para 59,7% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais, e que 21,2% deles tão pouco gostariam de ter vizinhos homossexuais” (UNESCO, 2004 *apud* JUNQUEIRA, 2009, p. 17). Com essa postura, os (as) professores (as) acabam, portanto, reproduzindo esterótipos e visões preconceituosas em relação ao grupo LGBT. A escola, entretanto, deve ser um *locus* derrespeito à diversidade humana, do convívio plural e múltiplo com a função social de contribuir na formação de uma humanidade com valores e atitudes anti-discriminatórias e inclusiva.

Nesse sentido, tendo por base nossa atuação profissional e participação na militância motivada pelo contexto de violência contra os (as) homossexuais em todas as esferas da sociedade, bem como pelo debate político e acadêmico sobre a homossexualidade e suas repercussões nas políticas educacionais do governo brasileiro e maranhense, nosquestionamos: Comoé abordada a temática da diversidade sexual, mais especificamente a homossexualidade, no Ensino Médio maranhense?

A partir desse questionamento outros emergiram tornando-se os fios condutores para o trabalho investigativo:Como a temática da diversidade sexual é abordada no campo acadêmico? Como vem se construindo o processo de valorização da diversidade sexual, especificamente a homossexualidade, na sociedade como um todo e no campo educacional em particular? Como as Políticas educacionais brasileira e maranhense têm contemplado a temática da diversidade sexual e especialmente a homossexualidade na legislação e nos documentos orientadores das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas na escola e na sala de aula?De que forma a temática da diversidade sexual e, notadamente, da homossexualidadeé abordada nos documentos orientadores da prática pedagógica no Ensino Médio do Maranhão?

⁶Produção e reprodução compulsória do padrão heterossexual (LOURO,2009).

⁷ JUNQUEIRA (Org.), 2009; BRASIL, 2011.

Com base nessas questões delineamos como objetivo geral deste trabalho investigativo: analisar a abordagem da temática da diversidade sexual, e mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão.

A problematização exposta e o alcance do objetivo em tela apontaram para percursos definidos por objetivos mais específicos quais sejam:

- a) Investigar a produção acadêmica acerca da temática da Diversidade Sexual tendo como eixo as concepções de diversidade, orientação sexual, homossexualidade e inclusão;
- b) Historicizar a trajetória de construção da valorização da diversidade sexual na sociedade brasileira e maranhense e suas repercussões no campo educacional;
- c) Analisar as principais medidas educacionais brasileira e maranhense pós-Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN) 9.394/96, referentes à abordagem da diversidade sexual e homossexualidade nas práticas a serem desenvolvidas nas escolas;
- d) Analisar a abordagem da temática da diversidade sexual e mais especificamente da homossexualidade nos planos de ensino da área de conhecimento denominada “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão, tendo por base a realidade de uma escola de referência em São Luís.

A pesquisa qualitativa orienta nosso trabalho, o que nos permitiu, durante o processo de construção teórica, alterar, retirar e/ou inserir etapas, de acordo com a dinamicidade do objeto de estudo, pois como afirma Minayo (1994, p. 15) “O objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”.

Ademais, partimos do pressuposto, coerente com o que advoga este tipo de pesquisa, que: a realidade se configura em uma multiplicidade de processos sociais e temporalidade diferenciada; a realidade é formada por indivíduos em sociedade que compartilham significados em contextos específicos; o pesquisador tem a oportunidade de aproximar-se mais do mundo dos pesquisados e, também, possibilita a necessária relação entre os diferentes dados pesquisados. Permite, assim, a análise de vários elementos concomitantemente, aprofundando o conhecimento (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADER, 1998).

Optamos, então, pela análise qualitativa por ela possibilitar uma relação dinâmica entre sujeito e objeto e a obtenção de informações não requerem meras técnicas, mas estratégias de pesquisa pensadas metodologicamente de forma a controlar e assegurar a investigação científica do objeto, além de possibilitar o relacionamento dos determinantes históricos com os fatos singulares, num processo de articulação constante (ANDRÉ, 1986).

O estudo em questão foi realizado mediante uma pesquisa documental. Concordamos com Franco (2008, p. 10) quando afirma que

São perfeitamente possíveis e necessários o conhecimento e a utilização da análise de conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento.

Tendo como ponto de partida a mensagem – que pode ser uma palavra, um texto, um enunciado ou um discurso (oral ou escrito) – sempre expressiva de um significado e de um sentido, tal procedimento possibilita a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 1977)

Utilizamos a “Unidade de Registro” para a análise, a qual se refere à menor parte do conteúdo cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas. Para tanto, optamos pela “Palavra” (FRANCO, 2008), ou categorias, e pelo “Item”.

A primeira é geralmente utilizada no intuito de detectar a frequência em diferentes suportes de textos, neste caso, os Planos de Ensino. Considerando que no âmbito da abordagem da diversidade sexual, com destaque para a homossexualidade, existe um universo semântico bastante amplo, selecionamos algumas categorias, por nós entendidas como as mais recorrentes no campo da educação, quais sejam: Diversidade, sexualidade, diversidade sexual, orientação sexual, homossexualidade, homofobia, discriminação sexual, preconceito, preconceito sexual, diferença, diferença de gênero, identidade de gênero e diferença cultural.

O recurso ao “Item” como unidade de registro na análise dos Planos de Ensino deveu-se ao fato de que este documento expressa intencionalidades por meio do elenco de conteúdos, os quais têm sentido e significado muito mais extenso que o (s) termo(s), caracterizando-se a partir de atributos capazes de remeter a uma multiplicidade de assuntos neles implícitos.

A pesquisa documental foi centralizada nos Programas Nacionais, Planos Nacionais e Estaduais, Diretrizes Nacionais e Estadual, nos Artigos sobre a diversidade sexual ,no Projeto Político Pedagógicos e nos Planos de Ensino das disciplinas que compõem a área

de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” – Sociologia, Filosofia, História e Geografia –, de uma escola de Ensino Médio de grande porte e de referência na Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão, localizada na capital desta unidade da federação.

Ressalta-se que nesse tipo de pesquisa, segundo as considerações de May (2004 p. 213), os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, também constroem a realidade social e as versões dos eventos. Segundo esse entendimento, os documentos, de acordo com Cellard (2012, p. 295), constituem uma fonte preciosa para todo pesquisador nas Ciências Sociais.

Outra questão que merece destaque é a compreensão de que os documentos são vistos como meios através dos quais se expressa o poder social. Eles são abordados em termos do contexto cultural no qual são redigidos e podem ser vistos “como tentativas de persuasão” (SPARKS, 1992 *apud* MAY, 2004, p. 214). Sendo assim, fornecem uma fonte de dados importantes para entender eventos, processos e transformações das relações sociais.

Diante do exposto, elegemos uma escola de Ensino Médio, integrante da Unidade Regional de Educação (URE) de São Luís. Portanto, analisamos os Planos de Ensino da área de Ciências Humanas e suas tecnologias. Para tanto, selecionamos 01 (uma) uma escola pública, localizada na região central da cidade, que recebe estudantes de vários bairros pela facilidade de acesso, uma vez que vários transportes coletivos transitam no seu entorno.

Dentre as escolas públicas desse nível de ensino, ela é destacada socialmente por possuir uma arquitetura moderna que contempla diversos espaços e equipamentos (quadra poliesportiva, teatro, auditório, laboratórios), sendo também uma unidade de ensino de referência na Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). A forma de ingresso dos/as estudantes no Ensino Médio se dá por intermédio de Seletivo Simplificado que contempla os conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo caráter classificatório.

No ano de 2015 a escola citada possuía 2.809 alunos/as. Deste quantitativo, 1.201 são do sexo masculino, perfazendo um percentual de 42,75% e, 1.608 são do sexo feminino perfazendo um percentual de 57,25%. O corpo discente está distribuídos nos três turnos sendo: 12 turmas de 1ª séries, 10 turmas de 2ª séries e de 3ª séries nos turnos matutino e vespertino; 02 turmas de 1ª séries, 03 turmas de 2ª séries e de 3ª séries do Ensino Médio Regular, e 1 turma de 1ª fase e de 2ª fase da Eja Ensino Médio, no turno noturno. No segmento docente, dos 194 professores/as lotados/as no referido Centro de Ensino, 86 são do sexo masculino, correspondendo a um percentual de 44,32% e, 108 são do sexo feminino, que corresponde a um percentual de 55,68% do professorado.

A opção pelos Planos de Ensino da área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” da referida escola justifica-se pelo fato de que as disciplinas que a compõe têm como foco de trabalho com os alunos (as) a compreensão dos elementos que constituem a cultura, as identidades, além do reconhecimento da dinâmica das organizações dos movimentos sociais e a compreensão da sociedade e da natureza reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos.⁸ Entendemos que essas questões se encontram imbricadas com o nosso objeto de estudo.

A pesquisa teve como objetivo fornecer referencial analítico para as reflexões das categorias arroladas para a incursão pelo objeto – diversidade/orientação sexual e homossexualidade. Nesse sentido, buscamos dialogar principalmente com Pierre Bourdieu (2003; 2009), Michel Foucault (2009; 2010), Guacira Louro (2008; 2009); Tom Ambrose (2011). Também consultamos a base de dados Scielo, da qual foram selecionadas revistas científicas de reconhecida qualidade que publicaram artigos sobre a temática da Diversidade Sexual, no período de 2000 a 2015. Os periódicos mais consultados foram: “Revista Brasileira de Educação”, “Educação e Sociedade”, “Revista Pro-Posições”, e a “Revista Estudos Feministas”.

De posse dos dados obtidos pela pesquisa documental e bibliográfica, buscamos a sistematização e análise, em consonância com os objetivos pretendidos e a referência teórica proposta, no intuito de realização de um esforço intelectual que ponha em relevo temática da diversidade sexual e da inclusão relativas a gênero e orientação sexual na escola, tendo por base a relevância da valorização, do respeito, da promoção e do reconhecimento da pessoa Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual (LGBT) na prática do Ensino Médio.

A análise foi apoiada no procedimento metodológico da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2008) e subsidiado pela revisão bibliográfica.

Nessa perspectiva, como culminância do processo, elaboramos esta dissertação, que se estrutura como se segue. Esta primeira parte introdutória, além de apresentar o tema, problematizando-o em rápidas pinceladas, explicita a trajetória da pesquisa contemplando questões norteadoras, objetivos e procedimentos metodológicos para seu alcance.

O segundo capítulo, intitulado **“Diversidade, orientação sexual e inclusão”**: cumpre a função de clarificar termos e expressões recorrentemente utilizados nos

⁸ C.f. BRASIL, Parecer CNE/CEB 492/2001 e 38/2006

debates sobre o objeto de estudo, articulando-os com a discussão da inclusão no campo educacional.

“**Respeito e valorização da diversidade sexual: uma trajetória de luta, avanços e desafios**” nomeia o terceiro capítulo, que faz uma contextualização da homossexualidade, destacando as pautas reivindicativas dos movimentos sociais LGBT e a construção de um discurso não homofóbico. Além de discutir, a partir da análise da produção acadêmica, a questão de gênero no espaço escolar.

O capítulo seguinte, “**Políticas Educacionais e Diversidade Sexual: uma análise das principais medidas no Brasil e no Maranhão**”, trata dos dispositivos legais da referida temática como diretriz para as práticas pedagógicas que se desenvolvem na escola, tendo por base a realidade brasileira e maranhense, estas últimas referidas à rede pública estadual de ensino.

O quinto capítulo denominado “**A abordagem da Diversidade Sexual e da homossexualidade em uma escola pública no Ensino Médio Maranhense: analisando os Planos de Ensino das disciplinas da área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias”**” analisa a quase invisibilidade dos conteúdos que se referem à temática em questão em suas múltiplas caracterizações.

Como encerramento do texto dissertativo, as “Considerações Finais” sintetizam os resultados alcançados, encaminhando, também outras possibilidades de incursões pela temática e novas demandas de trabalho investigativo.

2 DIVERSIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO: algumas aproximações

O presente capítulo objetiva investigar a produção acadêmica, a respeito da temática diversidade sexual, tendo como eixo as concepções de diversidade, orientação sexual, homossexualidade e inclusão. A temática da diversidade sexual traz inscritos diversas concepções e conceitos, exigindo um aprofundamento em relação daquilo que no nosso entendimento, facilita uma discussão mais ampliada.

Por vezes esses conceitos e essas concepções, não são compreendidas pela maioria das pessoas, por exemplo: diversidade/orientação sexual; homossexualidade/homossexualismo. No âmbito desse estudo importa também relacionar tais conceitos com o debate bastante valorizado na contemporaneidade no campo da educação. Dessa forma, esse capítulo coloca em evidência o entendimento dessas concepções.

2.1 Diversidades

Diversidade, orientação sexual e inclusão – esses são alguns dos termos mais debatidos e contestados do nosso tempo, na contemporaneidade.

As discussões sobre a diversidade trazem a necessidade de se compreender de forma conceitual, como é construída socialmente e culturalmente, e como pode ser elemento constitutivo ao entendimento das diferenças e como se estabelecem no contexto social adaptando-se no que diz respeito às relações de poder estabelecidas.

Nessa direção a diversidade pode ser entendida como:

A construção histórica, cultural e social (inclusive econômica) das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. Inobstante a hierarquia que existe no sistema, os papéis devem ser definidos e trabalhados de forma colaborativa, para que ocorra efetivamente respeito à diversidade, aos princípios democráticos constituídos legalmente (BRASIL, 2008, p.69)

A discussão em torno da diversidade seja ela, cultural, racial ou sexual é algo ainda muito controverso, em nossa sociedade, tanto que refletir sobre ela nos dias atuais, nos seus mais variados aspectos é ainda uma empreitada muito desafiadora, não só para o segmento LGBT, mas para toda a sociedade.

Nesse sentido, concordamos com Gomes (2000, p.70-71) quando propõe que:

O reconhecimento dos diversos recortes dentro da ampla temática da diversidade cultural (negros, índios, mulheres, portadores de necessidades especiais, homossexuais entre outros), coloca-nos frente a frente com a luta desses e outros grupos em prol de respeito à diferença. Coloca-nos também, diante do desafio implementar políticas públicas em que a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam respeitadas dentro das suas especificidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de experiências e da garantia dos direitos sociais.

A autora, ainda ao discorrer sobre a Diversidade e Currículo (2007), elenca, aspectos da diferença, com o propósito de ampliação e aprofundamento sobre a temática em tela. São eles: diversidade biológica; diversidade cultural; luta política pelo direito à diversidade; diversidade e conhecimento; diversidade e ética, dentre outros.

A diversidade entendida do ponto de vista biológico e cultural, em que o homem e a mulher participam desse processo, seja com espécie e como sujeito sociocultural (GOMES, 2007). Isso ocorre devido aos seres humanos, apresentarem diversidades biológicas enquanto seres vivos. Ao passo que discutir a diversidade cultural, nos remete a reflexão sobre a construção dos processos identitários, sendo construída num dado contexto histórico pois essa varia de contexto para contexto. A identidade, para se construir como realidade pressupõe uma interação (JACQUES D'ADESKY, 2001).

Assim por concordar com Gomes (2000, p. 74) ao afirmar que:

O trato pedagógico da diversidade é algo complexo. Ele exige o reconhecimento da diferença e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de padrões de respeito, de ética e a garantia dos direitos sociais. Avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e uniformização que ainda impera no campo educacional.

Torna-se imperativo pensar o quão importante é que a escola desenvolva um processo de ensino e de aprendizagem que extrapolem os aspectos institucionais, pois a educação precisa ser vista como processo de desenvolvimento humano, que possam se efetivar além dos muros da escola.

Recorremos às palavras de Lima (2006, p.17), ao afirmar que:

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos em suas experiências culturais são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimento de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas [...] Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa diversidade.

A diversidade Cultural se dá lado a lado com a construção dos processos identitários (GOMES, 2008), dependendo do contexto, ela vai se modificando, pois o que julgamos ser diferença histórico-cultural vai depender da maneira como se interpreta as diferenças na sociedade, com isso entende-se a diversidade a partir de uma perspectiva relacional, pois ao pensar no conjunto das diferenças, deparamo-nos com construções sejam elas culturais, sócias ou históricas das diferenças, que por sua vez encontram-se imbricadas nas relações de poder e por conseguinte de dominação.

No que diz respeito à luta pelo direito à diversidade, é reafirmar que a diversidade é uma construção histórica, social e cultural e que essa construção pressupõe no tratamento igualitário e democrático, que deverá ser dispensado aos “diferentes”, pois isso leva a compreender as causas políticas, econômicas e sociais dos fenômenos quais sejam: racismo, sexismo, homofobia, xenofobia dentre outros.

A diversidade e o conhecimento nos levam a pensar sobre que lugar ocupa os saberes construídos pelos movimentos sociais e como esses se relacionam com o conhecimento dominante e como esses se contrapõem à educação brasileira que privilegia o saber científico que é transposto didaticamente como conteúdo escolar “monocultura do saber” (SANTOS, 2004).

A diversidade ética nos leva a refletir sobre qual é o nosso direcionamento no processo formativo como seres humanos, e como esse processo se insere no contexto histórico-político-social.

O reconhecimento dos docentes e dos discentes como sujeitos de direitos é também compreendê-los como sujeitos éticos. Na atualidade a relação entre ética e diversidade ainda é tímida, pois é ainda pouco discutida e explorada.

Segundo Marilena Chauí (1998, p.338):

[...] do ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como a cultura e a sociedade define para si mesmas que julgam ser a violência e o crime, o mal e o vício e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude. Por realizar-se como relação intersubjetiva e social a ética não é alheia ou indiferente às condições históricas e políticas, econômicas e culturais da ação moral.

A ética do ponto de vista da sociedade é percebida como universal, pois seus valores são obrigatórios a todos os seus membros, porém ela está relacionada com o tempo e a história, para tanto se transforma no intuito de atender às demandas da sociedade e da cultura, não perdendo de vista que somos seres históricos e culturais e, portanto as nossas ações se desenvolvem no tempo, revendo posturas, valores, preconceitos e representações, significados

que envolvem as relações que se estabelecem, bem como sua natureza reflexiva na sistematização das normas.

Pensar na diversidade, como oportunidade de reflexão das relações que se estabelecem entre o “eu e o outro”, para tanto, se faz necessário considerar o outro, o diferente, sem perder de vista, que este outro é tão legítimo quanto eu, e que deve ser levado em consideração sua construção política, histórica e social.

Assim como a diversidade, os processos e a luta pela **inclusão na educação básica** representam mais do que a incorporação total ou parcial das pessoas excluídas dos espaços e tempos escolares a eles negados historicamente. Eles exigem posicionamento político, transporte acessível, reorganização do trabalho na escola, do tempo escolar e da formação de professores e funcionários, a criação e a ampliação de espaços dialógicos com as comunidades escolares e a sociedade civil, o convívio ético e democrático dos alunos e seus familiares, novas alternativas para a condição docente e uma postura democrática face ao diverso (BRASIL, 2008, p.69).

Essas discussões emergem também no ambiente escolar e precisam ser concebidas enquanto políticas de Estado vislumbrando a garantia de direito a todos/as. Pois refletir sobre a escola e a diversidade é antes de qualquer coisa reconhecer e respeitar as diferenças que ali se estabelecem e, essas discussões presentes em todos os processos educativos são carregadas de sentidos e que permeiam os aspectos sócio- histórico, culturais e filosóficos, subjacentes e explicitados no Projeto Político Pedagógico da Escola, além dos registros documentais precisam explicitar a prática cotidiana da gestão de sala de aula.

2.2 Diversidade e Orientação Sexual

A concepção de diversidade sexual aqui adotada refere-se ao reconhecimento das diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência dos seres humanos (JESUS, 2008, p 9).

A aceitação da diversidade sexual varia de acordo com os costumes de determinada época e com o tipo de sociedade. A identidade de gênero, ou seja, a maneira como o masculino e o feminino é vistos e vivenciados em determinado contexto, é prescrita pelos padrões culturais vigentes. A própria sexualidade é influenciada pelos valores e costumes de uma época (JESUS, 2008, p.16).

A intencionalidade deste objeto decorre do reconhecimento de que a sexualidade não foi vista da mesma forma em todos os períodos históricos da humanidade. A oposição

homossexualidade/heterossexualidade, anormal/normal foi construída com finalidades precisas as quais precisamos entendê-la.

Definimos sexualidade, portanto, conforme a formulação de Foucault (1977, 1979), ou seja, como um dispositivo constituído por um conjunto de discursos, instituições e práticas que visam produzir/estabelecer/normatizar "verdades" em relação aos corpos e aos prazeres. Portanto, discursos sobre sexualidade e gênero produzem também as próprias identidades sexuais e de gênero sobre as quais se debruçam em uma complexa trama de saberes e poderes, cuja análise é necessária (FOUCAULT, 1977, p.55).

Nesse sentido trazemos as concepções abaixo para um melhor entendimento das várias manifestações da sexualidade

A orientação sexual pode ser compreendida como sendo a atração afetiva ou sexual que temos por uma ou várias pessoas. Os seres humanos podem legitimamente se interessar sexualmente pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou ainda por ambos os sexos, respectivamente, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.

Diante dessa afirmação é necessário esclarecer as diferenças existentes entre sexo biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual: Sexo biológico entendido como sendo os órgãos genitais, cromossomos e hormônios, sejam eles masculinos ou femininos; Identidade de gênero: é como você se percebe psicologicamente (como pensa de si mesmo/a como se sente, como se vê; Expressão de gênero: é como você demonstra seu gênero, pela forma de agir, se vestir, interagir, se expressar; Orientação sexual: refere-se ao desejo por quem você se sente atraído/a afetivo/sexualmente (diz respeito a que gênero te atrai sexualmente, romanticamente, afetivamente); (ABGLT, 2010)⁹

A sexualidade é uma construção histórico-social carregada de significados, que podem ser controversos e polêmicos, dessa forma, compartilhamos com Nunes (1987, p.23) que “[...] a sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto que envolver-se com elementos de ordem religiosa, ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos”.

A sexualidade humana se manifesta por meio de padrões culturais historicamente determinados, pois não foi vista da mesma forma em todos os períodos históricos da

⁹ A ABGLT, lançou em 1º de fevereiro de 2010 - Um manual com termos, leis, datas e outras informações que ajudam a compreender a realidade e as necessidades do público LGBT (formado por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros) já está disponível para os profissionais de comunicação. O material, idealizado pela Associação Brasileira que congrega entidades do segmento LGBT, foi lançado durante a 5ª Conferência Regional da Ilga na América Latina e no Caribe - evento realizado em Curitiba (PR) entre os dias 27 e 30 de janeiro.

humanidade. Essa oposição homossexualidade/heterossexualidade; anormal/normal” foi construída com finalidades precisas as quais precisamos entendê-la.

Daí asexualidade ser vista como possibilidade do ser humano realizar-se, pois precisa extrapolar o padrão heteronormativo, pois esse padrão tende a naturalizar a heteronormatividade, com essa exclusão ocorre a exclusão do segmento LGBT.

No entanto se faz necessário situar as questões relativas a gênero, diversidade, orientação sexual, e inclusão, nas discussões em sala de aula, e esses conteúdos sendo vistos e tematizados a partir de uma perspectiva emancipadora, ou seja, uma visão ética de que os direitos sexuais também são direitos humanos.

2.3 Homossexualidade

A homossexualidade, entendida como “o que ou quem sente atração por e /ou tem relações com pessoas do mesmo sexo”(AULETE, 2011, P.467).

O termo homossexualidade foi cunhado em 1869, pelo jornalista e advogado húngaro Karol Maria Kertbeny, após a criação em 1862, o termo Uranismo – em referência ao discurso de Pusânias no Banquete de Platão – “A Homossexualidade entendida como uma condição inata, que se manifesta por intermédio de impulsos e desejos”(Nunan, 2003, p.35)

Ser homossexual, no contexto atual, leva em consideração uma revolução, que evidencia sentimentos que envolvem as pessoas e as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, denominadas de relações homoafetivas que trazem seu bojo: cuidado, zelo, e afeto, companheirismo, cumplicidade, dentre outros sentimentos se contrapondo aos diversos discursos morais e ideológicos que sustentam a intolerância diante de comportamentos, práticas e vivências da sexualidade que não estão em conformidade com o padrão heterossexual e patriarcal da nossa sociedade.

Com tudo, Martos e Vila (1998, p.20) afirmam que:

Existem muitas divergências acerca da definição de homossexualidade, pois trazem em si vários questionamentos, como também conflitos, sobre a abrangência do termo. Julio Marmor Denniston diz, que: homossexual “é aquele que em sua vida adulta se sente motivado por uma atração erótica definida e preferencial por pessoas do mesmo sexo e que, e de modo habitual, embora não necessário tem relações com eles”(…) A segunda definição se atem aos aspectos antropológicos [...] Por homossexualidade entendemos a condição humana de um ser pessoa que a nível da sexualidade, caracteriza-se pela peculiaridade de sentir-se constitutivamente instalado na forma de expressão exclusiva com um parceiro o mesmo sexo.

É, no entanto, em fins do século XIX e início do XX que a sexualidade, amparada na análise dos corpos, passa a ser definida e estudada com o pretense rigor científico. De acordo com Louro (2009, p.88),

[...] serão homens médicos e também filósofos, moralistas e pensadores (das grandes nações da Europa) que vão fazer as mais importantes “descobertas” e definições sobre os corpos de homens e mulheres. Será o seu olhar “autorizado” que irá estabelecer as diferenças relevantes entre sujeitos e práticas sexuais classificando uns e outros a partir do ponto de vista a saúde, da moral e da higiene.

A partir daí, segundo Louro (2009), tais discursos eram carregados de autoridade da ciência, gozando do estatuto da verdade, se combinando com o discurso da igreja, da moral e da lei e desde então decidia-se o que era normal ou patológico.

Se a homossexualidade tratada como “anormal” e “patológica” é uma construção histórica, também a heterossexualidade como “normal”, consentida e legitimada pelas sociedades contemporâneas é produto de variados mecanismos ideológicos, históricos e institucionais pautadas em relações de poder e padrões culturais. A heterossexualidade, não é algo inato à sexualidade humana, pois sua

[...] naturalização e homogeneização ocorreram por efeito de um longo trabalho de domesticação do imaginário social das sociedades humanas, que se fez invalidando, ao mesmo tempo, a prática da homossexualidade, excluída como ‘inversão’ da sexualidade ‘normal’ (SOUSA FILHO, 2009, p. 116).

Diante dessa citação percebe-se, a necessidade de trabalhar a homossexualidade como afirma Molina (2011, p.950):

Ao trabalhar a homossexualidade inserida na nossa tradição ocidental judaico-cristã, lidamos com uma temática que foi, e ainda é, de alguma maneira, vista e tratada como um pecado abominável, um crime, uma imoralidade. Segundo o antropólogo Luiz Mott (2003), a importância de estudar sobre a homossexualidade na realidade brasileira é ter a possibilidade de desvendar as raízes do preconceito em nossa sociedade, contribuindo para erradicar a intolerância e a crueldade contra os homossexuais.

Trabalhar as questões da homossexualidade nos dias atuais, se constitui em um desafio pois ainda hoje é vista como algo pecaminoso, imoral sendo necessário avançar e indo além do binário, erradicando a intolerância que sofrem os/as homossexuais, tendo a possibilidade do desvencilhamento dos preconceitos arraigados, desde as práticas judaico-cristãs.

Louro (2004, p. 57) afirma por exemplo que:

Desprezar o sujeito homossexual era (e ainda é) em nossa sociedade, algo “comum”, “compreensivo”, “corriqueiro”. Daí porque vale a pena colocar essa questão em primeiro plano. Parece absolutamente relevante refletir sobre as formas de viver a sexualidade, sobre as muitas formas de ser e de se experimentar prazeres e desejos;

parece relevante também refletir sobre possíveis formas de intervir, a fim de perturbar ou alterar, de algum modo, um estado de coisas que considero intolerável.

E ainda, concordamos com Mott (2003, p.15), quando afirma que:

A importância de estudar sobre a homossexualidade na realidade brasileira é ter a possibilidade de desvendar as raízes do preconceito em nossa sociedade, contribuindo para erradicar a intolerância e a crueldade contra os homossexuais. A homossexualidade foi ao longo dos tempos e das diferentes culturas, motivo de punição, de vergonha, segregação e violência contra todos aqueles que atravessassem a fronteira da heteronormatividade. Desta maneira, encontramos neste artigo, pontuações e contextualizações sobre a desconstrução do *ser homossexual* e pluralizando os discursos da identidade de gênero, para que possamos compreender a urgência das políticas identitárias e a ascensão do movimento homossexual.

O segmento LGBT, está invariavelmente vulnerabilizado, seja por preconceitos ou discriminações, por conta de sua sexualidade, ou ainda por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ao abraçar a luta para explicitar a homofobia velada e silenciosa, mas existente de maneira cruel, nas escolas e na nossa sociedade, pode abraçar também a possibilidade de entrelaçar histórias de vidas que sensivelmente nos encorajam a cada vez mais entender melhor a sexualidade e a diversidade sexual tão inerente às pessoas. Inerente a ponto de ser um direito humano inalienável, mas, devido à contradição social, mostra-nos ainda um direito inalcançável aos homossexuais. (MOLINA, 2011, p.950)

Diante da luta, para explicitar que de fato existe uma homofobia velada e silenciosa na sociedade, como afirma a autora, é a possibilidade de entrelaçar histórias de vida, que nos ajudam a entender melhor a sexualidade e a diversidade sexual, sem perder de vista que os direitos sexuais são direitos humanos. Não se pode perder de vista que as relações de gênero são construídas socialmente (MOLINA, 2011). Se diferenciam em épocas e sociedades diferentes.

Outros aspectos importantes e que vale ressaltar são: no ano de 1990, Organização Mundial de Saúde, declarou que a “homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão, daí a mudança de terminologia, pois homossexualismo, remete a patologia. outra questão que merece destaque, foi a realização da I Conferência Nacional LGBT em 2010, tendo como fruto o Plano Nacional de Direitos Humanos LGBT, e a união estável entre pessoas do mesmo sexo em por fim o casamento homoafetivo.

2.4 Inclusão

Os debates em torno da inclusão se constituem em desafios nos dias atuais, pois é necessário que se possa ressignificar a atuação dos profissionais da educação para pensar a inclusão para além do viés das pessoas com deficiências, dessa maneira ao pensar políticas públicas de inclusão, que efetivamente garantam o direito a inclusão e à diversidade, comprometidos com a inclusão de todos no processo educacional de qualidade (quilombolas, negros, indígenas, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), pessoas privadas de liberdade, mulheres, jovens, adultos e idosos).

Entretanto, como alerta Seffner (2009, p. 127),

Falar de inclusão, como tratada em nível geral, não traz problemas. Mas encontramos divergências de todo tipo quando se trata de discutir o que deve ser feito, quando deve ser feito, quem está habilitado a fazer. [...]. Há um nível mais problemático de discussão que diz respeito a quem “merece” ou não ser incluído. [...] tem gente que não merece ser incluído, e quem não merece tem que ser então excluído, o que produz, muitas vezes, uma exclusão na inclusão [...].

Trabalhar na perspectiva da inclusão requer dos/as educadores/as uma postura política que “reconheça e valorize as diferenças (MONTANO, 2006). Pois ainda esbarramos em muitos obstáculos e/ou resistências no que diz respeito à diversidade e a inclusão. Isto porque:

A inclusão passa por saber quais as necessidades especiais que os alunos possuem deficiências, déficits de aprendizagem antes de incluí-los na rede regular de ensino. Acreditamos que todos os defensores da inclusão devem unir - se no reconhecimento de que as escolas que implementam práticas educacionais sólidas são boas para todos os alunos. [...]. O fator mais importante é ter coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem. O resultado é um sistema educacional mais forte e mais eficiente para todos os alunos (STAINBACK; STAINBA CK, 1999, p. 85).

Nesse sentido, não cabe mais como justificativa de que a escola não se sente preparada para desenvolver suas ações, no enfrentamento das questões relativas a inclusão de: gênero, orientação sexual, diversidade.

Discutir e elaborar uma política de educação inclusiva requer a articulação com os movimentos sociais mais amplos, pois urge a necessidade de uma maior equidade no tocante ao acesso aos bens e serviços que precisam estar alicerçadas nos dispositivos legais dentre eles a Declaração de Salamanca que é:

Considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social. Esta defende que inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte

dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

No momento em que, não se leva em consideração as especificidades e particularidades da inclusão, ocorre com isso uma exclusão dentro do processo de inclusão, pois tal processo carece de ser entendido, de uma forma mais ampla e aprofundado, ser vista como um movimento reivindicatório dos grupos historicamente excluídos, tanto da escola, como das prerrogativas de cidadãos/ãs.

Concordamos com Sá (2012, p 25), quando afirma:

Que a escola inclusiva exige novas estruturas e novas competências. Observa-se que as escolas públicas não têm correspondido às características individuais e socioculturais diferenciadas de seu alunado, funcionando de forma seletiva e excludente. Ainda, segundo o autor citado acima, especial é a educação que legitima esquemas, espaços e dimensões do conhecimento e dos direitos humanos sem atributos restritivos.

A partir dessa citação é estabelecido para a escola o desafio de se tornar efetivamente um espaço da inclusão e da diversidade, respeitando as diferenças, bem como explicitá-las em seus componentes curriculares, como também na materialidade do projeto político pedagógico da escola, como documento orientador das várias manifestações da inclusão e da diversidade, sejam essas manifestações explícitas e implícitas, no intuito de se contrapor a uma educação homogeneizadora, excludente, sexista, machista e homofóbica, etc., e que garanta a igualdade de oportunidade a todos/as. Cury, (2002, p. 07) ressalta que:

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade

Ao se pensar na escola como espaço de inclusão onde as atividades a serem desenvolvidas, precisam levar em consideração o princípio da diferença, que deverão nortear os processos educativos, para com isso ressignificar e incorporar o que seja de fato inclusão e diferença levando-se em consideração as várias nuances que se apresentam no cotidiano escolar, com vistas a um futuro melhor para todos/as Prieto, (2006, p.21), adverte que:

A igualdade não é objetivo a atingir, mas o ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância. Há desigualdade nas manifestações da inteligência, segundo a energia mais ou menos grande que a vontade comunica a

inteligência para descobrir e combinar relações novas, mas não há hierarquia de capacidade intelectual (PRIETO, 2006, p.21)

A igualdade como ponto de partida, precisa ser vista como possibilidade, de se alcançar a equidade, pois em si tratando de inclusão não cabe pensar aqui de forma reducionista, mas pensarmos na inclusão de todos os segmentos historicamente excluídos: segmento LGBT, idosos/as, mulheres, pessoas com deficiências, pessoas em situação de rua, pessoas com vulnerabilidade social, por questões étnicas, crenças etc.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir em vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSA KI, 2010, p. 172).

Almejar uma sociedade inclusiva requer o empenho de todos/as pela sua construção não deve significar o impedimento de acesso das pessoas com deficiência, idosos/as, negros/as, gays, lésbicas, travestis e transexuais aos bens e serviços atualmente oferecidos. A inclusão envolve mudanças em todas as pessoas por se tratar de um trabalhodesafiador. Pois, precisa vislumbrar a igualdade de oportunidades para os segmentos historicamente excluídos.

3 RESPEITO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL: uma trajetória de luta, avanços e desafios

Este capítulo em como objetivo historicizar a trajetória de construção da valorização da diversidade sexual na sociedade brasileira e maranhense e suas repercussões no campo educacional, e refletir acerca da produção acadêmica, por meio da análise de artigos científicos especializados, em relação à temática da Diversidade Sexual na Escola, tendo a questão de “gênero, sexualidade e orientação sexual” como alvo central.¹⁰

Existem muitas divergências acerca da definição de homossexualidade, pois trazem em si vários questionamentos, como também conflitos, sobre a abrangência do termo. Julio Marmor Denniston diz, que: homossexual “é aquele que em sua vida adulta se sente motivado por uma atração erótica definida e preferencial por pessoas do mesmo sexo e que, e de modo habitual, embora não necessário tem relações com eles” [...] A segunda definição se atem aos aspectos antropológicos [...]. Por homossexualidade entendemos a condição humana de um ser pessoa que a nível da sexualidade, caracteriza-se pela peculiaridade de sentir-se constitutivamente instalado na forma de expressão exclusiva com um parceiro do mesmo sexo (MARTOS; VILA, 1998, p.30).

A sexualidade humana se manifesta por meio de padrões culturais historicamente determinados. Em nosso país ela é marcada por antagonismos e concilia valores morais como virgindade e a castidade à exaltação da sexualidade tão comum na cultura popular brasileira e no carnaval (DAMATTA, 1986). Além disso, diversos discursos morais e ideológicos sustentam a intolerância diante de comportamentos, práticas e vivências da sexualidade que não estão em conformidade com o padrão heterossexual e patriarcal da nossa sociedade.

Na antiguidade ocorria o que se denominava de pederastia, que consiste numa relação entre homens adultos e jovens ou adolescentes, em que o homem mais velho iniciava o homem mais novo na vida sexual.

Ocasionalmente, em algumas áreas isoladas, era possível se deparar com velhos costumes sexuais que traziam a estranha semelhança com o amor Grego da Antiguidade. Um exemplo disso era a seita secreta Skoptsy, baseada tanto no interesse comercial quanto no prazer sexual. Um velho comerciante adotaria um jovem assistente como seu amante e herdeiro. Ele então o iniciaria nas práticas do negócio, transmitindo as vantagens da experiência, em grande parte do mesmo modo que os guerreiros gregos transmitiam as táticas militares a seus jovens amantes. Quando o homem mais velho morria, seu amante herdava os negócios e passava a repetir o processo com um amante igualmente mais jovem (AMBROSE, 2011, p.149).

¹⁰ Apesar de delinear um percurso histórico neste momento do trabalho, não é objetivo do mesmo realizar um estudo histórico da temática investigada e apresentada neste texto. para uma melhor compreensão histórica recomendamos c.f. Molina, (2011); Dieter, (2012); Carneiro, (2013).

Segundo o mesmo autor, entre os romanos, os ideais amorosos eram equivalentes aos dos gregos, e a forma como os povos da antiguidade encaravam o amor entre pessoas do mesmo sexo, era entendida de modo natural. Por conta disso que na mitologia grega, romana e entre os deuses hindus e babilônios, a homossexualidade existia.

Com a convenção do imperador romano Constantino no ano 312 d.C., à fé cristã, conseqüentemente no ano seguinte, o cristianismo torna-se obrigatório em todo império romano e o sexo passa a ser encarado apenas como forma de gerar filhos, e dessa forma a homossexualidade tornar-se algo antinatural. No reinado de Teodósio, o Grande por volta de 390, tem-se o primeiro registro de um castigo corporal aplicado em gays

Na Idade Média – Século V ao XV – com o predomínio das ideias cristãs na definição de padrões sociais a serem seguidos foram registradas inúmeras ações de perseguições àqueles considerados como diferentes das normas estabelecidas. Com a instituição do Tribunal do Santo Ofício em 1231, o Papa Gregório ordenou o combate a práticas e comportamentos considerados ofensivos à vontade de Deus, promovendo atrocidades em nome da moralidade e dos bons costumes. Nesse sentido, Bourdieu (2003, p5) nos alerta que:

Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo estas noções abstratas sendo simples designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica) é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos). (BOURDIEU, 2003, p.5)

A sexualidade manifestada como nuance biopsicossocial do ser humano, sofreu e sofre, no decorrer da história da humanidade, as mais variadas formas de controle devidos aos mais variados interesses.

Com efeito, é com o surgimento dos Estados Nacionais, já Baixa Idade Média, que ocorre a necessidade de controle e disciplinamento das populações. Para tanto, uma série de medidas foram tomadas para disciplinar a família tendo um cuidado especial com a reprodução e as práticas sexuais. Essa tarefa evidentemente teria maior eficácia se os Estados conseguissem controlar a produtividade da população.

No Século XVII, somente no Brasil foram registradas 4.419, denúncias de sodomia, dos quais, 30 foram enviados à metrópole e condenados à fogueira, isso porque a época era considerada a pior das heresias, estabelecendo as penas de acordo com a faixa etária

do indivíduo. Ressalta-se, também, que muitas confissões eram obtidas sob tortura e outras práticas degradantes.

Segundo Foucault (1988, p. 11).

Esse discurso sobre repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da idade da repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa.

Segundo Louro (2009) os referidos discursos de repressão eram carregados de autoridade da ciência, gozando do estatuto da verdade, combinando com o discurso da Igreja, da moral e da lei e desde então era decidido o que era normal ou patológico. A referida autora salienta que as:

Práticas afetivas e sexuais exercidas entre pessoas do mesmo sexo (que sempre existiram em todas as sociedades) ganham agora uma nova conotação. Não serão mais compreendidas, como eram até então, [...]. O homossexual não era simplesmente um sujeito que caiu em pecado, ele se constituía num sujeito de outra *espécie*. Para este tipo de sujeito, haveria que inventar e pôr em execução toda uma sequência de ações: punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa (LOURO, 2009, p. 88).

As transformações políticas, culturais, a industrialização, a divisão sexual do trabalho e a circulação de ideias feministas – Século XIX –, foram alguns dos elementos conformadores dessas novas formas de entender os corpos e a vida dos seres humanos.

Se a homossexualidade tratada como “anormal” e “patológica” é uma construção histórica, também a heterossexualidade como “normal”, consentida e legitimada pelas sociedades contemporâneas é produto de variados mecanismos ideológicos, históricos e institucionais pautadas em relações de poder e padrões culturais. A heterossexualidade, não é algo inato à sexualidade humana, pois sua

[...] naturalização e homogeneização ocorreram por efeito de um longo trabalho de domesticação do imaginário social das sociedades humanas, que se fez invalidando, ao mesmo tempo, a prática da homossexualidade, excluída como ‘inversão’ da sexualidade ‘normal’ (SOUSA FILHO, 2009, p. 116).

Neste sentido, Foucault (1988) evidencia que no início do Século XVII, os corpos eram livres, a sexualidade não causava incômodos “os corpos pavoneavam”. Com o surgimento do capitalismo, no entanto, a burguesia confisca a sexualidade encaminhando-a para o interior da casa e, a família conjugal passa a tutelá-la com objetivo único da reprodução, assim a sexualidade passa a ser regulada pelas normas preestabelecidas pela

burguesia e o que foge à norma, à regra é silenciado; a homoafetividade e a sexualidade das crianças são exemplos deste silenciamento.

Diante do confisco do controle da sexualidade pela burguesia, restringindo-a ao interior da casa e de sua tutela por meio da regulação de normas e de mecanismos de submissão, a dominação masculina foi colocada em evidência. E para melhor compreensão deste processo recorremos a Bourdieu (2003, p.7-8) ao afirmar:

Também sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Neste trabalho de domesticação e dominação, que os mais variados processos formativos exerceram importância fundamental na reprodução das formas preconceituosas e discriminadoras de percepção da homossexualidade, pois a maior parte das pessoas e mesmo os(as) professores(as) não conseguem enxergar suas próprias concepções discriminadoras por conta do que o sociólogo Bourdieu (2009) chama de *efeito de destino*, ou seja, o dominado não consegue ver e até acha normal esses processos de dominação e violência, deve:

[...] operar e impor uma transformação duradoura das categorias incorporadas (dos esquemas de pensamento) que, através da educação, conferem um estatuto de realidade evidente, necessária, indiscutida, natural, nos limites de sua alçada de validade, às categorias sociais que elas produzem (BOURDIEU, 2009, p. 146).

Sendo assim, será fundamental que os (as) professores (as) incluíssem as temáticas relativas à orientação sexual e identidade de gênero nas suas práticas docentes, sem excluir nenhum campo do saber ou limitar a cursos da área da saúde (BRASIL, 2009).

Outro aspecto que contribuiu para a valorização da Diversidade Sexual, foi que na década de 1990 a Organização Mundial de Saúde, retirou a Classificação Internacional de Doenças (CID) o código 302.0 que classificava Homossexualismo como patologia, a qual reconheceu que a homossexualidade não se constitui doença, distúrbio ou perversão. Com isso, marcou-se o fim de um ciclo de 2000 anos em que a homossexualidade foi primeiro tratada como pecado, depois como crime e, por último, como doença, mas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) ainda se deparam, cotidianamente, com o preconceito e a discriminação.

3.1 A trajetória das lutas em defesa da homossexualidade no Brasil e no Maranhão

O esforço de articulação de pessoas em torno do interesse sobre a homossexualidade no Brasil surge no final da década de 1970, pois isso já acontecia nas grandes cidades brasileiras desde 1950, de forma tímida, por meio várias formas de associações, com o objetivo de socializar e aglutinar homossexuais, porém essas associações se dedicavam à diversão, onde se reuniam principalmente homens, com o intuito de promover concursos de miss, desfiles de fantasias e show de travestis.

A partir da necessidade de politização que emergia no movimento homossexual, em grande parte por se contrapor às associações e por entenderem que as mesmas eram vistas como entidades despolitizadas e que reforçavam a vergonha e o preconceito sobre a homossexualidade, por serem vistas de forma caricata e por não atenderem às demandas desse segmento e por não terem nenhum viés político, o movimento homossexual brasileiro então começa a organizar-se politicamente com uma pauta reivindicatória na busca de garantia de políticas públicas para o referido movimento.

Nesse período ressalta-se a grande movimentação homossexual masculina, advinda da migração de muitos jovens, para os grandes centros urbanos em especial Rio de Janeiro e São Paulo, isso em decorrência da fuga ao controle familiar e também na busca da sociabilidade homossexual, seja em espaços públicos ou em pequenos grupos e/ou repúblicas.

Ao mesmo tempo em que esses centros urbanos atraíam os jovens migrantes com a perspectiva de sociabilidade, esses se tornavam mais vulneráveis, mesmo que no Código Penal Brasileiro, a homossexualidade não fosse punida, como em outros países, porém eram enquadrados nas leis contra vadiagem, perturbação pública e atos obscenos em público davam espaço à repressão (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.65).

Ainda segundo Simões e Facchini (2009, p.72-73)

Os emergentes “entendidos” ou “gays” que percorriam esse mapa sociossexual ampliado orientavam suas relações segundo sua versão ao modelo igualitário, inclusive nas áreas de “pegação arretada” envolvendo garotos de programa. Sua valorização da “transa” na definição dos parceiros da relação sexual em detrimento da posição ou papel nela desempenhado, leva-os a representar a relação com os garotos de programa como uma troca mútua e simétrica que ocorre entre “homens”, “ num jogo para os “fortes”, onde a bicha não entra mesmo”. Em caso de não cumprimento do trato a atitude era o enfrentamento, como exprimia um entrevistado de Carmem Dora Guimarães: “ Se depois o outro ameaça escândalo, eu ameaço um escândalo ainda maior. Não me intimido. Não tenho nada a perder. Aí fico bem. Fico macho mesmo. É homem contra homem”.

A citação demonstra, como se dava a relação entre os homossexuais, em alguns casos se percebia a relação de dominação de um sobre o outro e em alguns momentos recorrendo-se a ameaças, para afirmarem até mesmo enquanto homens, independentemente das preferências sexuais.

A década de 1970 foi marcada pela atmosfera política e cultural e que estava sob a influência da ditadura militar, imposta pelo Ato Institucional nº5, período esse, considerado o mais violento de perseguições, torturas e assassinatos cometidos por órgãos de repressão política.

Diante desses fatos os espaços de sociabilização homossexual, também sofreram e tornavam-se alvo da incursão de policiais, com o pretexto de combater a vadiagem e o tráfico de drogas.

Não obstante a essas incursões policiais nesses espaços, esse período foi um tempo de grande efervescência artística e de contestação cultural no País, sendo uma década de grande visibilidade e vivências homossexuais, coincidindo no universo gay masculino as performances, de gêneros mais viris, másculos, no qual os bigodes e as barbas ganham espaço.

Ainda segundo Simões e Facchini (2009, p.77):

O gay macho rejeita hoje a velha e neurótica superidentificação com as mulheres... hoje, os modelos de identificação são os macho-men. Em poucos anos passaram da escravidão a feminilidade, que nunca alcançaram, a uma masculinidade que eles sabem jamais alcançarão.

Nesse sentido, concordamos com Simões e Facchini (2009, p.79-80):

Na mentalidade dessa época [1963], só se via guei como travesti ... [1974] a mentalidade é outra. E tem liberdade enorme que nós não tínhamos coragem, né? Nos carnavais éramos todos mascarados, não tínhamos coragem de mostrar a cara. Hoje, na praça Castro Alves, todo mundo faz o que quer, abertamente e com apoio de todo mundo, com cobertura da polícia. Foi a década de 1970 que trouxe essa renovação. Está relacionada com o movimento tropicalista de Caetano Veloso. Acho que esse pessoal todo é que criou uma abertura maior. Eu, na minha adolescência, pensava em sociedade, em fofoca, aquela coisa mais social. Hoje, mais maduro, vejo que tem muita coisa mais importante para se pensar, para pesquisar, saber as origens, buscar as raízes. Assim que a gente muda. Naquele tempo, eu achava lindo fazer um desfile de miss. Hoje, se eu fizer um desfile, como faço, é uma sátira.

Nesse período, não se tinha a compreensão sobre a diferenciação sobre as orientações, expressões e identidades de gênero, que permeiam o mosaico da contemporaneidade, pois se evidenciava a ideia de que o gay procurava mesmo que inconscientemente aproximar-se cada vez mais do ideal feminino, contudo a literatura atual

aponta para as várias especificidades dentro da diversidade sexual e que precisam ser levadas em consideração.

Fato importante a ser levado em consideração é o que aconteceu na segunda metade da década de 1970, quando surge com ênfase a chamada “explosão discursiva” em torno da homossexualidade, tendo como marco importante a edição da “Coluna do Meio”, assinada pelo jornalista Celso Curi, no Jornal popular Última Hora, de São Paulo, pertencente ao grupo Folha de São Paulo, sendo a primeira coluna voltada explicitamente para o público homossexual, cujo objetivo foi de divulgar as informações que diziam respeito ao movimento gay e lésbico da época do Brasil e de outros países, bem como os serviços de utilidades aos referidos segmento, teve existência de três anos, no período de 1976 a 1979, nesse ínterim, a coluna sofreu vários processos movidos pela união, baseados na lei de Imprensa, utilizando-se de argumentos tais como: ofensa à moral e aos bons costumes.

A década de 1970 é considerada como um período de grande efervescência no cenário nacional, pois dentre outras coisas é visto como um período de acentuada expressão e identificação da homossexualidade, essas mudanças ocorrem a partir das inovações culturais e as mudanças sociais, que têm como consequência o movimento de contestação ao regime militar, desencadeando com isso, um movimento homossexual de caráter político, tendo como bandeira de luta a garantia de direitos de homossexuais, enquanto sujeitos de direitos e cidadãos/as brasileiros/as, com todas as prerrogativas constitucionais.

Sendo a partir dessas ações desenvolvidas nos anos 1970, que o movimento LGBT, no Brasil se origina com a criação do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS) no ano de 1987 e, se definia genericamente como Movimento Homossexual Brasileiro - MHB. Na década de 1990, este movimento passa a denominar-se Movimento de Gays e Lésbicas – MGL e no ano de 1995 denomina-se GLT, em referência a Gays, Lésbicas e Travestis. Mais uma vez no ano de 1999 passa a utilizar a sigla GLBT – indicando em sua composição os segmentos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Como se percebe o movimento LGBT tem mudado sua caracterização no sentido de incluir cada vez mais os segmentos discriminados em nossa sociedade por conta de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Em continuidade as lutas por garantias legais e implementação de políticas públicas aos homossexuais, registra-se a contribuição de Harvey Milk, ativista e político norte-americano, morto em 1978, que entre outros aspectos estabeleceu princípios claros de luta, na perspectiva de garantir direitos iguais entre todos os indivíduos independentemente de

credo, orientação sexual, etnia, opção religiosa entre outros. Nesse sentido Bourdieu (2003, p.10) salienta que:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus*¹¹ sexuados, com o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa.

No Maranhão, as décadas de 1980 e 1990, também são importantes referências para Gays, Lésbicas e Travestis, no sentido de se organizarem para combater as várias formas de violência sofridas pela população LGBT. Já em 1993, surgiu a primeira organização social maranhense denominada “Grupo Tibira”¹², mas apesar de sua importante atuação contra as discriminações em nosso Estado, é relevante considerar que o Grupo “Tibira” surgiu no contexto da redemocratização do Estado brasileiro, pós Ditadura Militar, inspirados na prática dos militantes do Partido dos Trabalhadores. Foi no interior da organização desse partido que diversos militantes se estimularam a sair da invisibilidade, por conta de sua orientação sexual, e com isso uma primeira semente foi plantada tratando-se de movimento LGBT no Estado do Maranhão (MARANHÃO, 2013).

O movimento LGBT, ao longo dos anos vem se fortalecendo, e apesar de ser um movimento com características semelhantes, é bastante plural e por tanto se faz necessário garantir essas especificidades.

A luta contra a discriminação e os estereótipos discriminadores tornou-se eixo central dessas reivindicações. Além disso, a educação foi elencada como fundamental na luta contra as diversas formas de discriminação e conquista dos direitos negados. Os governos depararam-se com as demandas dos setores historicamente oprimidos e tiveram que responder de forma objetiva aos anseios e reivindicações. Dessa forma:

O movimento gay e lésbico coloca, ao mesmo tempo, tacitamente, com sua existência e suas ações simbólicas, e explicitamente, com os discursos e teorias que produz [...]. Esse movimento de revolta contra uma forma particular de violência simbólica¹³, além de suscitar novos objetos de análise, põe profundamente em

¹¹O conceito de **habitus** foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre **Bourdieu** com o objetivo de pôr fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

¹²Tibira, primeiro grupo gay do Maranhão nome dado ao grupo em homenagem ao índio gay que foi mártir por sua condição homossexual.

¹³Ao tomar “simbólico” em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física. [...] Ao entender “simbólico” como oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente “espiritual” e indiscutivelmente sem

questão a ordem simbólica vigente e coloca de maneira bastante radical a questão dos fundamentos desta ordem e das condições de uma mobilização bem-sucedida visando subvertê-la. (BOURDIEU, 2003, p.143)

A título de exemplos citamos o fórum das Nações Unidas durante a Conferência Mundial de *Beijing* (1995) na qual o tema da discriminação por orientação sexual foi, pela primeira vez, discutido. Além deste, na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul em 2001, o tema da discriminação por orientação sexual foi amplamente debatido, tendo deliberado algumas orientações que os países signatários – entre eles o Brasil – deveriam seguir.

Em 2002, o Grupo maranhense “Tibira” foi extinto em virtude de muitas dificuldades, uma delas, a própria falta de experiência em organização de um movimento de tamanha complexidade e importância. Como resultado de todo esse processo de luta, no mesmo ano, surge a Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão – ODCH.

Neste ano, o movimento LGBT no Maranhão por intermédio da ODCH, inicia uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, no desenvolvimento do Projeto “Transando Sem Preconceito”, com o objetivo de fomentar ações nas áreas de prevenção, educação e informações, utilizando como procedimentos metodológicos palestras, oficinas e seminários. Essas ações contribuíram para o processo de organização política do Movimento LGBT no Estado do Maranhão.

Neste percurso, inúmeros debates foram travados no sentido de encontrar caminhos a fim de diminuir as práticas preconceituosas nos mais diferentes espaços. Na educação, as escolas tornaram-se focos essenciais dos movimentos sociais e das políticas públicas visando à constituição de uma prática de ensino multicultural e inclusiva, por conseguinte não homofóbica.

No ano de 2003, a ODCH dá lugar ao Grupo “Gayvota” impulsionando os trabalhos em defesa da população LGBT na cidade de São Luís-MA, dentre eles a 1ª Parada

efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação. Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, por tanto, a dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; (BOURDIEU, 2003, p.47-48)

do Orgulho LGBT, que desde então se constituiu bandeira de lutas constitutivas da ordem social. Nessa linha,

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob forma de *hexis*¹⁴ corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 2003, p.33-34).

Problematizar as diferenças, nos dias atuais, é uma bandeira de luta política. Essa reflexão passa por atitudes de respeito e aceitação de que, em uma sociedade plural, pautada pelo entendimento de que todos têm os mesmos direitos e deveres e que, atitudes de discriminação, devem ser combatidas, sobretudo, no ambiente escolar, pois as ideologias discriminatórias naturalizam em nossa sociedade os preconceitos e as desigualdades historicamente construídas.

Os movimentos sociais pela diversidade sexual identificam a escola como uma das instituições fundamentais para promoção de políticas de inclusão voltada para os direitos humanos e o reconhecimento da diversidade. Para tanto, é fundamental assegurar a todas as pessoas uma educação que vislumbre a diversidade e pluralidade de orientação sexual¹⁵ presente em nossas sociedades. Nas discussões de Boudieu sobre a particularidade da relação de dominação depreende-se que:

A particularidade desta relação de dominação simbólica é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do próprio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual (BOURDIEU, 2003, p.144).

O movimento LGBT, portanto, tem importante papel na exigência de políticas educacionais que combatam as práticas homofóbicas no interior dos sistemas escolares. Dentre os avanços importantes, podemos citar: as duas Conferências Nacionais, I Conferência Nacional LGBT(2008) cujo tema foi: “ Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais tendo como

¹⁴ São movimentos corpóreos que os sujeitos que exercem uma determinada prática laborativa realiza quando exercem, movimentos harmônicos, gestos.

¹⁵ “[...] a orientação sexual é uma construção subjetiva, [...], é construída nos embates subjetivos e sociais, produzidos nas interações, a partir de padrões culturais, relações de poder, idéias sociais, configurando-se como um fenômeno individual tanto quanto coletivo” (SOUSA FILHO, 2009, p. 119).

fruto o Plano Nacional de Direitos Humanos LGBT, II Conferência Nacional LGBT¹⁶ (2011) trouxe como tema: Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais com o objetivo de avaliar a efetividade das ações previstas no Plano Nacional de Políticas Públicas para a população LGBT, bem como traçar novas metas, propostas e diretrizes para as políticas LGBT, no âmbito do Governo Federal, (BRASIL, 2011, p.17), a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e a adoção do nome social de travestis e transexuais e, por fim o casamento homoafetivo.

3.2 A discussão sobre a diversidade sexual na escola

Emerge na atualidade a necessidade da discussão e problematização das práticas docentes que têm sido construídas pelos/as professores (as) da Educação Básica a fim de garantir no espaço escolar uma educação inclusiva e não homofóbica para as pessoas que sofrem discriminações por conta de sua orientação sexual.

Isto se situa num contexto caracterizado por uma grande discussão sobre a diversidade, o pluralismo cultural, a presença de “todos na escola” e, por outro lado, por graves injustiças e manifestações de intolerância àqueles que sofrem discriminações por conta de sua orientação sexual. Por não estarem inseridos nos padrões ditos “normais”.

Para efeito deste trabalho, efetuou-se pesquisas na base de dados Scielo, encontramos quatro revistas, que discutem a temática da diversidade sexual, são: Revista Brasileira de Educação, Educação e Sociedade, Revista Pro-Posições e a Revista de Estudos Feministas.

A Revista Brasileira de Educação é publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPEd, dedica-se à divulgação de artigos acadêmico-científicos, fomentando e facilitando o intercâmbio acadêmico no âmbito nacional e internacional, é editada desde 1978 em publicações trimestrais.

¹⁶Esta última caracterização – LGBT – surgiu durante a realização da 1ª Conferência Nacional, realizada em Brasília, no mês de junho de 2008, onde em plenária votou-se a favor da alteração da sigla, com isso a letra “L” (Lésbica) vem para frente, com o intuito de dar visibilidade às mulheres lésbicas no âmbito do movimento, bem como garantia de políticas do governo e da sociedade para esse segmento que sofre intensos preconceitos, bem como garantir políticas específicas para as Lésbicas. Percebem-se as profundas e rápidas transformações as quais a sociedade brasileira está imersa no século XXI. Um contexto caracterizado por uma grande discussão sobre a diversidade, o pluralismo cultural, a presença de “todos na escola” e, por outro lado, por graves injustiças e manifestações de intolerância àqueles que fogem aos padrões ditos “normais”. Daí a necessidade de discutir a temática da diversidade sexual no âmbito da escola.

Na pesquisa das publicações da referida revista em estudo, constatamos que foram publicados 415 artigos, destes, 04 artigos foram sobre a temática da diversidade, a saber: Vianna e Unbehaum (2006) “Gênero na educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de Políticas Públicas no Brasil; Dinis (2008), “Educação, relações de gênero e diversidade sexual; Carvalho, M.P. (2011) em seu trabalho “O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação) (1999-2009)”, e Vianna; Carvalho; Schiling e Moreira (2011) “Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006”.

A *Revista Pró-Posições*, criada em 1990, é uma publicação quadrimestral de editoria da Faculdade de Educação da Unicamp, ocupa uma posição consolidada como uma das principais publicações na área das Ciências da Educação. Na pesquisa encontramos 87 artigos publicados, destes, apenas 05, versam sobre a diversidade sexual na escola: Zuin (2008) “Tabus sexuais entre professores (as) e alunos. ”; Furlani (2008). Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo; Souza e Dinis (2010) em “Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia”; Vianna (2012) “Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica”; Siqueira; Fonseca; Sa e Lima (2012), “Construções indenitárias de estudantes de Farmácia no trote universitário questões de gênero e sexualidade”.

A *Revista Estudos Feminista sediada* no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina, é um periódico indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, é uma publicação quadrimestral, em português e espanhol. O primeiro número da Revista Estudos Feministas foi publicado em 1992. Nesta revista encontramos 257 artigos publicados, destes apenas 02 sobre a temática pesquisada: Meyer; Klein; Dal’igna, e Alvarenga, (2014) “Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social”; Carvalho M.E. e Rabay (2015) “Uso e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil”.

Na busca de artigos que tratassem da temática proposta – “gênero, sexualidade e orientação sexual” na educação, no período supracitado, identificamos na Revista Educação e Sociedade os seguintes autores e autoras: Vianna e Unbehaum (2006); Dinis (2008); Carvalho. M. P. (2011), e Viana (2011).

O trabalho de Vianna e Unbehaum (2006) “Gênero na educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de Políticas Públicas no Brasil tem o objetivo de examinar a inclusão da perspectiva de gênero na educação infantil e no ensino fundamental, no período de 1988 a 2002, este artigo aborda os resultados da pesquisa sobre a ótica de gênero nas principais leis e documentos que orientaram as reformas da educação pública brasileira no período de 1998 a 2002, no Brasil. Para isso, foram selecionados como objeto de estudo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2001); a Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (BRASIL, 1996), Lei n. 10.172/2001 o Plano Nacional de Educação (PNE) – (BRASIL, 2001); os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1987).

As autoras observam que: (2006, p 5)

Mesmo assim, diante da baixa visibilidade de gênero na educação, um olhar mais cuidadoso nos afasta de afirmações radicais e nos permite perceber a elaboração de políticas públicas de educação, ora mais, ora menos integradas com as demandas das lutas por igualdade de gênero.

Elas chamam atenção para: “essa tarefa exige, entre outras medidas, uma revisão curricular que inclua na formação docente não só a perspectiva de gênero, mas também a de classe, etnia, orientação sexual e geração”. Acrescentam ainda (2006, p.10)

Mais do que isso, é preciso incluir o gênero, e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades, como elementos centrais de um projeto de superação de desigualdades sociais, como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais

O trabalho de Dinis (2008), “Educação, relações de gênero e diversidade sexual” trata especificamente de estudos das relações de gênero e diversidade sexual, salientando que a educação precisa partir de uma perspectiva cidadã e de respeito aos direitos humanos, levando ao currículo uma discussão sobre inclusão de grupos minoritários, entre eles: os grupos de gênero representados por feministas, gays e lésbicas. Tendo como resultado: ensaiar formas curriculares que possam convidar à produção de novas formas de subjetividades, de novas estéticas da existência, desconstruir criativamente as fronteiras sexuais e de gênero.

Ressaltamos, dentre outras questões, algumas formas de resistência que o autor aponta no referido artigo no sentido de incluir os estudos de gênero nos cursos de formação para docentes. Alerta, também, sobre as das representações sexuais e de gênero produzidas pela

mídia e a experimentação de novas formas de linguagem, no sentido de desconstruir estruturas identitárias binárias e excludentes, como homem-mulher e heterossexual-homossexual, produzidas pelo discurso educacional (DINIS, 2008).

Carvalho (2011) em seu trabalho “O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) (1999-2009)”, cujo objetivo era impulsionar o debate teórico sobre o conceito de gênero no âmbito do grupo, optou por discutir a partir dos autores mais frequentemente utilizados nos últimos dez anos: Scott, Bourdieu e Connell. As questões levantadas pelos autores nos artigos supramencionados refletem as tensões e problemáticas cáusticas sobre os estudos feministas, bem como nas discussões e nas determinações de gênero. A autora ressalta que esse trabalho deve contribuir para que pesquisadores e pesquisadoras da educação considerem as determinações de gênero em seus estudos específicos.

Vianna et. al. (2011) em “Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006” analisam a educação formal sob o prisma dos conceitos de gênero e sexualidade, destacando as produções acadêmicas no período citado acima, tendo como objetivo atualizar, sistematizar e difundir o conhecimento acumulado na produção acadêmica nacional sobre a educação formal em seu cruzamento com as temáticas de gênero, mulheres e/ou sexualidade.

Vianna et. al. (2011, p. 6) mencionam que:

Uma das lacunas apontadas com frequência nas análises da área de interface entre gênero e educação é a falta de diálogo, tanto dos estudos educacionais com os estudos feministas quanto da área de estudos de gênero com o campo educacional.

Segundo estas autoras a discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar é antiga, porém, somente na década de 1990 a temática da sexualidade, relacionada ao reconhecimento da diversidade sexual se efetiva, a partir da pressão do movimento de mulheres, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, aliado aos compromissos internacionais, pertinentes à discussão da agenda de Gênero e Sexualidade. Elas acrescentam que ocorreu:

[...] uma passagem da terminologia de sexo a gênero, nas produções acadêmicas examinadas, mostrando ainda que a área da educação passa a trilhar as pistas oferecidas pelos estudos feministas, onde procuraram minar o poder de um modelo explicativo, calcado na imutabilidade das diferenças entre homens e mulheres, percebendo o gênero como construção social das diferenças entre os sexos ao longo da história (VIANNA et. al., 2012, p.129).

As pesquisadoras seguem suas análises evidenciando a marcante presença no Brasil das ideias da historiadora Joan Scott, por meio da interpretação e difusão da estudiosa das relações de gênero Guacira Lopes Louro. Com efeito, elas dizem (2011, p. 129):

[...] é a forte influência da produção da historiadora Joan Scott, - inicialmente difundida no Brasil por Guacira Lopes Louro (1999) 2003, 2006 – que deu maior amplitude ao conceito de gênero como uma categoria capaz de produzir conhecimento histórico. Com ênfase na perspectiva pós-estruturalista, centra o olhar no controle dos corpos como um processo social e culturalmente determinado, permeado por formas sutis, muitas vezes não percebidas na produção das políticas e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

O artigo menciona que das pesquisas efetivadas, ao longo deste período, percebe-se o papel efetivo do Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros), como protagonistas, na proposição de vários projetos e programas federais e estaduais ligados à inclusão da diversidade sexual no contexto escolar.

Na revista Pro-posições encontramos o trabalho de Zuin (2008) intitulado “Tabus sexuais entre professores (as) e alunos”, que busca analisar a ambivalência dos sentimentos de amor e de ódio que se objetivam na sexualidade existente entre professores (as) e alunos.

O autor salienta a intensidade do poder da sexualidade entre professores (as) e alunos, explicitando o termo tabu, como algo misterioso, proibido, no qual a questão sexual entre professores (as) e alunos, concerne a uma esfera tão proibitiva, que não é mencionada.

A força da sexualidade nas relações estabelecidas entre alunos e professores (as) é tão intensa quanto o esforço feito pelos agentes educacionais em negá-la. As vozes oficiais das instituições escolares empenham-se na vã tentativa de fazer com que quaisquer indícios de manifestações da sexualidade entre professores (as) e alunos sejam imediatamente reprimidos. Não por acaso, causam espanto e perplexidade os casos de envolvimento sexual entre alunos e professores (as), os quais frequentemente são estampados nas manchetes e nos textos de jornais, de revistas e de telejornais. Talvez o termo tabu represente a designação exata daquilo que tal temática suscita: trata-se de algo misterioso e, principalmente, proibido. De todo modo, não pode haver qualquer tipo de violação da regra tácita de que professores (as) e alunos, durante situações ocorridas nas salas de aula, devam comprometer-se com a concentração apenas em dados objetivos. Se os elementos da dimensão subjetiva se revelaram determinantes para concretização do processo de ensino-aprendizagem do aluno, a ponto de serem caracterizados pela sociologia da educação como componentes do chamado currículo oculto, a questão sexual refere-se a uma esfera tão proibitiva que sequer é mencionada, haja vista a escassa quantidade de pesquisas que versam a esse respeito (ZUIN, 2008, p. 2).

O referido artigo analisa como se dá ambivalência dos sentimentos de amor e de ódio que se objetivam na sexualidade existente entre professores (as) e alunos. A simples menção da sexualidade entre professores (as) e alunos adquire uma conotação de incesto que precisa ser sobejamente negada e condenada.

O autor faz os seguintes questionamentos: quais seriam os fatores determinantes para a identificação do componente proibitivo quando se estuda a questão da sexualidade entre mestres e alunos? Que tipo de processo sociabilizador se nota entre professores (as) e alunos que converte a sexualidade a uma condição de tabu? Ele afirma:

As expectativas dos (as) professores (as) (as) e alunos em torno dos debates sobre sexualidade no contexto escolar são variadas e às vezes contraditórias, pois na maioria das vezes não consegue romper com os padrões tradicionais sobre as várias identidades de gênero (ZUIN, 2008, p.10)

O Zuin (2008) acrescenta ainda que ganhe espaço as tentativas de se repensar as concepções dos docentes, para além da heteronormatividade, no trabalho pedagógico, levando-se em consideração a interrelação entre gênero e sexualidade.

Souza e Dinis (2010) em “Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em Biologia”, discutem as concepções de gênero e sexualidade na formação em ciências biológicas. Para garantir essa discussão foram aplicados questionários sobre a temática aos graduandos, em que os resultados apontaram para rejeição de preposições preconceituosas a respeito das minorias sexuais e de gênero, além de associar a noção de homossexualidade a algo contagioso, além da indiferença e o desinteresse, criando obstáculo a aceitação da diversidade sexual. Os autores salientam a possibilidade de mudanças curriculares, dando aos docentes capacidades teórico-metodológicas para lecionarem sobre gênero e diversidade sexual, nas ciências biológicas; bem como esclarecem seu posicionamento ao afirmarem:

Definimos sexualidade, portanto, conforme a formulação de Foucault (1977, 1979), ou seja, como um dispositivo constituído por um conjunto de discursos, instituições e práticas que visam produzir/estabelecer/normatizar "verdades" em relação aos corpos e aos prazeres. Em Foucault, devemos entender a questão da sexualidade menos pelo viés do poder repressivo do que pela perspectiva do poder como força criadora. Nesse sentido, entendemos o poder como meio pelo qual todas as coisas acontecem, sendo que a produção do conhecimento, dos discursos e do próprio prazer estão vinculados a sua dinâmica (Giddens, 1998, p. 317). Ou seja, pela perspectiva foucaultiana que adotamos, tratar do "problema" da sexualidade não significa denunciar as práticas repressivas que se aplicariam às manifestações "naturais" da sexualidade humana, mas antes disso, identificar e compreender como se constroem historicamente e culturalmente as distinções de sexo e de condição sexual, alvos de uma série de normas e cuidados. Do mesmo modo, não é correto entender o poder em Foucault pela perspectiva meramente institucional ou de classe - para o autor, o conceito de poder diz respeito a "constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força" (Saffioti, 1992, p. 185), o que nos permite ampliá-lo para o domínio do cotidiano e do doméstico, enfim, para a dimensão do "microsocial" (SOUZA; DINIS, 2010, p. 14).

Souza e Dinis (2010, p.7) apontam que “[...] é necessário pensar novas políticas de relação com o outro que possam nos levar para além da interiorização de uma tolerância politicamente correta.” No mesmo artigo os autores destacam que é necessário “levar em conta que essas questões perpassam por todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional, é preciso criar um ambiente propício ao diálogo e ao questionamento permanente de novas práticas educativas”(p.5).

O artigo de Vianna (2012), “Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica “traz o resultado do levantamento das produções acadêmicas sobre a introdução de gênero e da sexualidade, nas políticas públicas de educação no Brasil entre 1990 e 2009, tendo como resultado, dois movimentos analíticos: o uso do conceito de gênero, sob a influência de Joan Scott, e nas produções mais recentes, a crítica ao que Judith Butler denomina de “matriz heterossexual”. A autora ressalta que a maioria das recentes produções, estão centradas nas regiões sul e sudeste:

É também objeto de condenação a pouca relevância da temática da diversidade sexual no contexto da elaboração dos PCN. Ela aparece apenas na introdução ao documento, na introdução aos temas transversais, e é citada somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCN do primeiro ciclo, apenas para enfatizar que esse assunto deverá ser tratado da 5ª série em diante [...] a ênfase na redução da sexualidade à heterossexualidade e destacar a restrita menção da homossexualidade nos PCN e o silenciamento da discriminação sofrida pela população LGBT. O que prevalece é a reiteração compulsória da heterossexualidade. (LOURO, 2009) e fora os esforços de pioneiras (os) na área, são trabalhos mais recentes os que vão problematizar essa questão, com destaque para a crítica ao processo de invisibilização da população LGBT no cotidiano e na organização escolar. (VIANNA, 2012, p. 132).

Outro artigo encontrado na pesquisa foi “Construções identitárias de estudantes de Farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade” das autoras Siqueira; Fonseca; Sá e Lima (2012), cujo objetivo foi identificar situações no trote em que sexismo, significados homofóbicos e assédio moral prevalecem sempre travestidos como brincadeiras. O estudo apresenta resultados de pesquisa empírica baseado na ideia de que em espaços não formais da universidade ocorrem processos importantes de construção identitárias. As autoras evidenciaram no trabalho situações sexistas, homofóbicas, e até assédio moral, sempre travestido de brincadeiras nas universidades do Brasil sob forma de trote.

Segundo a análise das autoras, propiciar a discussão sobre a temática da diversidade sexual, ainda se constitui um tabu no interior das escolas, uma vez que ela continua sendo tratada de forma negligenciada, não tendo o encaminhamento pedagógico

devido, tanto no currículo, quanto na proposta pedagógica, tornando-se tema “desnecessário” de ser discutido na escola.

Na Revista de Estudos Feministas encontramos o artigo de Meyer; Klein; Dal’igna; Alvarenga(2014) “Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social”, cujo objetivo é promover inclusão social e pressupõe desenvolver e desempenhar um conjunto de capacidades representadas como sendo 'da ordem do feminino', que são constitutivas da feminização que as políticas incorporam e fazem funcionar.

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com gestores/as e técnicos/as, vinculados/as a secretarias municipais, envolvidos/as com a implementação de políticas e programas de inclusão social, em um município da Grande Porto Alegre/RS. As autoras e o autor discutem, a partir da perspectiva dos estudos de gênero e estudos culturais pós-estruturalistas, um movimento de generificação que foi nomeado de "feminização da inclusão social", focalizando a situação do emprego e as condições de trabalho, a infraestrutura dos serviços e os modos como profissionais/técnicas se vêem na implementação das políticas.

As autoras e o autor do artigo destacam que no referencial teórico-metodológico em que a pesquisa se insere, articulou estudos de gênero e estudos culturais pós-estruturalistas aos quadros conceituais da vulnerabilidade e da educação permanente em saúde. A análise foi composta por um conjunto de textos com diferentes características: registros escritos sobre os processos de negociação e planejamento do curso, diários de campo produzidos durante sua realização e, ainda, grupos focais, realizados com gestores/as, técnicas/os de secretarias e serviços envolvidos, e com os/as componentes da equipe de investigação, após o término do curso.

Tais textos foram preferidos a partir da análise cultural, para responder a um conjunto de questões e objetivos que incluíram, entre outros, a possibilidade de discutir políticas e programas direcionados para a inclusão social, desde a perspectiva de gênero, com um conjunto de instituições/grupos envolvidos com sua operacionalização.

Na mesma direção de nosso argumento, Anzorena considera que políticas de inclusão social tendem a enfatizar a importância da incorporação do gênero, mas em muitos casos essa ênfase acaba funcionando para naturalizar lugares e funções socialmente construídas como femininas/masculinas, desconsiderando os efeitos sociais e políticos que tais discursos promovem e reforçam. O funcionamento dessa engrenagem promove impactos tanto no que se refere à organização e à permanência de mulheres e homens em lugares específicos, como traz prejuízos a ambos no que se refere às condições de mercado e trabalho que continuam atravessadas por condições desiguais de gênero, produzidas "por determinantes materiais, culturais e ideológicos que estabelecem um tipo de trabalho mais adequado segundo o gênero". (MEYER, 2014, p.11).

Estes artigos analisados subsidiam com argumentos, a possibilidade de fazer uma discussão sobre a importância de conceber as relações de gênero que ultrapassem a perspectiva do binário e que possibilite levar em consideração a diversidade sexual.

Carvalho e Rabay (2015) apresentam o artigo “Uso e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil”, com objetivo de focar a substituição da variável sociológica sexo por gênero, em formulários de identificação e tabelas de caracterização de sujeitos, e a confusão entre paridade de sexo e equidade de gênero, que reduz este a uma característica individual ou um marcador indenitário, no qual considera que gênero é um conceito de difícil compreensão e tem se tornado praticamente sinônimo de sexo na linguagem comum e até mesmo acadêmica. Daí assinala os usos e incompreensões deste conceito no campo educacional no Brasil e suas implicações para as políticas e práticas educacionais.

A partir desse debate Carvalho e Rabay (2015, p.2), propõem que o conceito de gênero é:

[...] debatido e ressignificado no campo dos estudos feministas e ainda de difícil compreensão em geral. A partir de sua generalização, tem se tornado praticamente sinônimo de "sexo" na linguagem comum e até mesmo acadêmica (fora do campo dos estudos de gênero e/ou feministas). Vem do Latim *genus*, de onde também provêm os vocábulos "gene", "gerar" e "genital". Embora etimologicamente possa ser sinônimo de sexo, como todo conceito, gênero tem história. Conforme Germon, trata-se de uma história controvertida, de fato, várias histórias. Originalmente, gênero não era uma invenção do feminismo, entendido como campo político e teórico. Da linguística, o termo migrou primeiro para a sexologia e depois para o feminismo.

No mesmo artigo as autoras destacam que antes do surgimento do termo “gênero”, o termo “sexo” incluía as categorias biológicas e sociais. Até a década de 1980, utilizava-se, no Brasil, o termo "relações sociais de sexo", por influência da literatura feminista francesa, em vez de "relações de gênero". Todavia, o uso de gênero foi se disseminando mundialmente a partir da língua inglesa. É possível que, tanto em língua inglesa quanto portuguesa, gênero tenha se tornado um eufemismo para sexo, a fim de se evitar as conotações de genitália e coito. Assim, em formulários de identificação, atualmente, é comum encontrar gênero em lugar de sexo.

Ainda no artigo, após analisar a política pública em relação a gênero, observa que:

[...] mais recentemente, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015 reconhece que "a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero, embora haja paridade nas matrículas em quase todos os níveis de ensino", apontando a permanência de diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens, bem

como o menor acesso das mulheres negras, indígenas e das áreas rurais. (CARVALHO, 2015, p.4).

Entre os objetivos específicos e as ações do PNPM 2013-2015, destacam-se: a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero (na perspectiva interseccional) para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e superior, especialmente nas áreas científicas e tecnológicas (nas ciências duras), por meio de políticas de ação afirmativa e assistência estudantil; a produção de conhecimentos sobre as relações sociais de gênero na perspectiva interseccional, através do apoio aos núcleos de estudos de gênero das universidades públicas; a inclusão da temática de gênero e diversidade nos currículos da educação básica; e a formação continuada em gênero e diversidade de gestores/as, servidores/as públicos/as, profissionais da educação e estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino”.

A partir das pesquisas, nos artigos publicados nesses periódicos, identificamos um número reduzido de artigos sobre a temática da diversidade, percebemos que além da fragilidade em discuti-la, há um silenciamento.

Outro fato que chama a atenção é que dos onze artigos publicados tem-se somente a presença de três autores do sexo masculino vários/as autores /as estão presentes em mais de um periódico, com isso, percebe-se um número reduzido de autores que se debruçam em estudar a temática em tela, e que pelas análises a grande maioria são mulheres e que o interesse em estudar e publicar tais discussões é pequeno.

Percebe-se que é uma temática ainda em construção, mas com uma pretensão teórica bastante ousada: a de oferecer uma compreensão das relações de gênero, especialmente das masculinidades, desde o âmbito global até as interações face a face, incluindo as dimensões institucionais. Os esforços dos autores e autoras analisados mostraram-se úteis e frutíferos, entre outros temas, para a análise dos processos de socialização dos meninos/as e rapazes e moças bem como na busca de soluções para suas dificuldades ante a escola, em diversas partes do mundo, além de perceber que a diversidade sexual é também explicitação e prerrogativa dos direitos humanos.

Importa, pois, vislumbrar, que os estudos de gênero, possa contribuir para a reconfiguração das problemáticas que emergem dos estudos e discussões sobre gêneros, orientação e diversidade sexual na escola. Para tanto se faz necessário uma abordagem sobre as políticas educacionais e diversidade sexual no Brasil.

4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIVERSIDADE SEXUAL: no Brasil e no Maranhão

O presente capítulo tem por objetivo analisar as principais medidas educacionais brasileira e maranhense pós- LDB 9394/96, referentes ao tratamento da diversidade sexual e homossexualidade nas práticas a serem desenvolvidas nas escolas, tendo como referência os Programas Planos, Diretrizes e o Projeto Político Pedagógico da escola lócus da pesquisa. Para tanto, ressalta de que forma direitos humanos, diversidade e educação estão inter-relacionados como trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes e como se articulam com a construção da justiça social, a inclusão.

4.1 Programa Nacional de Direitos Humanos

No governo de Fernando Henrique Cardoso foram lançados respectivamente os dois primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos nos anos 1996 e 2002. Daniliaukas (2010) salienta que: O Programa Nacional de Direitos Humanos I é um marco em relação às questões LGBT, pois foi o primeiro documento oficial do governo federal a citar a categoria *homossexualidade* numa perspectiva de direitos, quando o referido documento explicita que:

Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais (BRASIL, 1996, p.7).

O documento em tela, faz menção a homossexualidade, incluindo-a no grupo em situação de vulnerabilidade, dentro da seção direito à vida e segurança das pessoas. Já o Programa Nacional de Direitos Humanos II – de 2002 trata de forma específica, quando fala de direitos relativos a pessoas LGBT, dentre as propostas de ações governamentais no referido documento apresenta na garantia do direito à liberdade cinco proposições sobre Orientação sexual e dez específicos para Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB.

No que diz respeito à educação o referido Programa contempla duas propostas:

Art. 242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB.

Art. 246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas (BRASIL, 2002 p.19).

Com o PNDH-III o Brasil faz uma opção de fortalecimento da democracia e tem por objetivo: Revisar os dois primeiros Programas lançados respectivamente em 1996 e 2002, assimilando as demandas crescentes da sociedade e incorporar os elementos dos tratados internacionais mais recentes seja da ONU, seja da OEA.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) sancionado pelo Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, discorre que os princípios históricos dos direitos humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz. Paz que, em qualquer contexto, sempre tem seus fundamentos na justiça, na igualdade e na liberdade.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III) é constituído de seis (06) eixos orientadores, a saber: 1) Interação Democrática entre Estados e Sociedade Civil (composto pelas diretrizes 1 a 3); 2) Desenvolvimentos e Direitos Humanos (composto pelas diretrizes de 4 a 6); 3) Universalizar Direitos em contexto de Desigualdade (composto pelas diretrizes de 7 a 10); 4) Segurança Pública, Acesso à Justiça e combate a violência (composto pelas diretrizes de 11 a 17); 5) Educação e Cultura em Direitos Humanos (composto pelas diretrizes de 18 a 22); 6) Direito à memória e à verdade (composto pelas diretrizes de 23 a 25) , os eixos são compostos por diretrizes e objetivos estratégicos.

O PNDH III representa um roteiro para seguirmos consolidando os alicerces de uma perspectiva democrática: por meio do diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza. Segundo este Programa:

As questões LGBT, concentram-se principalmente no Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades, na diretriz 10 (Garantia de igualdade na diversidade), Objeto estratégico V: Garantia de respeito à orientação sexual e identidade de gênero. (PNDH-III, 2010, p.11).

A Diretriz 10, do Programa Nacional de Direitos Humanos III ao tratar da Garantia da igualdade na diversidade, traz em seu objetivo estratégico I:

Afirmação da diversidade para a construção de uma sociedade igualitária. Dentre as ações programáticas temos: Realizar campanhas e ações educativas para desconstrução de estereótipos relacionados com diferenças étnico-raciais, etárias, de identidade e orientação sexual, pessoas com deficiência, ou segmentos socialmente discriminados. (PNHD, 2010, p 112-113)

O objetivo estratégico V da diretriz 10 do Programa Nacional de Direitos Humanos III, trata da Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de Gênero, traz como ações programáticas (BRASIL, 2010).

- a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social;
- b) Apoiar o projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo;
- c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos;
- d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade;
- e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais.
- f) Acrescentar campo para informações sobre identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde;
- g) Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas;
- h) Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais de renda e conjugais.

O foco da nossa análise no presente trabalho se volta para a ação (A): desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e

identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social, considerando também que é afirmado:

Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos. Nesse processo, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação. (BRASIL, 2012. p.515).

O Programa Nacional de Direitos Humanos III, foi um documento elaborado a partir das propostas das conferências, daí pode dizer que esse processo se efetiva pela democracia participativa.

Ao nos depararmos com o documento do Programa Nacional de Direitos Humanos, percebemos algumas fragilidades, pois o documento trata da temática de forma genérica, sem trazer uma discussão mais aprofundada de questões específicas, tais como: as ações de curto prazo do PNDH I não foram concretizadas e o PNHD II não se concretizou em políticas nem de governo nem de estado Daniliaukas (2010). Pois mesmo quando tratamos de diversidades, não podemos perder de vista as especificidades e de que forma e qual trato pedagógico deve ser dado à questão da diversidade, que concepção de diversidade é abordada nas diretrizes e quais pressupostos norteiam essa discussão.

Nessa direção, Educação em Direitos Humanos, precisa ser pensada como processo de ressignificação e de fortalecimento do regime democrático, processo esse que precisa levar em consideração a efetiva garantia de direitos civil e políticos, bem como as prerrogativas como seres humanos então, como se comportar diante das profundas contradições que marcam a sociedade brasileira e, indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana.

4.2 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

No ano de 2003, teve início o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – (PNEDH), com a criação do Comitê Nacional de Educação

em Direitos Humanos- (CNEDH) por meio da portaria nº 98/2003 da SEDH/PR, cuja primeira versão foi lançada em dezembro de 2003, para consulta e contribuição da sociedade civil e do governo com o intuito de aperfeiçoar e ampliar o referido documento.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi publicado em 2006 fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos, da construção histórica e de lutas da sociedade civil, organizada no processo de redemocratização e emergem, a partir das discussões sobre direitos, bem como do enfrentamento, no sentido de concretizar sua institucionalização.

O documento em sua estrutura estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação, a saber: educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia.

No ano de 2013, foi lançada a segunda edição do referido plano e traz como linhas gerais de ação: a) consolidar o aperfeiçoamento da legislação aplicável à educação em direitos humanos; b) propor diretrizes normativas para a educação em direitos humanos; c) apresentar aos órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação proposta de reconhecimento dos direitos humanos como área de conhecimento interdisciplinar, tendo, entre outras, a educação em direitos humanos como subárea; d) propor a criação de unidades específicas e programas interinstitucionais para coordenar e desenvolver ações de educação em direitos humanos nos diversos órgãos da administração pública; e) institucionalizar a categoria educação em direitos humanos no Prêmio Direitos Humanos do governo federal; f) sugerir a inclusão da temática dos direitos humanos nos concursos para todos os cargos públicos em âmbito federal, distrital, estadual e municipal; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; g) incluir a temática da educação em direitos humanos nas conferências nacionais, estaduais e municipais de direitos humanos e das demais políticas públicas; h) fortalecer o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; i) propor e/ou apoiar a criação e a estruturação dos Comitês Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Educação em Direitos Humanos. Consta nos anexos a Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012: Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O Plano se configura como uma política educacional de Estado, por se tratar de um ideal a ser construído e reconstruído além das demandas de cada ser humano, objetivando ressaltar os valores de: tolerância, solidariedade, fraternidade, justiça social, pluralidade, além de fortalecer as práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da

promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações, se constituindo em uma cultura de paz e que ultrapasse os planos de governos.

O juízo de Direitos Humanos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos. E são os resultados da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana, histórica e socialmente construídos, nesse processo a educação.

Em conformidade com a ideia de Direitos Humanos, Maldonado (2004, p. 24) apresenta “como mediação fundamental para o acesso e legado histórico dos direitos humanos, se institui em um padrão, construído com base nas diversidades e na inclusão de todos/as os/as estudantes, deve perpassar, de modo transversal, currículos, relações cotidianas, gestos, “rituais pedagógicos”, modelos de gestão”. E acrescenta ainda como princípios “Dignidade humana, Igualdade de direitos; Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; Laicidade do Estado; Democracia na educação; Transversalidade, vivência e globalidade; Sustentabilidade socioambiental. Nesse horizonte, a finalidade da Educação em Direitos Humanos é a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural”.

Com relação a essa preocupação há uma recomendação explícita no Documento Final da Conferência Nacional de Educação- CONAE (2010), na área específica da Educação em Direitos Humanos, que se refere à ampliação da:

[...] formação continuada dos/as profissionais da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e dos planos estaduais de Direitos Humanos, visando à difusão, em toda a comunidade escolar, de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade e a democracia participativa. (BRASIL, 2010, p. 162)

A educação, como processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam, consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores.

Diante da prerrogativa de garantia, do direito humano universal e social à educação, e essa, de qualidade social como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos.

Nesse sentido, a escola precisa se perceber como espaço de inclusão, trabalhando as mais variadas temáticas dentre estas as relações de gênero, orientação e diversidade sexual, tendo a compreensão da educação como direito individual e coletivo habilitando os sujeitos na garantia de outros direitos e a escola tem diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela se refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento. Fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

4.3 Plano Nacional de Promoção da Cidadania e direitos humanos de LGBT

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, publicado em 2009 é fruto das discussões da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, travestis e transexuais, de 2008¹⁷, sendo lançado em 2009, convém ressaltar que a elaboração do plano em questão contou com a participação de milhares de pessoas dos vários estados orienta-se pelos princípios, da igualdade, respeito à diversidade, justiça social, além da participação e do controle social. Na apresentação do documento o então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva salienta que:

[...] tenho reiterado que um momento muito importante de nosso mandato foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, travestis e transexuais, em 2008, marco histórico na caminhada para construirmos um país sem qualquer tipo de intolerância homofóbica (BRASIL, 2010 p1.)

Nessa perspectiva, o Plano foi elaborado partindo de dois eixos estratégicos, que se subdividem em um conjunto de estratégias de ação:

Eixo Estratégico I – Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores;defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização;

Eixo Estratégico II – Formulação e promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT.

¹⁷1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, travestis e transexuais,- Direitos Humanos e Política Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada no período de 05 a 08 de junho de 2008, em Brasília-DF e estiveram presentes, 596 delegados/as, 108 convidados/as e 441 observadores/as. (BRASIL, 2008, p.1)

Os prazos estabelecidos para a implementação das ações foram classificados em: **Curto Prazo** - para as propostas cuja execução esteja prevista no Orçamento de 2009; **Médio Prazo** - para as propostas cuja execução esteja contemplada no Orçamento de 2010 e 2011.

A estratégia 1, do eixo estratégico I – Promoção e Socialização do Conhecimento sobre LGBT, é composta de 25 ações, dessas 05 ações de competência do Ministério de Educação e Cultura, 01(uma) a ser cumprida em curto prazo e 04 (quatro) a serem cumpridas a médio prazo que são:

- a) Incluir a população LGBT em programas de alfabetização, instituir e ampliar programas e projetos na área de saúde e educação nas escolas públicas do país;
- b) Estimular e incluir as temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas e extensão, sem excluir nenhum campo do saber ou limitar a cursos da área da saúde;
- c) Fomentar os temas relativos à “legislação e jurisprudência LGBT” no âmbito do Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação e das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito;
- d) Fomentar e apoiar cursos de pós-graduação em parceria com as universidades públicas sobre diversidade sexual para professores (as), gestores e profissionais que atuam nas diferentes áreas da gestão pública.

O eixo estratégico II = Formulação e promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT, composto de 06 (seis) diretrizes e 43 (quarenta e três) ações, dessas, apenas uma é de responsabilidade do Ministério da Educação, na estratégia 6 – que trata da: Gestão da implantação sistêmica da política LGBT, que é a ação: Criar no Ministério da Educação, bem como nos órgãos afins nas instâncias estaduais e municipais, uma coordenadoria específica de políticas para LGBT.

Necessário se faz ressaltar que não obstante ao lançamento do Plano, muitas dessas ações ainda precisam ser implementadas, pois em sua maioria nunca se efetivaram, nem a curto, muito menos a médio prazo, isto se evidenciou por ocasião da segunda

Conferência Nacional LGBT¹⁸, salientaram, a necessidade do comprometimento do Estado com a implementação de políticas públicas democráticas, levando em consideração a Conferência Nacional de Educação Básica.(CONEB) e a I Conferência Nacional de Educação. (CONAE), que propõe um Sistema Nacional de Educação que garanta uma política educacional pública, de qualidade social e pedagógica, por meio de ampliação dos recursos públicos destinados a educação, com garantia pelo menos 10% do PIB e 50% de recurso do pré-sal para a educação, a necessidade de enfrentar o preconceito e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o racismo, o machismo, o sexismo; a necessidade de contemplar as perspectivas de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, territorial, meio urbano e rural e de povos e comunidades tradicionais, e outras formas de violência e opressão.

O Parecer CNE/CEB nº 5/2011 que fundamenta essas diretrizes reconhece a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos:

Nesse sentido, chama a atenção para a necessidade de se implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, como formas de combate ao preconceito e à discriminação (BRASIL, 2012, p.521).

A luta pelo reconhecimento e respeito à diversidade se dá a partir da consciência que se adquire e também, pelo processo de cooperação entre os vários atores e instituições, que atuam no ambiente educacional, independentemente de seu sexo, identidade de gênero e orientação sexual, tem a possibilidade de usufruírem de uma educação, que seja não discriminatória, não homofóbica, não sexista e democrática.

4.4 Plano Nacional de Educação - PNE

No âmbito das discussões sobre o Plano Nacional de Educação.(PNE) 2014-2024, lei nº.13.005/14, convém ressaltar nesse trabalho, as análises feitas por Katia Lima (2015) sobre s metas e estratégias do PNE. No artigo Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova

¹⁸2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT – Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada no período de 15 a 18 de dezembro de 2011 em Brasília – DF (BRASIL, 2011, p 14).

fase do privatismo e da certificação em larga escala”. Em sua análise a autora, faz a retrospectiva do Plano Nacional de Educação, do período de 2001 a 2010, trazendo como subtítulo: Lei nº10.172/01 e o PNE da sociedade Brasileira: Projetos Antagônicos de educação.

Nessa perspectiva de análise ressalta-se a importante atuação do fórum Nacional em defesa da Escola Pública, constituído em 1987, por entidades científicas, acadêmicas, estaduais e movimentos populares de âmbito nacional (LIMA, 2015, p.34). Esse fórum traz como reivindicação: a universalização da educação pública, gratuita, laica, com qualidade social em todos os níveis.

Isso significa dizer que todos (as) educandos (as) brasileiros (as) em idade escolar precisam estarem regularmente matriculados, sem ônus financeiro para seus pais e/ou responsáveis, livres de toda e qualquer forma de proselitismo religioso, e que essa qualidade social, garanta o acesso, a permanência e o sucesso, pois esses três componentes formam o tripé de sustentação da qualidade social, na medida em que um desses não se efetiva, a qualidade social fica comprometida.

Ainda segundo Lima (2015) em seu artigo apresenta um quadro com as principais divergências entre o PNE - proposta da sociedade brasileira e o PNE-nº.10.172/01, que iremos apresentar agora:

Quadro 1 – Principais divergências entre O PNE - Proposta da Sociedade Brasileira e o PNE - Lei nº.10172/01(concepção de educação escolar)

CONCEPÇÕES	PNE/SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA	PNE/LEI 10172/01
Educação Escolar	A educação escolar é um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de um país, de seu povo, e para a garantia dos direitos básicos de cidadania e da liberdade pessoal. Nesse sentido, concebe a escolarização como um patrimônio da sociedade; sua administração, planejamento e execução devem ocorrer da forma mais ampla e	Reduzida à transmissão e reprodução de conhecimentos, a educação escolar é considerada um capital conquistado por cada indivíduo, conforme suas competências e habilidades. “A Constituição Federal preceitua que o dever do Estado com a educação efetiva-se mediante a garantia de, entre outros, acesso aos níveis mais

	democrática possível, abrindo espaço para todas as concepções, culturas, etnias, princípios e orientações, respeitado o conteúdo expresso na Constituição Federal de 1988.	elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um
Qualidade	A qualidade social implica providenciar educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população.	A qualidade da educação está associada à concepção de uma formação profissional submetida aos reordenamentos no mundo do capital.
Currículo	O currículo é resultante da construção coletiva e está fundamentado na análise crítica da realidade social, através de mecanismos de constante atualização, da incorporação dos avanços da ciência e da tecnologia aos programas e práticas escolares.	Os currículos devem estar adequados às transformações da “economia globalizada” e da “sociedade da informação”. Para tal, o Governo Federal deverá estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de Educação Superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.
Sistema Nacional de Educação	A educação é um direito fundamental universal, inalienável e constitui dever do Estado. Todos devem ter oportunidades iguais de acesso à educação. Esse	O Sistema Nacional de Educação garantirá acesso prioritário ao Ensino Fundamental e, posteriormente, ao Ensino Médio, conforme as políticas

	<p>direito será assegurado pela instituição de um Sistema Nacional de Educação que garanta a oferta da escola pública e gratuita em todos os níveis, mantida pelo Estado</p>	<p>elaboradas e difundidas pelos organismos internacionais. O financiamento e a execução da política educacional deverão ser compartilhados pelo Estado e pela sociedade.</p>
<p>Papel do CNE</p>	<p>Órgão normativo e de coordenação superior do Sistema, o Conselho Nacional de Educação (CNE), também composto com ampla representação social, dispõe de autonomia administrativa e financeira e se articula com o poder legislativo e o executivo, com a comunidade educacional e a sociedade civil organizada. O CNE coordena a política nacional de educação, articulando-a com as políticas públicas de outras áreas. Cabe ao Conselho garantir a execução das diretrizes, prioridades e metas do Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Fórum Nacional de Educação, e sua expressão anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, acompanhando e avaliando a sua implementação.</p>	<p>O CNE assume uma função meramente consultiva, de assessoramento do Ministério da Educação. Esta nova função amplia e centraliza, substancialmente, o poder de ação do Ministério.</p>

Fonte: LIMA (2015)

No quadro apresentado, sobre as concepções de Educação Escolar, Qualidade, Currículo, Sistema Nacional de Educação e o papel do Conselho Nacional de Educação – CNE, nas concepções apresentadas se percebe os embates e as disputas que se estabeleceram,

e que o Plano Nacional de educação lei nº.10.172/01 não contemplou os anseios da Sociedade Brasileira.

Enquanto a proposta da Sociedade Brasileira era que a educação fosse um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a lei aprovada traz a concepção de educação como transmissão e reprodução de conhecimento, como capital conquistado por cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades. Da lógica capitalista.

Quanto à qualidade, implicava numa educação com padrões de excelência e adequada aos interesses da maioria da população, já na lei, o entendimento de qualidade se baseava na concepção de formação profissional, submetida ao reordenamento da lógica capitalista.

A concepção de Currículo na proposta “é entendida como construção coletiva, fundamentada na análise crítica da realidade social, enquanto que a lei traz a concepção de currículo atrelada as transformações da ‘economia globalizada” e da “sociedade de informação, ficando o governo, responsável para estabelecer as diretrizes a nível nacional.

A concepção de Sistema Nacional – a proposta da sociedade brasileira, era de um sistema que garantisse a oferta de escola pública e gratuita em todos os níveis , haja vista que a educação é um direito fundamental, inalienável e dever do Estado, oferecer oportunidade a todos(as) igualdade de acesso, já a Lei nº10.172/10 , traz o seguinte: garantir de forma prioritária ao Ensino Fundamental, posteriormente o Ensino Médio e que o financiamento e a execução dos políticas educacionais, sejam compartilhadas pelo Estado e pela Sociedade Civil.

Sobre a concepção do papel do Conselho Nacional de Educação. (CNE), esse deveria coordenar a política nacional de educação, sendo articulada com as políticas públicas de outras áreas, na Lei nº.10.172/01 o Conselho assume a função consultiva de assessoramento do Ministério da Educação, com isso ocorre a ampliação da centralização e o poder de ação do Ministério da Educação.

A tramitação do PNE (2001-2010) foi de dois anos e meio, sendo dois anos na Câmara dos Deputados e seis meses no Senado Federal, na Câmara, a então Comissão de Educação, Cultura e Desporto, por determinação de sua presidente, deputada Maria Elvira, deu prioridade total ao PNE, cujas audiências ocuparam o horário nobre da quarta-feira. Além disso, a proposta não foi alterada no Senado, o que tornaria seu tempo de tramitação mais alongado se retornasse à Câmara.

Já a tramitação do PNE (2014-2024) consumiu três anos e meio, o projeto foi enviado no último mês da legislatura, após a constituição das comissões permanentes, foi definida a tramitação do PNE – em seguida foi organizado o debate, atendendo ao cronograma de audiências públicas capazes de garantir a qualidade do debate e o confronto de ideias, e seminários regionais, para favorecer a necessária capilaridade e legitimidade ao futuro mecanismo legal de planejamento da educação brasileira, conforme reivindicou a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em *Nota à Sociedade Brasileira*, de 16 de março de 2011. Isto é, atribuiu-se um atraso que não houve, ou, se ocorreu, teve início no Executivo e “continuou” porque preferiu sacrificar o aligeiramento em favor do debate mais qualificado (com dezenove audiências públicas, dois seminários nacionais, catorze seminários estaduais na Câmara e oito audiências públicas no Senado). Realizar um processo transparente e democrático toma tempo (BRASIL, 2014 p.16).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Neste novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos. (BRASIL, 2014, p.7).

O Projeto de Lei que deu origem a Lei nº13.005/2014 passou por um amplo debate, com participação dos atores sociais, por meio de audiências públicas e seminários, e requereu a construção de consensos.

O Plano Nacional de Educação é composto de 20 metas e 254 estratégias de ação e traça as seguintes diretrizes:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – Melhoria da qualidade da educação;

V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – Valorização dos (as) profissionais da educação;

X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Para uma melhor compreensão iremos elencar as metas e a quantidade de estratégias :

Meta 1: Educação infantil, contendo 17 estratégias;

Meta 2: Educação Ensino Fundamental, contendo 13 estratégias;

Meta 3: Educação Ensino Médio, contendo 14 estratégias;

Meta 4: Educação especial, contendo 19 estratégias;

Meta 5: Alfabetização das crianças, contendo 7 estratégias;

Meta 6: Tempo integral, contendo 9 estratégias;

Meta 7: Qualidade da educação básica / Ideb, contendo 36 estratégias;

Meta 8: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos, contendo 6 estratégias;

Meta 9: Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto, contendo 12 estratégias;

Meta 10: Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, contendo 11 estratégias;

Meta 11: Educação profissional técnica de nível médio, contendo 14 estratégias;

Meta 12: Acesso à educação superior, contendo 21 estratégias;

Meta 13: Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente, contendo 9 estratégias;

Meta 14: Acesso à pós-graduação *stricto sensu* / Ampliação do número de titulados, contendo 15 estratégias

Meta 15: Formação dos profissionais da educação/ professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam), contendo 13 estratégias;

Meta 16: Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação, contendo 6 estratégias;

Meta 17: Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, contendo 4 estratégias;

Meta 18: Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso, contendo 8 estratégias;

Meta 19: Gestão democrática da educação, contendo 8 estratégias;

Meta 20 Investimento público em educação pública, contendo 12 estratégias;

Na lei nº13.005/2014 (PNE) em seu artigo quinto explicita que a execução e o cumprimento de suas metas são objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas instâncias a baixo:

Ministério da Educação (MEC); Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação (CNE) e Fórum Nacional de Educação. E que compete a essas instâncias:

Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet; analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação (BRASIL, 2014, p.45).

O intuito nesse trabalho é investigar se existe uma correlação das diretrizes, metas e estratégias do PNE, com a abordagem da temática da diversidade, da orientação sexual e identidade de gênero na escola, e de que forma foram acolhidas as proposições das conferências municipais, regionais e estaduais. Após análise feita no PNE (2014-2024), Lei nº.13.005/2014 encontramos o seguinte:

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

2.4. fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (BRASIL, 2014, p.51).

Na meta 2, que trata da universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda população de seis aos quatorze anos. Somente a estratégia 2.4 faz alusão em sua redação sobre o fortalecimento do acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como da situação de discriminação, preconceitos e violências na escola. Essa estratégia, é muito genérica e não trata de questões específicas relativas à diversidade sexual, identidade de gênero, orientação sexual.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.

3.8. estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.13. implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão; (BRASIL, 2014, p.54,55)

Na meta 3, que trata da universalização até 2016 do atendimento escolar para toda população de quinze a dezessete anos [...] tem-se as estratégias 8 (oito) e 13 (treze) tratam de forma genérica, utilizando-se da mesma terminologia “bem como situações e discriminação, preconceitos e violências” [...]. Na estratégia 13 (treze) o documento trata da implantação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceitos de qualquer forma de discriminação.

No entanto fica a preocupação de que a implantação e implementação dessa política, fique no âmbito da subjetividade dos gestores públicos de implantarem ou não, pois percebe-se que irá depender muito da sensibilidade e do entendimento dos gestores públicos, para tanto é necessário pensar uma política de estado na perspectiva da construção de uma sociedade não lgbtfóbica¹⁹ e que leve em consideração as várias abordagens da diversidade, da inclusão, bem como as variadas expressões e identidades de gênero.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

12.9. ampliar participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei; (BRASIL, 2014, p.74).

A meta 12, que trata da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior [...], apenas a estratégia 9 (nove), traz como propósito a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior. Mais uma vez lança-se o questionamento que critérios serão utilizados pelos gestores públicos para definir quem são esses grupos historicamente desfavorecidos, para que o segmento lgbt, não seja mais uma vez excluído.

¹⁹ Aversão ou ódio contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

O processo para elaboração do Plano Nacional de Educação contemplou as discussões das Conferências municipais e regionais, nas quais foram debatidas proposições com o objetivo de contribuir para tal elaboração, ocasiões em que foram suprimidas ou acrescentadas novas propostas.

O eixo II - Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos, encontram-se no referido texto 41 (quarenta e uma) proposições, dessas 14 (quatorze) têm como propósito discutir diversidade, inclusão, orientação sexual e identidade de gênero, colocamos em evidência o quadro abaixo com as contribuições do Estado do Maranhão que foram discutidas na Conferência Estadual e encaminhadas para a Conferência Nacional, para subsidiar a construção do PNE.

Quadro 2 – Proposições sobre as temáticas da diversidade, orientação sexual e identidade de gênero

Nº da proposição	PROPOSIÇÃO
01	Garantir e efetivar, em regime de co-responsabilidade e parceria, entre municípios, estados, DF e União, recursos necessários para a implantação e implementação de políticas com ações efetivas de valorização da diversidade (negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, povos das águas, povos da floresta, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e segmento LGBT), com espaços físicos específicos, e inclusão escolar.
07	Inserir Garantir e implementar na política de valorização e formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação, a discussão de raça, etnia, gênero, religiosidade, inclusão de pessoas com deficiência, cultura, regionalidade e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos, adotando práticas medidas de que assegurem a superação do racismo, machismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia de práticas discriminatórias, incluindo o <i>bullyng</i> e contribuindo para a efetivação de uma educação antirracista, e não homo/lesbo/transfóbica, inclusiva, antissexista e não discriminatória.
09	Desenvolver e consolidar políticas de produção, e disseminação e garantir a distribuição de materiais pedagógicos, com linguagens

	<p>acessíveis e adequadas à faixa etária e realidade do educando, para as escolas, bibliotecas públicas e espaços de leitura da educação básica e superior que promovam a igualdade étnico-racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, direitos reprodutivos e sexuais, a inclusão das pessoas com deficiência, a educação ambiental, diversidade cultural e religiosa e que também contemplem a realidade dos povos do campo, fortalecendo, por meio da educação, a profissionalização no manejo de produção do campo, dos indígenas, dos quilombolas, dos ciganos, ribeirinhos, moradores em situação de rua e da educação ao longo da vida, respeitando e valorizando as especificidades, da infância, dos adolescentes, da juventude e dos, adultos e idosos, garantindo a acessibilidade e espaço físico adequado para a formação inicial e continuada para os profissionais da educação que utilizarão esses materiais.</p>
10	<p>Incentivar, apoiar garantir e ampliar financeiramente recursos financeiros, técnicos e humanos, em regime de colaboração dos entes públicos e privados, para realização de pesquisas, extensão e projetos culturais sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, relações étnico-raciais, educação ambiental e cultural, com ênfase na realidade local, educação quilombola, indígena, dos povos do campo, dos povos da floresta, dos povos das águas, ciganos, extrativistas, educação das pessoas com deficiência, pessoas adolescentes, jovens, adultas adultos e idosos em situação de privação de liberdade e, diversidade religiosa, desburocratizando o acesso.</p>
13	<p>Garantir o acesso e condições para a permanência de pessoas com deficiência, população negra, indígenas, quilombolas, povos ciganos, povos do campo, povos das águas e povos das florestas, comunidades tradicionais, jovens, adultos, idosos, mulheres em situação de vulnerabilidade social, lésbicas e gays, bissexuais, travestis e, transexuais e transgêneros (LGBTTT) em todos os níveis e modalidades de ensino e outros extratos sociais historicamente</p>

	excluídos.
18	Introduzir e garantir o estudo de direitos humanos, educação ambiental, história e cultura afro-brasileira, africana, indígena, relações de gênero, diversidade sexual e geracional, povos do campo, povos da floresta, povos das águas, língua brasileira de sinais, braille, educação para o trânsito, educação preventiva ao uso de drogas, cultura de paz, Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto do Idoso, inserindo no currículo matéria específica sobre legislação brasileira e estratégias pedagógicas inclusivas nos currículos dos cursos de pedagogia, das licenciaturas, do ensino básico, nos diversos níveis e modalidades, e na formação dos professores que atuam na educação básica e superior.
25	Assegurar que a escola cumpra seu papel de espaço privilegiado na promoção dos direitos humanos, buscando garantir a inclusão e permanência, o respeito e a valorização das diferenças, sem qualquer forma de preconceito ou de discriminação, contribuindo para assegurar um local de livre expressão e seguro para o desenvolvimento de sujeitos autônomos, participativos, cooperativos e solidários, fortalecendo suas possibilidades de continuidade de estudos, garantindo a avaliação da aprendizagem de acordo com as limitações dos educandos.
26	Garantir e incentivar que o espaço escolar propicie a liberdade de expressão, desde que não fira a dignidade humana, a promoção dos direitos humanos e a inclusão educacional, sem qualquer forma de preconceito.
30	Garantir a inserção e desenvolvimento dos de estudos sobre os direitos humanos, ambientais, sexuais e reprodutivos nos projetos político-pedagógicos das instituições educacionais dos respectivos sistemas de ensino bem como a garantia de sua execução.

34	Inserir na avaliação de livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de maneira explícita, critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceitos à condição social, religiosa, regional, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, linguagem, condição de deficiência ou qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos, de todas as disciplinas e gêneros literários e inserir em todas as condições e em especial nas equipes de avaliação do PNLD e PNBE, representantes de movimentos sociais negros, de mulheres e LGBTTT, que tenha acúmulo na identificação de formas implícitas de racismo, preconceito e discriminação.
36	Assegurar, em regime de colaboração, recursos necessários para a implantação e implementação de políticas de diversidade educacionais, de saúde, assistência social, de inclusão e acessibilidade voltadas à promoção da inclusão escolar e social da população em situação de rua.
37	Instituir, implementar, garantir e fortalecer programas e campanhas na educação básica e superior, em parceria com órgãos diversos, da iniciativa pública e privada em todas as etapas, níveis e modalidades, que contribuam para uma cultura em direitos humanos, visando ao enfrentamento ao trabalho infantil, ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à lesbofobia, à transfobia, a intolerância religiosa e a todas as formas de discriminação e violência.
38	Garantir condições institucionais, em regime de colaboração, para o debate permanente e a promoção do respeito e valorização da diversidade e orientação sexual, étnico-racial, linguística, de necessidades especiais e de gênero, por meio de políticas pedagógicas e de gestão específicas para este fim.
41	Garantir, promover com equidade e monitorar o financiamento

	<p>específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão da população negra, quilombolas, ciganos, pessoas do segmento LGBTTT, povos da floresta, povos do campo, povos das águas, povos indígenas, e demais comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, mulheres em situação de vulnerabilidade social, pessoas abaixo da linha de pobreza e em privação de liberdade dentro dos estabelecimentos penais, em cumprimento de medidas socioeducativas, além de outros grupos sociais historicamente excluídos da educação básica e superior.</p>
--	---

Fonte: BRASIL, (2011)

Percebe-se que na construção do Plano Nacional de Educação, não foram levados em consideração, as discussões feitas pela sociedade civil por ocasião das conferências municipais, regionais e estaduais, pois muitas proposições ficaram diluídas de forma genérica daí ficarem muitas estratégias a serem operacionalizadas sobre tudo no que diz respeito à diretriz X – *promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental*. E que as metas e estratégias que precisam dar conta desta diretriz, e não fique somente no campo da subjetividade do poder público, mas que possam serem efetivadas, e percebe-se como é muito tênue as discussões que fazem acerca da discussão sobre a diversidade e em certa medida sem a obrigação da efetividade das temáticas da diretriz dez do plano nacional de educação.

4.5 Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos

As Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos publicadas em 30 de maio de 2012, “tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetários” (BRASIL, 2012, p.533).

Para tanto, torna-se necessário enfrentar alguns desafios:

O primeiro deles é a formação, pautada nas temáticas pertinentes aos Direitos Humanos, de todos/as os/as profissionais da educação nas diferentes áreas do conhecimento,

uma vez que esses conteúdos não fizeram e, em geral, não fazem parte dos cursos de graduação e pós-graduação, nem mesmo da Educação Básica (SILVA, FERREIRA, 2010).

O segundo desafio diz respeito à valorização desses/as profissionais que deverão ser compreendidos/ as e tratados/as como sujeitos de direitos, o que implica, por parte dos entes federados responsáveis pelas políticas educacionais, garantir condições dignas de trabalho que atendam às necessidades básicas e do exercício profissional;

O terceiro diz respeito à socialização dos estudos e experiências bem-sucedidas desenvolvidos na área dos Direitos Humanos, realizados em instituições de ensino e centros independentes, como institutos e organizações não governamentais; O quarto desafio a ser enfrentado pelas instituições de educação e de ensino está ligado à perspectiva do respeito às diversidades como aspecto fundamental na reflexão sobre as diversas formas de violência que ocasionam a negação dos Direitos Humanos;

O quinto desafio se refere à compreensão ampla da participação democrática requerida pela Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, é preciso lembrar-se da necessidade de representação de todos os segmentos que integram a comunidade escolar e acadêmica em seus diferentes tempos e espaços. É dessa forma que se construirá o sentido de participação política entre os diferentes atores que compõem o ambiente escolar;

O sexto desafio refere-se à necessidade de criação de políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores o respeito à dignidade humana e a diversidade cultural e socioambiental, na perspectiva de educar para a consolidação de uma cultura de Direitos Humanos nos sistemas de ensino;

O sétimo desafio está ligado ao reconhecimento da importância da Educação em Direitos Humanos e sua relação com a mídia e as tecnologias da informação e comunicação.

Ante ao exposto sobre as Diretrizes em Direitos Humanos, leva-se em consideração que muito se tem a fazer para que a escola se torne um espaço de diálogo, inclusão e respeito às diversidades, e a equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, dentre outras. Ela precisa desenvolver uma cultura em direitos humanos em todos os espaços e ressignificar sua prática para que esse plano não se torne letra morta. Torna-se, portanto, indispensável a implementação nos espaços educativos, sobre a temática da diversidade cultural, e direitos humanos na contemporaneidade pois na atualidade muito há de fazer no que diz respeito acerca da dignidade da pessoa humana sem distinção de raça, gênero, identidade de gênero pois essas discussões emergem de forma ainda muito tímidas.

4.6 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

A educação básica, como direito fundamental, foi assegurada na Constituição de 1988 e por conta da dinamicidade dos processos educativos e das demandas sociais, é que surgem as diretrizes nacionais e têm como objetivo atender às demandas da sociedade na contemporaneidade. Isto se deu, a partir de um amplo debate com as esferas municipais, estaduais e nacionais, na perspectiva da oferta de uma educação de qualidade social, levando-se em consideração a faixa etária dos/as educandos/as bem como sua, peculiaridades, portanto, a educação:

Destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional (BRASIL, 2013, p.25).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, publicada em 2013, estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.

Dessa forma, emerge a necessidade da atualização das políticas educacionais por meio das diretrizes consubstanciando o direito de todos/as brasileiros/as à educação, na perspectiva de uma formação humana e cidadã, bem como a formação profissional e convivência no espaço educativo a partir das novas configurações, podendo ser citado dentre outros: O Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade; O atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Estas mudanças ampliaram consideravelmente os direitos à educação das nossas crianças e adolescentes e também de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar quando estavam nessa fase da vida. Diante dessa nova realidade e em busca de subsídios para a formulação de Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação promoveu uma série de estudos, debates e audiências públicas, com a anuência e participação das entidades representativas dos dirigentes estaduais

e municipais, professores (as) e demais profissionais da educação, instituições de formação de professores (as), mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores da área.

O desafio posto pela contemporaneidade à educação é o de garantir, contextualizadamente, o direito humano universal e social inalienável à educação. O direito universal não é passível de ser analisado isoladamente, mas deve sê-lo em estreita relação com outros direitos, especialmente, dos direitos civis e políticos e dos direitos de caráter subjetivo, sobre os quais incide decisivamente. Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária. A educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares (BRASIL, 2012, p 18).

A educação, como processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam, consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores.

Diante da prerrogativa de garantia, do direito humano universal e social à educação, e essa, de qualidade social é conquista e, como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos.

Nesse sentido, a escola precisa se perceber como espaço de inclusão, trabalhando as mais variadas temáticas dentre estas as relações de gênero, orientação e diversidade sexual, tendo a compreensão da educação como direito individual e coletivo habilitando os sujeitos na garantia de outros direitos e a escola tem diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela se refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento. Fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

4.7 Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica

Tendo em vista a educação que seja realmente de qualidade, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), no ano 2014, definiu por meio das Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino, padrões básicos de aprendizagem e ensino por meio de uma nova configuração para o currículo nas escolas dos 217 municípios do Estado do Maranhão. Essa produção foi fruto da parceria do Projeto de Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e

Ministério da Educação (MEC). Ela tem finalidade de imprimir marcas na organização e na gestão da Rede Estadual de Ensino e das Escolas, em particular, orientando o planejamento, objetivando a elevação do nível de ensino e aprendizagem dos alunos; a universalização da matrícula do ensino médio; a redução do analfabetismo; a melhoria da gestão institucional e a institucionalização do regime de colaboração, oferecendo as orientações necessárias ao planejamento curricular das escolas, fortalecendo, assim, a sua ação pedagógica, de forma a garantir a autonomia educacional da instituição escolar (MARANHÃO, 2014, p.5).

O documento menciona que:

As intencionalidades para os processos educativos a serem desenvolvidos na Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão, compõem esta Diretriz, que é um documento diretivo cujo objetivo contribui como princípio democrático das escolas, de modo que elas possam construir seus próprios projetos pedagógicos, com vistas, ao alcance de padrões de qualidade mais elevados para todas as unidades escolares que integram a Rede Estadual de Ensino, considerando as leis e normas educacionais instituídas que não podem ser deixadas em segundo plano. (MARANHÃO, 2014, p.7).

Segundo o documento os princípios que devem nortear todo trabalho dos educadores que compõem a SEDUC são basicamente a unidade, a equidade e a qualidade. Temos que oferecer à população maranhense educação básica sob os mesmos padrões de qualidade, com oportunidades equânimes a todos, considerando suas diversidades. À luz desse entendimento o objetivo da SEDUC é garantir educação, direito de todos os cidadãos, perpassando por postura ética que envolve a universalidade, a progressividade, a indivisibilidade, a interdependência, a cooperação, a sociabilidade, a exigibilidade, a singularidade e a participação.

Nessa perspectiva destacamos o trato pedagógico a ser dado pelos docentes sobre a temática da diversidade sexual e a identidade de gênero, como princípios que devem nortear a prática docente dos (as) professores (as) (as) do ensino médio, explicitados nas diretrizes Curriculares Estaduais. Para efeito de nosso trabalho, iremos analisar nas diretrizes as concepções de educação para as relações de gênero e orientação sexual.

As Diretrizes trazem a concepção que:

[...] educação para as relações de gênero - Desde que nascemos, somos envolvidos por uma série de discursos que nos constituem como sujeitos. Esses discursos vão dando corpo do que é feminino e masculino, de forma a naturalizar características que foram construídas culturalmente. O problema dessas questões não é que elas não aconteçam, mas de como são colocadas: algo inato, inerente a homens e mulheres, quando, na verdade, são todas elas construções. Esta é uma problematização fundamental para que se construam as relações de gênero no espaço escolar. Para o trabalho pedagógico com essa temática, o professor deve mobilizar saberes inerentes ao conteúdo da diversidade de gênero na escola, que deverão ser contemplados nas atividades de ensino dos planos de aula. (MARANHÃO, 2014, p.90).

O mesmo documento observa que:

Orientação sexual– É perceptível que a escola tem projetado a constituição de homens e mulheres numa perspectiva unívoca, em que exclusivamente categoriza os sujeitos como heterossexuais. Essa padronização leva a conceber as diferentes possibilidades de construção da sexualidade como algo distorcido, anormal e até patológico. O efeito disso é o grande índice de evasão de adolescentes e jovens homossexuais; alto índice de analfabetismo entre transexuais e travestis e a não-aceitação de identidades marcadas pelo preconceito e discriminação.

Dessa forma, o enfoque do pluralismo étnico, cultural e sexual deve por em questão o padrão heteronormativo de se conceber a sexualidade e passar a trabalhar o que, de fato, já existe na dinâmica social das escolas. Ampliar o entendimento e conceito que se tem de família e proporcionar aos estudantes sua identificação dentro de outras estruturas familiares, além da composição tradicional clássica, formada por pai-mãe-filhos.

O professor precisa mobilizar conhecimento sobre sexualidade, para além de um enfoque psicológico ou biológico, e ressignificar esse conceito, na compreensão de que ele se estende à imagem que os sujeitos vão construindo de si, de seu corpo e da forma como lidam com suas possibilidades (MARANHÃO, 2014, p.91).

A partir dessas problematizações no que concerne ao pluralismo étnico, cultural e sexual, o qual precisa estar inserido na dinâmica social das escolas, mobilizando conhecimentos sobre a homossexualidade, buscando alternativas que possibilitem condições dignas, de existência e valorização dos múltiplos aspectos da diversidade.

5 A ABORDAGEM DA HOMOSSEXUALIDADE NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NOS PLANOS DE ENSINO DA ÁREA DO CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANA E SUAS TECNOLOGIAS DA ESCOLA LÓCUS DA PESQUISA

Este capítulo analisa as abordagens dos conteúdos no que se refere ao tratamento da diversidade sexual e da homossexualidade em suas múltiplas caracterizações, relacionando-as com as políticas públicas do Estado do Maranhão.

Para tanto colocamos em evidência as concepções de Projeto Político Pedagógico, em seguida fazemos menção ao Projeto Político Pedagógico da Escola *Lócus* da Pesquisa e por fim a análise dos Planos de Ensino da Área de Conhecimento Ciências Humanas e suas Tecnologias, da escola supracitada.

5.1 Projeto Político Pedagógico – Concepções

O Projeto Político Pedagógico se constitui como um importante instrumento no direcionamento das ações desenvolvidas na escola, *entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo* (VEIGA, 2007, p.12). Essa organização deve levar em consideração as necessidades dos educandos, para que os mesmos possam desenvolver suas capacidades e habilidades dentro dos processos de ensino e aprendizagem.

Etimologicamente, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar adiante (VEIGA, 2007, p.12).

Veiga (2007) nos convida a refletir sobre a importância do planejamento quando enfatiza que O projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas.

Cabe ressaltar que no ato da elaboração dos projetos nas escolas tem-se a intencionalidade de planejar, fazer e realizar as ações, para tantos vislumbramos uma perspectiva de futuro a partir das rupturas e ressignificações do presente. Segundo Gadotti (1994, p.579)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e processos para o futuro. Projetar significa tentar quebrar em estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

No que diz respeito à ruptura, essa se torna necessária para podermos vislumbrar outras possibilidades, nessa perspectiva então como podemos perceber a presença da temática da diversidade nas discussões dos componentes curriculares da área de ciências humanas e suas tecnologias?

Quando nos reportarmos a projeto vem à nossa mente a ideia de direção, de rumo ou mesmo de uma ação intencional, que tem sentido explícito e um compromisso definido coletivamente (VEIGA, 2007, p.13).

Ao nos referirmos ao aspecto político, isso se deve pelo fato de que a ação educativa se encontra permeada de compromisso político, visando interesses coletivos.

Saviani (1983, p.93) afirma que: “ A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”.

E quando nos referimos ao aspecto pedagógico, isso se dá porque o projeto vai definir ações educativas, bem como as características indispensáveis para que as escolas possam cumprir suas prerrogativas e intencionalidades, nos processos educativos.

5.1.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Lócus da Pesquisa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) em seu artigo 12, inciso I determina que os estabelecimentos de ensino devam “elaborar e executar sua proposta pedagógica respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino”, diante de tal determinação no ano de 2010, foi construído o projeto da escola, *lócus* da pesquisa. O documento analisado, o PPP tem sua organização da seguinte forma: apresentação, introdução, contextualização, o papel da escola, concepção de planejamento, recuperação de estudos, normas de convivência, missão, valores, organograma da escola, corpo discente, metas e ações e modalidades de ensino, tem como objetivo explicitar a proposta político-pedagógica do Centro de Ensino.

Tal proposta representa a síntese do pensamento administrativo-pedagógico institucional e retrata a trajetória que vem sendo percorrida pela comunidade escolar na consolidação do desejo de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino.

O documento faz alusão também à função social da escola como promotora aos (as) alunos (as) ao acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupar-se com a formação de um (a) cidadão (ã) consciente e participativo (a) na sociedade em que está inserido (a).

Nesse sentido a escola por meio de suas mais variadas práticas tem o papel de reproduzir²⁰ ou ressignificar às relações estabelecidas no interior da escola, vislumbrando outras possibilidades de respeito à diversidade sexual.

O projeto Político Pedagógico é composto de uma apresentação; apresentação esta que faz alusão à gestão democrática na escola pública, evidenciando a participação efetiva da comunidade escolar, explicita a importância do Projeto Político Pedagógico, como componente importante da gestão escolar democrática, traz como finalidade: implantar um procedimento que leve à reflexão e a ação, envolvendo toda comunidade escolar. Em seguida a introdução que coloca em evidência o objetivo de explicitar a proposta político pedagógica da escola, salientando que esse documento tem um caráter propositivo.

No item seguinte, tem-se a contextualização histórica, a local, os recursos humanos, a clientela, e a comunidade; quanto ao papel da escola tem-se a função social da mesma, os eixos norteadores, o trabalho pedagógico; a seguir, menciona as concepções de: mundo, de sociedade, de homem, de educação; No que diz respeito ao planejamento o documento dá ênfase aos objetivos, atividades, considerações sobre a avaliação, a recuperação de estudos (paralela); o documento faz referência às normas de convivência da comunidade escolar; missão; valores; o organograma da escola que abrange os vários setores; os direitos e deveres dos discentes; o regime disciplinar; as metas e ações da escola; as modalidades e funcionamento dos cursos.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico, no que diz respeito às suas concepções temos:

De Mundo: O mundo é o local onde ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido a rapidez dos meios de comunicação e tecnológicos e pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças sociais, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

De Sociedade: Pertencente a uma sociedade capitalista, competitiva baseada nas ações e resultados, por isso faz-se necessário construir uma sociedade libertadora, crítica, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, fruto das relações entre as

²⁰ Tendo como referência a teoria materialista da economia dos bens simbólicos, Bourdieu (2009) afirma que as estruturas de dominação masculina são históricas, constituídas por meio da reprodução levada a cabo por instituições como a família, Igreja, Escola e Estado. Essas instituições ao reproduzirem mecanismos de dominação androcêntrica, essa reprodução é realizada por meio da violência simbólica instituída pela adesão dos dominados às concepções, formas de conhecimento e de percepção dos dominantes. Sendo assim, a ruptura com essa condição só pode se realizar – diz Bourdieu (2009) – por meio da transformação radical das condições sociais de produção dessa adesão aos pensamentos dos dominantes.

pessoas, caracterizadas pela interação de diversas culturas em que cada cidadão/ã constrói a sua existência e a do coletivo.

De Homem: O ser humano, na atualidade, é competitivo e individualista, resultado das relações impostas pelo modelo de sociedade em vigor. No entanto, a luta deve ser por um homem social, voltado para o seu bem próprio, mas, acima de tudo, para o bem-estar do grupo do qual faz parte. O homem, que modifica a si mesmo pela apropriação dos conhecimentos, modifica também a sociedade por meio do movimento dialético “do social para o individual para o social”. Destarte, torna-se sujeito da história.

De Educação: O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão se torne crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2010, p. 11).

As concepções de mundo, sociedade, homem e de educação, expostas no Projeto Político Pedagógico, desconsideram as questões das relações de gênero, diversidade que ao nosso entender deveriam nortear as discussões e ir além do modelo em vigor que tem seu alicerce no padrão heteronormativo, paradigma que se contrapõe a um mundo, sociedade, concepção de homem e educação, que vislumbre a discussão dessas possibilidades na perspectiva da diversidade e orientação sexual e da identidade de gênero, como elementos necessários a uma perspectiva tanto de mundo, de sociedade, de homem e de educação, que respeite e valorize a diversidade sexual.

No que diz respeito à missão: assegurar um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de interagir e intervir na realidade. Ser espaço de conhecimento, cultura, pesquisa e criatividade, onde o aperfeiçoamento constante favoreça o aprimoramento da formação pedagógica e técnico-científica, de forma a responder às necessidades emergentes da sociedade.

A escola conforme o documento pretende assegurar um ensino de qualidade, que no nosso entender, essa qualidade pressupõe: acesso, permanência e sucesso, além da formação crítica e participativa, destaca ainda ao aperfeiçoamento constante e que essa formação responda às necessidades emergentes da sociedade.

A escola dá ênfase especial aos valores e atitudes universais, destacando-se a fé, a esperança, a solidariedade, a competência, a liberdade com responsabilidade, a coerência, o respeito, a honestidade, a dignidade e a justiça. Também são trabalhados: disciplina, compromisso ético, humildade, amor, perseverança, companheirismo e cooperação.

Mediante as concepções, missão e valores, explicitados no Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino, percebe-se a fragilidade no discurso sobre as questões da diversidade sexual, gênero e orientação sexual, bem como o silenciamento e omissão sobre a

condução das discussões relativas à temática em tela, além da necessidade da revisão e atualização do projeto supra mencionado, haja vista que o mesmo fora elaborado no ano de 2010.

Entretanto, não fica evidente quais intervenções pedagógicas são utilizadas pelos/as professores/as na gestão da sala de aula no que diz respeito ao tratamento da homossexualidade e como a temática da diversidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual são discutidas com os/as estudantes, na perspectiva de uma educação inclusiva e que leve em consideração a diversidade sexual.

5.2 Planos de Ensino da Área do Conhecimento Ciências Humanas e suas Tecnologias da Escola Lócus da Pesquisa

Os planos de ensino anuais, analisados neste trabalho, referem-se a uma parte do documento “Orientações Normativas para o Funcionamento Escolar” do ano letivo de 2015, publicado pela SEDUC/MA (MARANHÃO, 2015). Em consonância com as DCNEM, a organização do trabalho pedagógico é proposta a partir de áreas do conhecimento, por sua vez desdobradas em disciplinas. Conforme esclarecemos no capítulo introdutório, selecionamos a área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” com as respectivas disciplinas.

É cabível ressaltar que os referidos planos não são exclusivos da escola que se constitui *lócus* da pesquisa, o que revela, inclusive, a provável homogeneização dos conteúdos a serem trabalhados em toda Rede Estadual de Ensino que compreende 217 municípios com realidades diferentes, demandando diversificação de assuntos no sentido de aproximar-se das necessidades formativas do/as estudantes.

Coerentemente com o objetivo projetado, relativo a uma análise da abordagem da temática da diversidade sexual, e mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, e com o apoio do procedimento da análise de conteúdo, debruçamo-nos sobre os Planos de Ensino das disciplinas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia (MARANHÃO, 2015).

Quadro 3 – Modelo de Plano de Ensino das áreas de conhecimento do Ensino Médio

Área do Conhecimento	
OBJETO DE ESTUDO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS

--	--

PLANO DE ENSINO ANUAL- DISCIPLINA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA:	
PERÍODO	APRENDIZ AGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS

Fonte: (MARANHÃO, 2015).

De antemão, buscamos caracterizar a apresentação dos planos das disciplinas em questão. Seguindo o mesmo padrão, eles são compostos de duas partes. A primeira, mais geral, contempla os seguintes elementos estruturais: objeto de estudo; conteúdos estruturantes; sugestões de conteúdos básicos. Na segunda parte, mais específica e relacionada a cada uma das três séries do Ensino Médio, organiza-se em: aprendizagens básicas; conteúdos básicos; procedimentos metodológicos; forma; instrumentos; distribuídos em quatro (04) períodos letivos.

A primeira parte dos planos, entendida como relacionada aos objetivos mais gerais de cada disciplina, portanto à conteúdos mais abrangentes, foi analisada utilizando-se como unidade de registro o “item”, o qual, na orientação desse procedimento de pesquisa, permite detectar uma multiplicidade de assuntos a partir de atributos definidores. Isso porque os denominados “conteúdos estruturantes” guardam sentido e significado mais extenso que o(s) termo (s) que os compõem. Aqui, os termos – ou, segundo Franco (2008), a “palavra” – não foram as unidades de referência (o) (s) termo (s) pelo termo, mas constituíram-se pontos de partida para possíveis desdobramentos em temáticas relacionadas ao objeto de estudo.

Como afirma Franco (2008, p. 45), o item como unidade de registro, quando usado

[...] conjuntamente com categorias complementares e bem articuladas, permite julgamentos extremamente úteis e valiosos para validação dos atributos implícitos em diferentes mensagens e pode se constituir em um importante guia de referência para a análise e interpretação do conteúdo e dos dados [...].

Quanto às categorias, embora já as tenhamos elencado na introdução deste trabalho, faz-se oportuno repeti-las, reforçando a concordância com o pensamento da autora supracitada. São elas: diversidade, sexualidade, diversidade sexual, orientação sexual, homossexualidade, homofobia, discriminação sexual, preconceito, preconceito sexual, diferença, diferença de gênero, identidade de gênero e diferença cultural

Tal unidade de registro foi utilizada, sobretudo, na análise da segunda parte dos planos, a qual permite uma visão mais detalhada dos “conteúdos básicos” ao apresentar alguns procedimentos metodológicos com vistas ao alcance de “aprendizagens básicas”. Buscamos, então, detectar sua presença nesses elementos textuais e quantificar sua frequência no sentido de perceber a abordagem da temática da diversidade sexual e apreender sua visibilidade nos documentos orientadores da prática pedagógica de sala de aula. Esses dados são apresentados em tabelas no intuito de oferecer uma melhor visualização e compreensão.

5.2.1 Sociologia

Tem-se na primeira coluna o objeto de estudo: “O Homem e a Sociologia”. Já a segunda coluna elenca os conteúdos estruturantes, num total de cinco, a saber: Fundamentos históricos da sociologia; Conceitos fundamentais da sociologia; Estudos sobre cultura e sociedade; Estudos sobre política e sociedade; Sociologia do trabalho.

Entendendo os “conteúdos estruturantes” como um item, com atributos definidores implícitos, e considerando a complementaridade de uma das categorias definidas anteriormente à leitura, ou seja, identidade cultural inferimos que a temática da diversidade sexual poderia constar em “Estudos sobre cultura e sociedade”.

Reportamo-nos, pois, ao seu detalhamento na coluna referente aos “conteúdos básicos”, na qual foram encontradas as categorias “diferenças culturais” e “diversidade e preconceito”. Obviamente, as diferenças culturais, assim como a diversidade e o preconceito, podem estar relacionadas a uma multiplicidade de fatores, tais como: raça, etnia, religião, marcas dialetais, gênero, classe social, etc., no entanto, nessa primeira parte, o plano não especifica nenhum deles.

Procedemos, então, à análise do plano em cada uma das séries do Ensino Médio, visto que ele permite maiores inferências sobre as possibilidades de abordagem da temática no detalhamento dos conteúdos básicos, por meio do estabelecimento das aprendizagens a serem alcançadas e da orientação metodológica.

Nos conteúdos estruturantes da primeira série, nada consta que indique as discussões a partir das categorias elencadas. Mas constatamos que o conteúdo “diversidade e preconceito”, previsto para ser trabalhado na segunda série, relaciona-se ao objetivo de “identificar as várias formas de racismo e preconceito desenvolvendo uma compreensão da diversidade étnico-racial (MARANHÃO, 2015, p. 141). Como procedimento metodológico, orienta o “incentivo e divulgação de atitudes de respeito à diversidade” (Louro, 2008, p. 141).

No que tange às diferenças/diversidade cultural, ao observarmos os procedimentos metodológicos propostos, percebemos que estão referidas especificamente à cultura popular maranhense. Isso fica explícito na aprendizagem básica esperada: “compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais sob o princípio estético, político e ético” (MARANHÃO, 2015, p. 143).

É possível afirmar que a temática da diversidade sexual, e particularmente, da homossexualidade, não é contemplada de forma explícita no plano de ensino analisado, não constando em nenhum dos conteúdos básicos. Sabemos que ela pode até aparecer de forma diluída em outros conteúdos básicos, a exemplo de “respeito às diferenças sociais” que integra o conteúdo estruturante relativo aos “Conceitos Fundamentais da Sociologia”; ou no quarto período da 3ª série, quando a proposta de trabalho é pensada no sentido de “fortalecer a identidade social e política no contexto do Estado de direito, para que haja reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão” ((MARANHÃO, 2015, p. 143). Encontra-se, implicitamente, a intenção de discutir a necessidade de garantir a todos e todas prerrogativas constitucionais, independente de sexo, cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero dentre outras formas de diversidade que geram discriminação e preconceito. Isso se dá em conformidade com a ideia de :

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo (FOUCAULT, 2010, p. 12)

Dessa maneira podemos fazer uma analogia, sobre a diversidade sexual e a homossexualidade relacionada ao sexo, na qual, o silenciamento e a ausência da discussão da temática é explicitada como forma silenciosa de repressão, no ambiente escolar, chegando à ideia que discutir essas categorias se torna transgressão e em certo ponto ameaça a ordem estabelecida.

No entanto, não aparecendo de forma direta, os assuntos relacionados à diversidade sexual e/ou à homossexualidade encontram-se invisíveis neste documento. Para dar mais concretude a tal afirmação, vejamos a incidência das categorias anteriormente mencionadas no decorrer de todo o Plano de Ensino de Sociologia.

Como pode ser verificado, o termo “diversidade” está presente em partes distintas do Plano, mas não relacionado à questão da sexualidade. Prova disso, é que a categoria

“diversidade sexual, não é mencionada nenhuma vez no documento em tela. O mesmo ocorre com relação a “preconceito”.

Em suma, a questão relacionada à diversidade sexual não aparece, nem nos conteúdos estruturantes, muito menos na sugestão de conteúdos básicos do referido Plano deixando clara a invisibilidade da temática.

Diante do exposto, fica o questionamento se essa temática discutida nos dias atuais é abordada de alguma forma e/ou em algum momento nas salas de aula das escolas públicas estaduais maranhenses.

A invisibilidade da temática se dá a partir da:

“Ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hiprécrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre sexo, a modificar sua economia real, a subverter a lei que o rege, a mudar o futuro”. Foucault (2010, p.140)

Arriscamo-nos a inferir que, tanto os conteúdos básicos, como os procedimentos metodológicos, no que diz respeito à diversidade, deixa margens às mais variadas interpretações, bem como vários entendimentos a partir da subjetividade dos/as professores/as. Tornando-se temerário afirmar que as categorias elencadas sejam trabalhadas ou não a partir da motivação/interesse, entendimento ou domínio do assunto por cada docente, considerando o que é explícito ou implícito no Plano de Ensino proposto pela SEDUC.

5.2.2 Filosofia

Tem-se como objeto de estudo: o pensamento da Humanidade na (re) significação do mundo. São seis (06) os conteúdos estruturantes, a saber: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; A Ética; Filosofia e Política; Filosofia e Ciência; Estética ((MARANHÃO, 2015).

Há uma ausência das categorias elencadas para efeito da análise de conteúdo nesse trabalho em todas as séries do Ensino Médio. Mas, para não nos atermos somente à análise categorial, verificamos a sugestão de conteúdos básicos relacionados à Ética e à Filosofia Política.

No primeiro caso, isso se deve ao entendimento que seu teor poderia contemplar assuntos relacionados à diversidade sexual ao tratar de questões que dizem respeito ao

“desejo” e “vontade”, constatamos, mais uma vez a invisibilidade da temática. Invisibilidade esta, resultante também pela pouca objetividade nas aprendizagens a serem alcançadas, expressas como se seguem: 1) “Compreender o conceito de ética e moral e sua abrangência sociopolítica e cultural”; 2) “Perceber e entender conceitos essenciais ao estudo da ética e da política” (MARANHÃO, 2015, p. 147).

No que diz respeito ao item “Filosofia Política”, chamou-nos atenção o conteúdo apresentado na forma de “cidadania e democracia”. No entanto, ao analisarmos o plano de ensino para a 2ª série, momento em que é previsto o trabalho com ele, evidenciamos novamente a fragilidade na explicitação das aprendizagens básicas esperadas, no sentido de torná-las mais concretas e delimitadas. Faz-se alusão aos problemas contemporâneos, contudo, não os especifica como pode ser observado na transcrição a seguir: “evidenciar a importância e a presença da Filosofia como caminho para o entendimento dos problemas da contemporaneidade tendo como suporte a historicidade”(MARANHÃO, 2015, p. 148).

A ausência, de discutir a classificação dos sujeitos, a sociedade estabelece divisões e atribui rótulos, que define, separa, distingue e discrimina de forma sutil ou violenta, para tanto é pensar que:

Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder (...) o poder define a forma como se processa a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando assim as relações de poder. Louro (2000, p.6)

Surge uma inquietação: Esses e outros conteúdos irão contemplar em seu bojo as categorias que permitiriam dar visibilidade às questões relativas à diversidade sexual, orientação e identidade de gênero? Mediante a ausência de conceitos relacionados à temática, dificilmente ela será abordada nas salas de aula do Ensino Médio maranhense.

A nosso ver, tal amplitude dá margens às mais variadas possibilidades, tanto para ressignificar as discussões sobre a temática diversidade sexual quanto para reforçar o padrão heteronormativo.

Entretanto, abrimos um parêntesis com o intuito de atentar para um possível protagonismo de professores/as envolvidos/as com as questões relativas à diversidade sexual como a única probabilidade de sua inserção na prática pedagógica do cotidiano escolar. Portanto, essas discussões permanecem no campo subjetivos dos/as professores/as.

5.2.3 História

Elege como objeto de estudo “Sujeitos e Processos Históricos”, elencando como conteúdos estruturantes os seguintes: História, Sociedade e Relação de Trabalho; Estado e Relação de Poder: História, Memória e Identidade.

Em nosso entendimento, apenas este último poderia contemplar discussões sobre a diversidade sexual, tendo em vista a inserção da questão relativa à Identidade – inclusive uma das categorias elencadas como unidade de análise.

Ao ser detalhado na coluna que explicita a “sugestão de conteúdos básicos”, selecionamos quatro possibilidades de abordagem da temática em estudo: 1) As manifestações culturais de resistência aos governos autoritários nas décadas de 1960 e 1970; 2) O papel da sociedade civil dos movimentos sociais na luta pela redemocratização brasileira; 3) Movimentos sociais e defesos dos direitos civis no Brasil contemporâneo; 4) Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade – cultura material e imaterial (MARANHÃO, 2015, p. 153).

Como discutido anteriormente, os movimentos LGBT ganharam força, no Brasil, a partir do final da década de 1960, momento em que as principais representações assumem um viés mais politizado. Assim, vislumbramos a possibilidade de sua inclusão nos conteúdos a serem trabalhados.

Com base nesse pressuposto, realizamos a análise do plano em cada uma das séries do Ensino Médio, uma vez que, conforme já afirmamos, essa parte do documento permite maiores inferências sobre as possibilidades de abordagem da temática no estabelecimento das aprendizagens a serem alcançadas e da orientação metodológica.

Verificamos que tais conteúdos estão previstos para serem trabalhados no 2º e 3º períodos da 3ª série, revelando que nas séries anteriores nenhum assunto relacionado a essa temática consta no Plano em tela. No 2º período a categoria diversidade sexual é mencionada de forma direta e explícita em uma das aprendizagens básicas previstas, qual seja: “compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais, religiosas, de gerações e de classes como manifestações culturais por vezes conflitantes” (MARANHÃO, 2015, p. 158). Esta se relaciona com os dois primeiros conteúdos selecionados acima, o que demonstra a ausência de um delineamento de aprendizagens mais relacionadas ao papel dos movimentos sociais, e mais especificamente, daqueles voltados para a questão da orientação sexual, tanto na luta pela redemocratização do país quanto na defesa dos direitos civis.

Ressaltamos que os procedimentos metodológicos: (criação de murais, exposições, e estimular a criatividade expressiva) também desarticulados da aprendizagem esperada, pouco poderiam contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito à diversidade sexual e à discussão sobre o legado dos movimentos sociais com pautas reivindicativas em torno da problemática LGBT.

Vejamos o que diz Bourdieu (2009, p. 103-104):

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instancias principais, a Família, a Igreja e a Escola. [...] É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas. [...] Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes e a reproduzir, [...], uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, [...].

Por fim, a Escola, [...], continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal [...] e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas, [...], entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de *se* ver, de ser representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo.

Como salienta Buordieu ao referir-se sobre o papel da escola, na transmissão dos pressupostos da representação patriarcal, surge a necessidade de relacionar a questão da diversidade cultural que é prevista para o trabalho pedagógico do 4º período da última série com os conteúdos propostos na referida disciplina. Por referir-se a uma categoria eleita como unidade de análise, buscamos apreender as possibilidades de abordagem da temática da diversidade sexual, mesmo considerando que ela pode estar relacionada a uma multiplicidade de fatores, a exemplo de: geração, renda, raça, etnia, religião, classe social, etc. Uma vez mais constatamos a pouca objetividade e clareza do Plano em análise, no sentido de propiciar um melhor entendimento e orientações mais diretas e definidas, pois além de não especificar a(s) diversidade(s), não adequa as aprendizagens básicas²¹ ao conteúdo em questão, propondo as seguintes: “Reconhecer a preservação da memória histórica como um direito do cidadão; Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político” (MARANHÃO, 2015, p. 159). No que tange aos procedimentos metodológicos, também inexistente essa coerência e se repete a carência de um detalhamento que permita a apreensão da especificidade.

²¹ As aprendizagens básicas dizem respeito ao que deverá ser aprendidos pelos/as estudantes ou seja, os objetivos, as aprendizagens precisam ser organizadas de forma a garantir a mediação Sujeito-Objeto, do conhecimento, para que possam alcançar o êxito esperado: a efetivação da aprendizagem (MARANHÃO, 2014, p.21)

Mas, é na escola, diz Bourdieu (2009), também que ocorrem as possibilidades de ruptura e mudanças nas relações entre os sexos, em virtude de suas contradições. Além das instituições supracitadas, não se pode negligenciar o papel do Estado na reprodução dos padrões patriarcais de nossa sociedade.

Dáí a necessidade de trabalhar os conteúdos levando em consideração a contextualização dos mesmos, tendo como imperativo o desenvolvimento sustentável, o respeito à diversidade, o combate às desigualdades e a desconstrução dos estereótipos relacionados à identidade de gênero e orientação sexual.

5.2.4 Geografia

Tem como objeto de estudo o Espaço Geográfico e nomeia como conteúdos estruturantes: Organização e representação do espaço geográfico; Ambiente natural e seu reflexo na ocupação do espaço geográfico; As Relações Sócioespaciais e a (Re) estruturação do Espaço geográfico; O impacto da Evolução Tecnológica sobre o (re) ordenamento geopolítico e Econômico do Espaço Geográfico.

Tendo por base a distribuição dos conteúdos estruturantes nas três séries, percebemos que em todos os quatro períodos há uma ausência das categorias elencadas, revelando a invisibilidade da temática relacionada à diversidade e orientação sexual. Essa ausência torna-se visível, sobretudo conforme é enfatizada na proposição abaixo:

As estruturas de dominação masculina, afirma Bourdieu (2009) continuam a intervir por meio de *três princípios práticos*: primeiro, as funções cabíveis às mulheres continuam sendo prolongamentos das funções domésticas (ensino, cuidar, serviço); segundo, os homens não podem estar submetidos às ordens das mulheres e terceiro aos homens ainda cabem o controle sobre atividades técnicas e das máquinas.

Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) [...] (BOURDIEU, 2009, p. 112).

Em nosso entendimento, no que concerne à realidade social recorrentemente mencionada no referido Plano, caberia fazer uma discussão sobre à diversidade e orientação sexual, identidade de gênero e a homossexualidade dentre outras, como forma de contribuir para a superação de atividades pontuais, descontextualizadas e fragmentadas que porventura

possam integrar a prática pedagógica nas salas de aula de escolas públicas estaduais do Ensino Médio.

Quadro 4 - Incidência das Categorias nos Planos das Áreas de Conhecimento de Ciências Humanas e suas Tecnologias

CATEGORIA	ÁREAS DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS INCIDÊNCIA			
	SOCIOLOGIA	FILOSOFIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA
Diversidade	2	0	1	0
Sexualidade	0	0	0	0
Diversidade sexual	0	0	0	0
Orientação sexual	0	0	0	0
Homossexualidade	0	0	0	0
Homofobia	0	0	0	0
Discriminação sexual	0	0	0	0
Preconceito	1	0	0	0
Preconceito sexual	0	0	0	0
Diferença	0	0	0	0
Diferença de gênero	0	0	0	0
Identidade de gênero	0	0	0	0
Diferença cultural	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria

O quadro acima trata da incidência das categorias elencadas para efeito deste trabalho, a categoria Diversidade, aparece duas vezes na disciplina Sociologia, na disciplina História aparece a penas uma vez, as demais categorias: Sexualidade, Diversidade sexual, Orientação sexual, Homossexualidade, Homofobia, Discriminação sexual, Preconceito, Preconceito sexual, Diferença, Diferença de gênero, Identidade de gênero, Diferença cultural. Observa-se total ausência, isso nos leva a crer e concordamos com Buordieu quando salienta que:

Reforçar ou neutralizar a dominação? A análise das formas de dominação serve para qual desses efeitos sociais? Bourdieu (2009) observa que é preciso arriscar parecer estar reforçando os mecanismos de dominação se se pretende trazer à luz os processos pelos quais os próprios dominados reforçam o poder da dominação e ratifica: Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas

incorporadas [...] e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se reproduzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social [...], poderá a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 2009, p. 139).

Diante das questões propostas, necessário se faz pensar uma ação educativa, enquanto ato político, que leve os docentes a refletirem sobre sua prática e de que forma podem levar os estudantes a refletirem sobre a contextualização dos conteúdos e que esses possam ultrapassar os limites da reprodução e da dominação masculina, e que possam vislumbrar um processo de ensino e aprendizagem, pautados numa ação docente contextualizada, reflexiva e que leve em consideração a diversidade, a orientação sexual e a inclusão.

5.3 Algumas Inquietações sobre os Planos

Para efeito de análise dos planos da área do conhecimento Ciências Humano e suas Tecnologias, no que diz respeito às disciplinas observamos o que segue:

QUADRO 5 : DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1º	Conhecer a sociologia como a ciência da sociedade, considerando seu surgimento e história.	A sociologia como ciência; -As grandes revoluções e seus impactos sociais; -O pensamento científico aplicado às práticas sociais	Conhecimento do social -Reflexão sobre a música: “Música de trabalho”_Legião Urbana; -Aula expositiva com intervenções dialogadas; -Pesquisa histórica dos impactos sociais na era das grandes revoluções.
	2º	-Entender a importância dos principais pensadores e suas teorias para o surgimento da sociologia como ciência.	-Augusto Comte,1798 -Emile Durkheim,1858 -Max Weber,1833 -Karl Marx, 1818	-Análise dos alunos sobre o que é “fator social”; -Realização de pesquisas direcionadas que redundarão em seminário em estilo painel; -Construção coletiva de um mural com síntese sobre pensadores.

1ª	3º	-Compreender os fundamentos teóricos dos principais autores da sociologia na explicação das práticas sociais.	-Augusto Comte,1798 -Emile Durkheim,1858 -Max Weber,1833 -Karl Marx, 1818 -Nobert Elias, 1897 -Pierry Bourdieu e Passeron, 1930	-Estudo sobre a sociedade o que é tema social? -Eleição de temas sociais da atualidade e explicação das mesmas sob a orientação teórica dos pensadores da sociologia em estudo; -Construção coletiva de um mural com síntese sobre pensadores.
	4º	-Identificar nas práticas sociais atuais alguns conceitos estruturantes da sociologia estimulando pensamento autônomo e crítico-social.	-Comunidade -Sociedade -Cidadania -Ideologia	-Identificar uma comunidade comum aos alunos e fazer com eles uma lista de características que demarcam essa comunidade; Apresentar cenicamente as “marcas” sociais que identificam as diferentes comunidades e grupos sociais presentes na sociedade atual; Problematizar conceitos de cidadania e ideologia por meio da análise conjunta de fatos sociais da atualidade, percebendo os artefatos ideológicos que perpassam discursos e políticas; Aula expositiva dialogada com vistas à demarcações teóricas; Organização de blog “Escola Cidadã” em que cada aluno deve escrever um texto.

Fonte: (Maranhão, 2014)

QUADRO 6 : DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
2 ^a	1 ^o	-Refletir sobre a religiosidade humana e conhecer as principais religiões do mundo.	-Religião e religiosidade	-Direcionamento de perguntas sobre as religiões que os alunos professam e sobre a religiosidade enquanto parte da constituição humana. -Reflexão sobre a música” sobre todas as coisas”, Gilberto Gil, ou outra de interesse dos alunos/as; -Levantamento de questionamentos sobre a música em relação com a vida; -Análise grupal de alguns filmes: Agnes de Deus, o Terceiro Milagre, Baraka, A última tentação de Cristo”, A paixão de Cristo, Dúvidas; -Discussão coletiva sobre os filmes demarcando a religiosidade hum, Ana e as expressões religiosas.
	2 ^o	-Identificar as várias formas de racismo e preconceito desenvolvendo uma compreensão cidadã de diversidade étnico-racial.	-O racismo -Brasil e suas raças -Diversidade e preconceito -Ações afirmativas de oposição ao preconceito social; -Fatores sociais na saúde pública(física e psicológica); -O Bullying na escola e em outros contextos sociais.	-Problematizar o tema do racismo no ambiente escolar, no município no Brasil, utilizando exemplos do cotidiano; -Reflexão das várias formas de racismo no decorrer da história(nazismo), identificando as principais características da intolerância racial e outras formas de intolerância presentes na realidade social; -Pesquisa das leis que protegem os direitos humanos da diferença; -Entrevistas que visam a desconstrução de imaginário social preconceituoso; Incentivo e divulgação de atitudes de respeito à diversidade.
	3 ^o	-Conhecer que as identidades subjetivas fazem parte de uma estrutura social mais ampla.	-Identidade social; -Ética e Moral; -Postura ética diante dos fatos	-Levantamento das práticas sociais associadas à identidade dos alunos/as como ponto de partida para pesquisas em grupo; -Identificação das características dos

			sociais; -Grupo social; -Movimentos sociais: - Impacto político e social dos movimentos sociais da atualidade, tanto os locais, regionais, nacionais e internacionais.	grupos sociais e movimentos sociais da contemporaneidade; -Entendimento da ética como fenômeno social presente na formação dos indivíduos e ligado à ideologia e paradigmas sociais.
	4º	-Conhecer os diversos conceitos da política e refletir sobre a real participação nesses processos para a mudança social.	-A Política (política como capacidade humana, organizações políticas, representações de poder); -Sistema de representação Política- A política brasileira, democracia e de sistema de representatividade popular; -A política e a cidadania; -Responsabilidade política e social.	-Relação família e a relação com o poder_ política como característica inerente ao ser humano; -Pesquisa biográfica de políticos conhecidos; A política como fato social passível de pesquisa. -Alienação política na sociedade; -Aula expositiva e dialogada com os alunos/as; -Pesquisa da história dos partidos políticos no Brasil; -Análise conjunta dos impactos das ações políticas na vida social.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1º	-Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais sob o princípio estético, político e ético.	-O que é cultura? -O estudo antropológico da cultura -Diferenças culturais; -Respeito à	-Reflexão sobre as músicas da cultura popular maranhense, -Dividir a turma em grupos para identificar marcos culturais expressos nas letras e harmonias musicais; -Aula expositiva com intervenções

			diversidade cultural; -Patrimônio cultural -Aculturação.	dialogadas; -Pesquisa antropológica orientada com os alunos/as- “estranha do cotidiano”.
3 ^a	2 ^o	Construir uma visão mais crítica sobre a indústria cultural avaliando o papel ideológico na vida social.	-Industria cultural de massa -Papel ideológico do Marketing (consumismo e política) -Manobras culturais e políticas; -Críticidade culturas e política	-Solicitar aos alunos/as que lembrem de propagandas, layouts... e analisar conjuntamente com os alunos/as intencionalidades e inferências; -Realização de pesquisas direcionadas que redundarão em seminários-estilo painel; -Análise crítica de marketing-propagandas, embalagens, revistas, jornais,propagandas de internet, etc.
	3 ^o	-Compreender as transformações do mundo do trabalho geradas por mudanças na ordem econômica.	-O mundo do trabalho e as exigências sociais; -Processo de mais valia- valor do trabalho; -Tendências do mundo do trabalho; -O mercado de trabalho no município.	-Entrevista orientada sobre as intenções da turma sobre o mercado de trabalho; -Pesquisa sobre o mundo do trabalho e empreendedorismo regional; -Organização de artigos científicos sobre: “O mundo do trabalho”, para ser postado no o blog da turma.
	4 ^o	-Fortalecer a identidade social e política no contexto do Estado de Direito, para que haja reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão.	-A cidadania e o estado de Direitos; -Ação social e assistencialismo -Análise política do governo atual e seus impactos na sociedade; -Globalização da economia.	-Levantamento a nível de senso comum sobre direitos e deveres do cidadão; -Aula expositiva de acordo com as temáticas insurgentes; -Apresentar cenicamente as “marcas” sociais que identificam políticas assistencialistas do governo; -Elaboração de “frases de efeito” sintéticas com impacto in formativo para serem espalhadas na escola.

Fonte: Maranhão (2014)

O plano de sociologia é organizado em três séries e quatro períodos cada, onde cada período apresenta várias aprendizagens básicas, ao nos determos para fazer uma análise desses elementos, paira certa confusão no que diz respeito às aprendizagens básicas,

conteúdos básicos e procedimentos metodológicos, sem deixar claro como esses elementos dialogam entre si, na perspectiva de garantir a aprendizagens dos/as educando/as.

Daí surge alguns questionamentos: Como esses elementos podem dialogar no sentido garantir a discussão da temática da diversidade? Como a disciplina Sociologia poderá contribuir para essas discussões?

Nesse sentido discutir a sexualidade, a partir da experiência seja como figura histórica singular, seja como experiência cristã da ‘carne’’, dominadas pelo desejo do homem.

Com tudo Foucault (2009, p.11) comenta que:

Mas analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído. Em suma, a ideia era a de pesquisar, nessa genealogia, de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros.

No cenário atual apontam-se avanços, quando o plano propõe discutir diferenças culturais, sociais e diversidade, para tanto é necessário lançar mão das categorias de análise das práticas desenvolvidas pelos docentes e estabelecer relações com o estudo da Sociologia. Dando margens a essas discussões, de forma individual, a partir das subjetividades dos/as professores/as, bem como sua capacidade de inferir e redimensionar

QUADRO 7 :DISCIPLINA: FILOSOFIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1º	Perceber e compreender a passagem do senso comum com a entrada da Filosofia como meio de compreensão e direcionamento das problemáticas e desafios da realidade com um todo.	Mito e Filosofia <ul style="list-style-type: none"> • Saber mítico; • saber filosófico; 	Oferecer situação(s) problema (s) que ilustre, visualize, perceba e compreenda a passagem do mito à Filosofia. Leitura e discussão crítico-reflexiva de texto filosófico e complementar que fundamentem e esclareçam o conteúdo em discussão.
	2º	Perceber e compreender a passagem do senso comum com a entrada da Filosofia como meio de compreensão e direcionamento das	<ul style="list-style-type: none"> • Relação Mito e Filosofia • O que é filosofia? 	Leitura e discussão crítico-reflexivo de texto filosófico e complementares que fundamentem e esclareçam o conteúdo em discussão.

1ª		problemáticas e desafios da realidade como um todo.		
	3º	Conhecer noções elementares da lógica aristotélica; Interpretar o significado da linguagem simbólica no desenvolvimento da cultura humana, distinguindo símbolo e sinais.	Teoria do conhecimento: <ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento e as formas de conhecimento • O problema da verdade. 	Otimizar e possibilitar o raciocínio analógico, lógico e comparativo dos alunos frente ao tema em estudo.
	4º	Conhecer noções elementares da lógica aristotélica; Interpretar o significado da linguagem simbólica no desenvolvimento da cultura humana, distinguindo símbolo e sinais.	<ul style="list-style-type: none"> • A questão do método; • A lógica e a linguagem. 	Leitura, análise, discussão e síntese de textos filosóficos e complementares que agucem a curiosidade e atenção dos alunos para o contexto proposto.

DISCIPLINA: FILOSOFIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1º	Compreender o conceito de ética e moral e sua abrangência sociopolítica e cultural; Perceber e entender conceitos essenciais ao estudo da ética e política.	Ética: <ul style="list-style-type: none"> • Ética e moral; • Pluralidade ética. 	Leitura, análise, discussão e síntese de textos filosóficos e complementares que agucem a curiosidade e atenção dos alunos para o contexto proposto..
	2º	Compreender o conceito de ética e moral e sua abrangência sociopolítica e cultural; Perceber e entender	<ul style="list-style-type: none"> • Razão, desejo e vontade; • Liberdade, autonomia e controle. 	Otimizar e possibilitar o raciocínio analógico, lógico e comparativo dos alunos frente ao tema em estudo.

2 ^a		conceitos essenciais ao estudo da ética e política.		
	3 ^o	-Evidenciar a importância e a presença da Filosofia como caminho para o entendimento dos problemas da contemporaneidade e tendo como suporte a historicidade.	Filosofia e Política: -Poder; -Liberdade e igualdade política; -Ideologia política.	-Realizar atividades extraclases, utilizando meios como celular para gravação de entrevista previamente elaboradas.
	4 ^o	Evidenciar a importância e a presença da filosofia como caminho para o entendimento dos problemas da contemporaneidade tendo como suporte a historicidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Esfera pública e privacidade; • Cidadania e democracia. 	Formatação de um quadro demonstrativo com o resultado das pesquisas de campo (entrevista).

DISCIPLINA: FILOSOFIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1 ^o	Compreender o conceito de ciência e suas características e abrangência; Conhecer o método científico e suas possibilidades	-O que é ciência; -Métodos e ciência.	Leitura, análise, discussão de textos referentes ao surgimento da ciência e sua importância para a sociedade.
	2 ^o	Relacionar e perceber o entendimento da ciência, ideologia e ética.	-Ideologia e ciência; -Ciência e ética..	Apresentar situação problema fazendo uso da aplicação dos métodos.
	3 ^o	-Conhecer o conceito e a natureza da arte. -Identificar a relação entre Arte e Filosofia.	-Conceito da natureza da Arte; -Relação entre Filosofia e Arte.	-Leitura, análise e discussão de textos, imagens, cartuns referentes à estética enquanto ciência da arte grega(Hegel); -Produção artística e/ou como expressão das categorias estéticas.

3 ^a	4 ^o	-Entender o conceito de estética à luz da filosofia e sua relação com a sociedade.	-Categorias estéticas; -Estética e sociedade.	-Leitura, análise e discussão de textos, imagens, cartuns referentes à estética enquanto ciência da arte grega(Hegel); -Produção artística e/ou como expressão das categorias estéticas.
----------------	----------------	--	--	---

Fonte: Maranhão (2014)

O plano de filosofia traz como proposta de trabalho nas três séries, em quatro períodos, convém ressaltar que todos os planos seguem o mesmo padrão. Existe no plano certa confusão no que diz respeito de como esses componentes dialogam entre si, pois o mesmo, pois os procedimentos em alguns momentos se confundem com as aprendizagens básicas.

Não deixando claro de que forma os referidos procedimentos irão contribuir para o alcance das aprendizagens básicas e que essas possam levar em consideração as temáticas da diversidade e da homossexualidade.

QUADRO 8: DISCIPLINA: HISTÓRIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1 ^o	-Reconhecer o papel do indivíduo como sujeito e produto histórico; -Compreender o processo de construção das identidades social e individual nas temporalidades históricas; -Buscar relações indentitárias com as gerações passadas; -Compreender o tempo histórico como construção social e cultural.	- Caminhos da História; - Civilizações do crescente Fértil - Civilização Grega - O império de Alexandre	- Pesquisa em fontes variadas como: sítios arqueológicos, plantas urbanas, mapas, vestimentas, objetos cerimoniais e rituais; -Exibição de vídeos e documentários, referentes aos conteúdos estudados de texto ; -Leitura e discussão crítico-reflexiva histórico e complementar que fundamentem e esclareçam o conteúdo em discussão.
	2 ^o	- Reconhecer fontes documentais de natureza diversas;	-A civilização Romana e as migrações bárbaras;	-Atividade para diagnosticar o conhecimento prévio do aluno; -Atividades com diferentes fontes de

1ª		<p>-Identificar os diferentes ritmos de duração temporal ou a várias temporalidades (acontecimentos breves, conjunturais e estruturais)</p> <p>-Estabelecer as relações entre permanências e transformações nos processos históricos</p>	<p>-Império Bizantino e o Mundo Árabe;</p> <p>-Os Francos e o Império de Carlos Magno</p> <p>-Feudalismo</p>	<p>informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias);</p> <p>-Levantamento, organização de dados e elaboração de mapas e linhas do tempo.</p>
	3º	<p>-Identificar e extrair informações das diversas fontes documentais e interpretá-las.</p> <p>Comparar problemáticas atuais com problemas de tempos remotos;</p> <p>Identificar momentos de ruptura ou de irreversibilidade no processo histórico.</p>	<p>Feudalismo</p> <p>Renascimento comercial e urbano;</p> <p>A América antes da conquista;</p> <p>As sociedades maia, Inca e Asteca</p> <p>Sociedades africanas da região subsaariana até o século XV</p>	<p>-Confecção de painel sobre modos de vida e de costumes de diferentes sociedades;</p> <p>Debate sobre questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos;</p> <p>Identificar diferentes posições defendidas por grupos e instituições para solução de problemas sociais e econômicos;</p>
	4º	<p>-Reconhecer a preservação da memória histórica como um direito do cidadão;</p> <p>-Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político.</p>	<p>-Grupos extremistas e terrorismo no mundo;</p> <p>-A luta dos negros no Brasil e a do negro na formação da sociedade brasileira;</p> <p>-História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira;</p> <p>-Brasil: Desafios para crescimento com equidade social;</p> <p>-Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade – Cultural</p>	<p>-Atividades extra classe: visitas a museus, bibliotecas, construções e lugares históricos;</p> <p>-Ler e discutir de forma crítico-reflexiva textos complementares que aprofundem o conteúdo em discussão;</p> <p>-Criação de murais, exposições e estimular a criação expressiva.</p>

			material e imaterial; -Patrimônio e diversidade cultural no Brasil.	
--	--	--	--	--

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
2 ^a	1 ^o	-Compreender os conceitos como categorias analíticas que auxiliam na indagação das fontes e das realidades históricas. -Considerar a dinâmica dos conceitos que adquirirem especificidades a partir da construção de representações.	-Renascimento -Reforma Religiosa -Absolutismo na Europa ocidental -Relações Europa x Novo Mundo -Bases da Formação da América Portuguesa -Colonização do Maranhão	-Oferecer situações que possibilitem diagnosticar o conhecimento prévio do aluno; -Atividades com diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias; -Trabalhar com documentos variados como: sítios arqueológicos, plantas urbanas, mapas, vestimentas, objetos cerimoniais e rituais.
	2 ^o	-Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa. -Identificar o papel das diferentes linguagens: escrita, pictórica, fotográfica, oral, eletrônica, etc.	-Escravidão e formas de resistência indígena e portuguesa na América Portuguesa; -Fundação de São Luís e a Batalha de Guaxenduba; -Iluminismo e Liberalismo; -Revoluções inglesa (Século XVII); Francesa (século XVIII) e Independência dos Estados Unidos. -Império Napoleônico; -Revolta de Beckman; -Companhia de Comércio do Grão-	-Estimular procedimentos de pesquisa, organização de informações coletadas; -Promover estudos sobre diferentes modos de vida e de costumes; -Debater questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos.

			Pará e Maranhão (século XVIII); -Comércio de escravos africanos para o Maranhão.	
3º	-Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos; -Compreender textos de natureza histórica(obras de historiadores, materiais didáticos).	-A Revolução Industrial inglesa(séculos XVIII e XIX); -Processos políticos e sociais no século XIX na Europa; -Independências na América Latina; -Adesão do maranhão à Independência do Brasil; -Regências e Revoltas no Brasil.	-Realizar atividades em grupo para identificar diferentes posições defendidas por grupos e instituições; -Interpretação de mapas e gráficos referentes aos conteúdos; -Leitura e interpretação de imagens, charges e etc.	
4º	-Organizar a produção do conhecimento; -Reconhecer os diferentes agentes sociais e os contextos envolvidos na produção do conhecimento histórico; -Compreender o passado como construção cognitiva que se baseia em registros deixados pela humanidade e pela natureza.	-Segundo Reinado no Brasil; -O Brasil Republicano; -Imperialismo; -Conflitos entre os países imperialistas e a I Guerra Mundial; -Revolução Russa e o Stalinismo; -Totalitarismo: Os regimes nazi-fascistas.	-Distinguir os padrões de medidas de tempos e construir periodizações para os temas; -Ler e discutir de forma-crítico-reflexiva textos complementares que aprofundem o conteúdo em discussão. -Solicitar resumos orais ou em forma de textos, imagens, gráficos,, linhas do tempo; propor a criação de murais, exposições e estimular a criatividade expressiva.	

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
3 ^a	1º	<p>-Observar as relações de poder nas diversas instâncias da sociedade, como as organizações do trabalho, as instituições da sociedade organizada: sociais, políticas, étnicas e religiosas;</p> <p>-Perceber como o jogo das relações de dominação, subordinação e resistência fazem parte das construções políticas, sociais e econômicas.</p>	<p>-A crise de 1929</p> <p>-A Guerra Civil Espanhola</p> <p>-II Guerra Mundial;</p> <p>-O Período Vargas</p> <p>-O mundo pós-Segunda e a Guerra Fria</p> <p>-Movimentos Sociais e políticos na América Latina e Brasil nas décadas de 1950 e 1960</p>	<p>-Atividade para diagnosticar o conhecimento prévio do aluno;</p> <p>-Aulas expositivas, com apoio de livros, textos complementares, imagens e outros materiais didáticos</p> <p>-Atividades com diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias).</p>
	2º	<p>-Compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais, religiosas, de gerações e de classes como manifestações culturais por vezes conflitantes;</p> <p>Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos.</p>	<p>-A Guerra Fria e os Golpes Militares na América Latina</p> <p>-Descolonização da África e da Ásia</p> <p>-O Maranhão dos Coronéis e dos grandes Projetos;</p> <p>-As manifestações culturais de resistência aos governos autoritários nas décadas de 1960 e 1970;</p> <p>-O papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta pela redemocratização do povo brasileiro.</p>	<p>-Criação de murais, exposições e estimular a criatividade expressiva;</p> <p>-Leitura compartilhada e produção textual;</p> <p>-Leitura de imagens, gráficos e linhas do tempo.</p>
	3º	<p>-Identificar o papel e a importância da memória histórica para a vida da população e suas</p>	<p>-Redemocratização no Brasil;</p> <p>-Movimentos sociais e defesa</p>	<p>-Pesquisas sobre temas propostos;</p> <p>-Interpretação de mapas e gráficos referentes aos conteúdos;</p>

		<p>raízes culturais;</p> <p>-Compreender textos de natureza histórica(obras de historiadores, materiais didáticos).</p>	<p>dos direitos civis no Brasil contemporâneo</p> <p>-O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial;</p> <p>-A crise permanente no Oriente Médio: A Guerra do Golfo, do Afeganistão e do Iraque;</p> <p>-Nova conjuntura política e econômica mundial: Crise nos EUA, na Europa e emergência da China.</p>	<p>-Leitura e interpretação de imagens, charges e etc.</p>
	4º	<p>-Reconhecer a preservação da memória histórica como um direito do cidadão;</p> <p>-Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político.</p>	<p>-Grupos extremistas e terrorismo no mundo;</p> <p>-A luta dos negros no Brasil e a o negro na formação da sociedade brasileira;</p> <p>-História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira;</p> <p>-Brasil: Desafios para crescimento com equidade social;</p> <p>-Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade – Cultural material e imaterial;</p> <p>-Patrimônio e diversidade cultural no Brasil.</p>	<p>-Atividades extra classe: visitas a museus, bibliotecas, construções e lugares históricos;</p> <p>-Ler e discutir de forma crítico-reflexiva textos complementares que aprofundem o conteúdo em discussão;</p> <p>-Criação de murais, exposições e estimular a criação expressiva.</p>

Percebe-se também no plano de História o descompasso existente entre as aprendizagens básicas, conteúdos básicos e procedimentos metodológicos, a partir desse descompasso, têm-se algumas indagações: De que forma poderemos avançar na discussão da temática? Como se dará o desenvolvimento das atividades pensadas nos procedimentos metodológicos que garantam a presença da temática da diversidade, mais especificamente a homossexualidade? Pois só poderemos avançar a partir da contribuição individual de cada professor/as, indo além dos entraves existentes, seja por desconhecimento dos/as professores acerca da temática seja por desinteresse.

QUADRO 9: DISCIPLINA: GEOGRAFIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
1 ^a	1 ^o	Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.	-Espaço, paisagem, lugar, região e território; -O espaço geográfico e a materialização dos tempos históricos; -Noções de astronomia; -Tectonia das placas; -Localização e orientação	-Propor situações-problema que trate de questões relacionadas à categoria de lugar como espaço de identificação do indivíduo; -Análise do espaço vivido pelo aluno e suas macro relações com paisagem e território(aula expositiva) -Articular os conceitos da geografia com a observação, descrição e organização de dados e informações do espaço (leitura de imagens); Elaboração e registro de síntese pelos alunos/as; Produções textuais, visuais e ou audiovisuais; Realização de atividades em sala com uso de mapase/ou aplicativos smathphones.
	2 ^o	Identificar nas diferentes paisagens a materialização de aspectos históricos, geográficos, sociais e as relações de poder.	-Projeções cartográficas -O espaço e suas representações -Cartografia temática -Cartografia e a evolução tecnológica; Regionalização do espaço geográfico	-Propor questionamento acerca do uso das representações cartográficas utilizadas pelas diversas mídias; -Estudo de conteúdo cartográfico a partir dos panfletos de propaganda de empreendimentos imobiliários locais; -Análise da linguagem cartográfica, destacando suas intencionalidades (produção textual por equipe); -Atividade de leitura e interpretação

				de mapas (exercício); -Construção de maquete com aplicação de escala e convenções cartográficas.
	3º	Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.	-O sistema Terra e as inter-relações entre seus subsistemas; -A morfogênese do relevo terrestre e sua ocupação pelo ser humano; -Domínio morfoclimáticos e biomas: características, importância, aproveitamento e condições ambientais.	-Questionamentos acerca da ocupação humana nos diversos tipos de ambientes naturais e suas interferências na dinâmica da natureza; -Realização de atividades de estudo do meio; -Criação de um fórum virtual de debate e publicação das produções dos alunos/as utilizando as redes sociais (facebook) sobre os assuntos estudados; -Realização de atividades escrita com questões objetivas e subjetivas; -Concepção e produção de vídeo-minuto sobre a influência das condições naturais no cotidiano das comunidades locais
	4º	Compreender as transformações que ocorrem no espaço geográfico como resultado das relações sociais estabelecidas e construídas historicamente.	- o urbano e o rural: relações de interdependência; -Crescimento, estrutura e mobilidade da população mundial; -Territorialidades no espaço urbano; -Urbanização e a estruturação do espaço geográfico.	-Propor situações-problema que trate de questões relacionadas as diferentes espaços geográficos; -Estudo a partir de materiais divulgadas pelas diversas mídias sobre os espaços urbanos e rural (estudo de texto); -Exibição, análise e debate de filme /ou vídeo de curta metragem que trate do assunto abordado. -Produção de um artigo de opinião por grupo; -Atividade de leitura e interpretação de mapas (exercício).

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
		-Compreender a relação existente entre	-Regionalização do espaço geográfico	-Analisar o processo de formação do estado-nação brasileiro através

2ª	1º	os elementos culturais e o meio ambiente na construção das identidades (nacional, regional, local).	nacional; -Povoamento e expansão territorial brasileira; -A questão agrária e a organização do espaço no Brasil; -A morfogênese do relevo brasileiro e sua ocupação pelo ser humano.	daleitura e interpretação de mapas; -Elaboração de painel sobre a formação e dinâmica territorial desde a colonização até a inserção do Brasil na economia global; -Análise do espaço geográfico do ponto de vista do relevo brasileiro e sua ocupação; -Mapear os resultados pesquisados e produzir relatório/síntese.
	2º	-Reconhecer função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.	-Os subsistemas: litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera nacionais e suas interações; -Domínios morfoclimáticos e biomas brasileiros; -A política ambiental brasileira.	-Exibir informações geográficas expressas em diferentes linguagens sobre o processo de ocupação dos meios físicos; -Aula expositiva com uso de documentários; -Elaborar quadro sinótico relacionando o tipo de clima com o tipo de vegetação; -Criar um fórum de debate utilizando as redes sociais (facebook), para discussão dos assuntos estudados em sala; Produzir vídeos-minuto que retratem as relações econômicas entre campo e cidade.
	3º	-Analisar diferentes processos de produção ou circulação e riquezas e suas implicações sócio espaciais, reconhecendo as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de ocupação dos espaços.	-Desigualdades sócias espaciais no espaço geográfico brasileiro; -Urbanização e organização do espaço geográfico nacional; -A industrialização e seu reflexo na ocupação do território nacional; - Setores produtivos e a organização da sociedade brasileira.	-Questionamentos a respeito da realidade social, política, econômica, nacional, com uso de vídeos, propagandas, panfletos publicitários, charges e tiras. -Debate dirigido sobre temas atuais relacionados ao processo de metropolização e a hierarquia urbana no Brasil; -Realização de atividades de pesquisa com uso de aplicativos de smathphones; - Organização, síntese escrita e apresentação dos resultados da pesquisa; -mostra de trabalhos através de painel de fotos sobre as modificações impostas pelas novas

				tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.
	4º	-Compreenderas transformações que ocorrem no espaço geográfico como resultado das relações sociais estabelecidas e construídas historicamente.	-O Brasil no comércio internacional; -Matriz energética das questões ambientais no Brasil; -os meios de comunicação e transportes no Brasil e no mundo globalizado.	- Propor situações-problema que trate da situação econômica do Brasil frente às potências mundiais; -Pesquisa em grupo no site do BNDES sobre a importância das exportações de produtos brasileiros para a inserção do país na economia global; -Pesquisa, análise e interpretação de textos, gráficos, tabelas e mapas; -Exibição, análise e debate sobre o filme “Energia em São Paulo” -Estudo dirigido com notícias de jornais e revistas sobre os meios de comunicação e os transportes em diferentes escalas.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

SÉRIE	PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
	1º	-Observar as relações de poder nas diversas instâncias da sociedade, como as organizações do trabalho, as instituições da sociedade organizada: sociais, políticas, étnicas e religiosas; -Perceber como o jogo das relações de dominação, subordinação e resistência fazem parte das construções políticas, sociais e econômicas.	-A crise de 1929 -A Guerra Civil Espanhola -II Guerra Mundial; -O Período Vargas -O mundo pós-Segunda e a Guerra Fria -Movimentos Sociais e políticos na América Latina e Brasil nas décadas de 1950 e 1960	-Atividade para diagnosticar o conhecimento prévio do aluno; -Aulas expositivas, com apoio de livros, textos complementares, imagens e outros materiais didáticos -Atividades com diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias).
	2º	-Compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais, religiosas, de	-A Guerra Fria e os Golpes Militares na América Latina	-Criação de murais, exposições e estimular a criatividade expressiva; -Leitura compartilhada e produção

3 ^a		<p>gerações e de classes como manifestações culturais por vezes conflitantes;</p> <p>Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos.</p>	<p>-Descolonização da África e da Ásia</p> <p>-O Maranhão dos Coronéis e dos grandes Projetos;</p> <p>-As manifestações culturais de resistência aos governos autoritários nas décadas de 1960 e 1970;</p> <p>-O papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta pela redemocratização do povo brasileiro.</p>	<p>textual;</p> <p>-Leitura de imagens, gráficos e linhas do tempo.</p>
	3 ^o	<p>-Identificar o papel e a importância da memória histórica para a vida da população e suas raízes culturais;</p> <p>-Compreender textos de natureza histórica(obras de historiadores, materiais didáticos).</p>	<p>-Redemocratização no Brasil;</p> <p>-Movimentos sociais e defesa dos direitos civis no Brasil contemporâneo</p> <p>-O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial;</p> <p>-A crise permanente no Oriente Médio: A Guerra do Golfo, do Afeganistão e do Iraque;</p> <p>-Nova conjuntura política e econômica mundial: Crise nos EUA, na Europa e emergência da China.</p>	<p>-Pesquisas sobre temas propostos;</p> <p>-Interpretação de mapas e gráficos referentes aos conteúdos;</p> <p>-Leitura e interpretação de imagens, charges e etc.</p>
	4 ^o	<p>-Reconhecer a preservação da memória histórica como um direito do</p>	<p>-Grupos extremistas e terrorismo no mundo;</p>	<p>-Atividades extra classe: visitas a museus, bibliotecas, construções e lugares históricos;</p> <p>-Ler e discutir de forma crítico-</p>

		cidadão; -Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político.	-A luta dos negros no Brasil e a o negro na formação da sociedade brasileira; -História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira; -Brasil: Desafios para crescimento com equidade social; -Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade – Cultural material e imaterial; -Patrimônio e diversidade cultural no Brasil.	reflexiva textos complementares que aprofundem o conteúdo em discussão; -Criação de murais, exposições e estimular a criação expressiva.
--	--	--	---	---

Fonte: Maranhão (2014)

O plano de geografia, de todos os planos, constatou-se ausência da temática da diversidade nas três séries em seus respectivos períodos. Nesse sentido considerando:

A dominação masculina uma construção social e histórica que se naturaliza, demonstra como esse processo de dominação é imposto e vivenciado, tornando-se, *grosso modo*, invisível e insensível às próprias vítimas, ou seja, as mulheres incorporam essa dominação com se fosse algo imutável, a-histórico, um artifício cultural que se torna natural. Com efeito, os próprios dominantes também sofrem os efeitos da dominação e ficam presos aos ditames das *estruturas históricas da ordem masculina*. (Bourdieu 2009, p 8)

Diante das questões arroladas, mister se faz entender de que maneira o Sistema Educacional brasileiro e em particular o maranhense, pensar iniciativas que possam dar visibilidade à população LGBT e o respeito à diversidade sexual, para tanto se faz necessário pensar atividades relativas à diversidade, orientação sexual e identidade de gênero, por meio de debates, palestras, rodas de conversas e formação específica para os profissionais da educação.

Nesse sentido, salientamos a resolução nº 242/10 CEE/MA, que trata da obrigatoriedade do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares na Rede de Ensino do Estado do Maranhão.

Maior divulgação na Resolução nº 12/15 CNCD/LGBT, que Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sócios – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Por essas e outras razões, precisamos ressignificar os espaços institucionais, dentre elas de modo especial a escola, para que se torne um ambiente plural e que contemple, respeite e valorize a diversidade. Entendendo que direito à diversidade é expressão da garantia de direitos humanos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi realizada no sentido de apreendermos nosso objeto de estudo, cujo objetivo geral pautou-se na abordagem da diversidade sexual, mais especificadamente na homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino Maranhense.

Para tanto, elencamos categorias de análise que nos permitissem uma incursão pelo objeto, de modo a delimitá-lo, não para analisá-lo de forma reducionista, mas no intuito de aprofundar as reflexões sobre aspectos centrais inerentes ao tema. Nesse sentido, diversidade, orientação sexual, homossexualidade e inclusão orientaram os desdobramentos do trabalho investigativo.

Longe de falarmos em conclusão ou verdades absolutas, nos deparamos com considerações relevantes em nossa investigação, no que diz respeito aos objetivos delineados. Inicialmente buscamos aprender como a temática da diversidade sexual é abordada no campo acadêmico e constatamos que a discussão das categorias anteriormente citadas ainda causa muita polêmica. Acreditamos que tal fato deve-se a posturas que se caracterizam ora por preconceitos, ora por ignorância em relação à temática como um todo.

Embora exista hoje um aumento da produção acadêmica concernente às diferenças em geral e principalmente quanto à diversidade sexual e homossexualidade, é correto afirmar que tal interesse é ainda tímido diante da necessidade da problematização da temática. Trata-se, portanto, de uma temática em construção. E o reflexo dessa realidade não poderia deixar de ser percebido nas políticas e práticas educacionais, expressando-se na fragilidade das ações, dos programas e dos planos que, em geral, apresentam-se com abordagens genéricas, sem especificidades e aprofundamentos.

A própria noção de diversidade é uma construção histórica, social e cultural, que vem agregando conhecimento nas últimas décadas, pressupondo o tratamento igualitário e democrático aos “diferentes” na luta contra o racismo, sexismo, homofobia, xenofobia dentre outros. Atualmente, pelo menos no campo acadêmico, caminha-se cada vez mais em direção de uma concepção de diversidade como oportunidade de reflexão acerca das relações que se estabelecem entre o “eu e o outro”, entendendo este outro como tão legítimo quanto o eu.

O desafio está em contemplar essa produção acadêmica em políticas educacionais de Estado, capazes de reconhecer e respeitar as diferenças que marcam o ambiente escolar; em garantir sua presença em todos os processos educativos de modo que permeiem os aspectos

sócio-histórico, culturais e filosóficos, subjacentes e explícitos no Projeto Político Pedagógico e na prática cotidiana da gestão da escola como um todo e da sala de aula em particular.

No que diz respeito à sexualidade, percebemos que o desafio é ainda maior, uma vez que na produção acadêmica ela já é entendida como uma construção histórico-social carregada de significados controversos e polêmicos, sobretudo, porque se confronta com elementos de ordem religiosa e com universos sociais ou subjetivos distintos.

A despeito de todo o conhecimento produzido sobre a temática, a homossexualidade continua sendo vista como algo pecaminoso e imoral, revelando a urgência de um trabalho educativo na perspectiva da inclusão, o que, por sua vez, requer dos/as educadores/as uma postura política que reconheça e valorize as diferenças, indo além do binário.

Tais reflexões foram alimentadas no decorrer da pesquisa na busca de entendimento o processo de construção da valorização da diversidade sexual, especificamente a homossexualidade, para além do campo acadêmico, ou seja, na sociedade como um todo e no campo educacional em particular.

A historicização dessa trajetória permitiu-nos perceber os anos 1970 constituem-se em um período importante em decorrência da acentuada expressão e identificação da homossexualidade, em um cenário marcado pelas inovações culturais e as mudanças sociais em face do movimento de contestação ao regime militar. E essa conjuntura que gera um movimento homossexual de caráter político.

A década de 1990 também se converte em um relevante marco nesse processo, pois é o momento em que, mediante a retirada do Homossexualismo da Classificação Internacional de Doenças como patologia, passou-se a uma compreensão de homossexualidade diferente de doença, distúrbio ou perversão. Tal representação, embora não tenha superado o preconceito e a discriminação, concorre com argumentação para seu combate.

A partir desta conjuntura o movimento LGBT vem se fortalecendo, tornando-se bastante plural, mas com algumas bandeiras de luta em comum, a exemplo do combate à discriminação e aos estereótipos discriminadores, deliberadas em amplos espaços de debate e tomada de decisões como as Conferências Nacionais. Nesse âmbito, a educação foi elencada como fundamental na luta contra as diversas formas de discriminação e conquista dos direitos negados.

A escola passa a ser percebida como um espaço capaz de contribuir com processos de inclusão, por meio do trabalho com as mais variadas temáticas dentre estas as

relações de gênero, orientação e diversidade sexual. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como direito individual e coletivo, devido à sua imprescindibilidade no reconhecimento, reivindicação, luta e garantia de direitos.

No Maranhão é, sobretudo, no início do novo século que o processo de organização política do Movimento LGBT amadureceu e se consolidou, sendo que em seu bojo ganha destaque a discussão sobre a necessidade de políticas educacionais que combatam as práticas homofóbicas no interior dos sistemas escolares do Estado, em consonância com os debates e as proposições em âmbito nacional e mundial.

Na esteira dessas reflexões é que se insere mais um dos objetivos pensados no sentido de nortear nossa incursão pelo objeto investigado, referente a uma análise das políticas educacionais brasileira e maranhense pós-LDB nº. 9394/96 no que tange à temática da diversidade sexual e especialmente a homossexualidade, tendo por base alguns dispositivos legais e documentos orientadores das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas públicas e salas de aula do Ensino Médio.

Dentre outras medidas, destacamos a participação do Maranhão no processo de elaboração do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/14), por meio das contribuições para o eixo intitulado “Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos” as quais contemplaram quarenta e uma proposições acerca de tal temática, das quais quatorze abordavam, de forma clara e explícita, questões como diversidade, inclusão, orientação sexual e identidade de gênero.

Ainda que muitas destas proposições tenham se configurado do documento final do Plano de forma diluída e genérica, há de se ressaltar o processo de discussão e deliberação proporcionado nesse contexto por ocasião da Conferência Estadual e que, de maneira mais ou menos contundente, pode repercutir na formulação de políticas não somente no campo da educação como em outros concernentes às políticas sociais maranhenses.

Arriscamo-nos a indicar que esse é o motivo de fazer-se presente nas Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino, publicadas pela SEDUC, no ano 2014, a temática da diversidade sexual e da identidade de gênero, encampando a tentativa nelas expressas de delinear uma nova configuração para o currículo das escolas dos 217 municípios do Estado do Maranhão. Por meio da definição de padrões básicos de aprendizagem e ensino, essas Diretrizes explicitam a relevância da educação para as relações de gênero **na qual a orientação sexual transcenda a perspectiva** unívoca de constituição de homens e mulheres como heterossexuais, combatendo a padronização que concebe as diferentes possibilidades de construção da sexualidade como algo anormal e patológico.

Tal premissa impôs uma análise mais aprofundada da forma como a temática da diversidade sexual e, notadamente, da homossexualidade é abordada nos documentos orientadores da prática pedagógica no Ensino Médio. Por isso examinar o Projeto Político Pedagógico de uma escola de referência em São Luís, assim como seus Planos de Ensino da Área de Conhecimento de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Sociologia, Filosofia, História e Geografia).

No que tange ao Projeto político Pedagógico, a escola demonstra preocupação em edificar-se numa perspectiva democrática, com ênfase na formação da cidadania, porém, não apresenta um discurso consistente sobre as questões relativas à diversidade sexual, gênero e orientação sexual.

Este fato nos conduz à verificação de que existe um silenciamento ou até mesmo omissão por parte da escola quanto às questões em foco. O mesmo se aplica às intervenções pedagógicas, não apresentando clareza quanto a sua utilização pelos professores em sala de aula sobre a temática em tela, no sentido da promoção de uma educação inclusiva.

Quanto à análise dos planos percebemos quase a ausência total das discussões acerca das categorias elencadas, no caso específico do componente curricular Sociologia em todo o plano a categoria diversidade aparece apenas duas vezes, a categoria preconceito aparece uma única vez. Já no caso do componente História, a categoria diversidade aparece uma só vez. Nos componentes Filosofia e Geografia, ausência total das categorias elencadas. Portanto, os planos não contemplam a diferença como princípio norteador para a inclusão social.

Nessa direção se faz necessário observar o pensamento de Junqueira (2009) quando ao envolver autoridades, profissionais da educação, membros da comunidade escolar e da sociedade em geral em esforços de desestabilização da homofobia, também será necessário não esquecer que o poder e as instituições (entre elas a escola) funcionam produtivamente em termos de interdição e de estímulos.

Embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que suas imposições e proibições fazem sentido, tem efeitos de verdade, constituem parte significativa das histórias pessoais. A homofobia, nas escolas, tem sido consentida e ensinada, pois a mesma se expressa pelo desprezo, afastamento e pela imposição do ridículo (LOURO, 1999).

Ao ser consentido e ensinado, a homofobia agrega contornos institucionais e, diante disto é necessário, pesquisas que nos permitam obter elementos indispensáveis ao conhecimento e dinâmica de sua produção, reprodução e combate na escola, por meio das

práticas educativas, além da associação necessária com os movimentos organizados da sociedade civil, mediando os interesses e as reivindicações de atores sociais e/ou econômicos.

Logo, problematizar as diferenças, nos dias atuais, é uma bandeira de luta política. Essa reflexão passa por atitudes de respeito e aceitação de que, em uma sociedade plural, pautada pelo entendimento de que todos têm os mesmos direitos e deveres e que, atitudes de discriminação, devem ser combatidas, sobretudo, no ambiente escolar, pois as ideologias discriminatórias naturalizam em nossa sociedade os preconceitos e as desigualdades historicamente construídas.

A partir dessas problematizações sobre o enfoque do pluralismo étnico, cultural e sexual, e que esse, precisa estar inserido na dinâmica social das escolas, mobilizando conhecimentos sobre a sexualidade, tendo como escopo a ressignificação e ampliação da compreensão de seus corpos, que vão além dos padrões heteronormativos.

Nos diferentes setores socioeconômicos os/as homossexuais tiveram que superar obstáculos e conquistar direitos sociais negados historicamente. Para tanto organizaram movimentos sociais pela diversidade sexual e reivindicaram políticas públicas, por parte dos Governos, que viabilizassem ações concretas no sentido de garantir condições dignas de existência e valorização em seus múltiplos aspectos: cultural, socioeconômicos e estéticos.

A luta contra a discriminação e os estereótipos discriminadores tornou-se eixo central dessas reivindicações. Além disso, a educação foi elencada como fundamental na luta contra as diversas formas de discriminação e conquista dos direitos negados. Os governos depararam-se com as demandas dos setores historicamente oprimidos e tiveram que responder de forma objetiva aos anseios e reivindicações da sociedade civil organizada, reivindicando entre outras questões o respeito à pluralidade.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMBROSE, Tom. **Heróis e exílio:** Ícones gays através dos tempos – Tradução Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Gutemberg, 2011.

ANDRÉ, Marli.E.D. e LUDKE, Menga, (org). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica Universitária, 1986.

AULETE, Caldas. Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011

BARDIN, J.L. 'Ére logique, Paris: Robert Laffont, 1977

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada.** Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos ; n. 67)

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125)

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Para 3º e 4º ciclo. Apresentação dos temas Transversais. Brasília, DF, 1998.

_____. **Conferência Nacional de Educação Básica.** plenária final .Brasília: Ministério da Educação 2008. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documento/doc_final.pdf. acesso em 23 fevereiro.2016.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, DF: 2013.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF: 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia:** programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: 2004.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 38. **Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 03 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf./pces038_06.pdf> acesso em 10 set. 2015.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 492. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de filosofia, História, Geografia, serviço social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Leras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Brasília: Ministério da Educação, 03 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf./CES0492.pdf>> acesso em 10 set. 2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **1º Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (TEXTO BASE)**. Brasília, DF: 2008.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos humanos de LGBT**. Brasília, DF: 2009.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial da Presidência da República**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **2º Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (TEXTO BASE)**. Brasília, DF: 2011.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **A fabricação do homossexual: história, verdade e poder. Anais eletrônico** – VI Encontro Estadual de História – ANPUH-BA-2013. Disponível em: <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Ailton-Carneiro.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de and RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Rev. Estud. Fem.** 2015, vol.23, n.1, pp. 119-136. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/119>>. Acesso em 10 mar. 2015.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2011, vol.16, n.46, p. 99-117. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000100006>>. Acesso em 10 mar, 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CONNELL, Raewyn. Como teorizar o patriarcado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 85-93, 1990.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20 n. 2, p. 185-206, 1995b.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANILIAUSKAS, Marcelo. De "temas polêmicos" a "sujeitos de direitos": LGBT nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010). **Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos**, nº 09, 2010.

DIETER, Cristina Ternes. As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/img/artigos/As%20ra%20C3%ADzes%20hist%20C3%B3ricas%2012_04_2012.pdf. Acessado em 31 out. 2015.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Rev. Educ. Soc.** [online]. 2008, vol.29, n.103, pp. 477-492. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314210009>>. Acesso em 10 mar. 2015.

Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. 92 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. Mariateresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília, 3ª ed.: Líber Livro Editora, 2008

FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Pro-Posições [online]**. 2008, vol.19, n.2, pp. 111-131. Disponível em: <. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200009>>. Acesso em 10 mar,2015.

GADOTTI, Moacir. “Pressupostos do Projeto pedagógico” *In*: MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília, 28/8 a 2/9/1994

GOMES, Nilma Lino, “O impacto do diferente: reflexões sobre a escola e a diversidade cultural”. Publicada na revista educação em foco, Belo Horizonte, ano 4 nº 04. Dez. 2000, p. 21-27 ISBN 978-85-736-5934-4

JESUS, Beto de *et al.* Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. 92 p.

JOCA, Alexandre Martins, Diversidade Sexual na Escola: um problema Posto à Mesa. **Fazendo Gênero - Diáspora, Deslocamentos**, nº 09, 2010. Disponível em <http://www.fazendo.ufc.br/9/site/anais_complementares>. Acesso em: 18 nov. 2013

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

LIMA, Elvira de Souza. “Currículo e desenvolvimento humano” In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre o currículo. Brasília: Departamento de Políticas da Educação Infantil e Ensino fundamental. Nov.2006, p.11-47

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Governador Edison Lobão**. São Luís, 2010.

MARANHÃO. **Orientações Normativas Para o Funcionamento Escolar: Ano Letivo 2015**. São Luís, 2015.

MALDONALDO, Maria Tereza. **Os constutores da paz**: caminhos da prevenção da violência .2 ed. São Paulo: moderna, 2004, 120 p.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003

MAY, TIM. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: artmed, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; DAL'IGNA, Maria Cláudia and ALVARENGA, Luiz Fernando. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2014, vol.22, n.3, p. 885-904. Disponível em <. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300009>> Acesso em 10 mar, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual *Antíteses*, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011, Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>> Acesso em : 20 fev. 2016

POUPART, Jean. et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRADO. Marco Aurélio Máximo. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Demerval. “Para além da curvatura da vara”. In: **Revista Ande** nº 3 São Paulo. 1982.

STAINBACK, Susan; STAIN BAC K, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; FONSECA, Marina Cardoso Gondinda; SA, Márcia Bastos de and LIMA, Ana Cristina Moreira. Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. **Pro-Posições [online]**. 2012, vol.23, n.2, p. 145-159. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000200010>>. Acesso em: 10 mar, 2015.

SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

SOUZA, Leandro Corsico e DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pro-Posições [online]**. 2010, vol.21, n.3, p. 119-134. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072010000300008>. > Acesso em: 10 mar, 2015.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem . Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

VIANNA Claudia; UNBEHAUM Sandra. GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: QUEM SE IMPORTA? UMA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago, 2006. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000200005>> Acesso em: 30 de março de 2015.

VIANNA, Claudia Pereira. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições [online]**. 2012, vol.23, n.2, pp. 127-143. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000200009>> Acesso em: 10 de março de 2015.

VIANNA, Claudia Pereira; CARVALHO, Marilia Pinto de; SCHILLING, Flavia Ines e MOREIRA, Maria de Fatima Salum. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Rev. Educ. Soc. [online]**, 2011, vol.32, n.115, pp. 525-545. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000200016>>. Acesso em: 10 de março de 2015.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Ríva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa: como ensinar tradução**. Ernani F.da F.Rosa. Porto Alegre. ArtMed.1998.

ZUIN, Antônio. Tabus sexuais entre professores (as) e alunos. **Pro-Posições [online]**. 2008, vol.19, n.2, pp. 135-150. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200010>>. Acesso em 10 de março de 2015

ANEXOS

GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO XXXXXXXXXXXX

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SÃO LUÍS - MA

2010

APRESENTAÇÃO

A gestão democrática na escola pública é uma bandeira defendida pelo movimento docente por décadas. Esta mobilização fez com que constasse, na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tanto para a educação básica quanto para a educação superior este princípio.

Entendemos que o processo de socialização do poder de decisão na escola é um grande avanço, mas ter eleição direta dos gestores das escolas e um conselho escolar funcionando é pouco. A efetiva participação da comunidade escolar na gestão da escola não pode ficar restrita a administração do dia a dia da instituição, quando as deliberações sobre ações que expressa à razão de ser da escola, passa por fora dela.

A escola como locus privilegiado da execução das políticas educacionais, não pode ser mera coadjuvante neste processo, já que é nela que se dá o fazer pedagógico da construção do conhecimento. Tanto é assim que, o inciso I do artigo 12 da LDB determina que os estabelecimentos de ensino devam *“elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino”*.

Portanto, temos o entendimento que o Projeto Político Pedagógico e Administrativo da escola é um componente importante da Gestão Democrática, na medida em que determina objetivos, ações e metas que deverão ser seguidas no dia a dia do fazer pedagógico, fruto de uma ampla discussão de todos os que fazem e os que são beneficiados, direta ou indiretamente da ação educativa nela desenvolvida. Por isso, todos que fazem a comunidade escolar têm que estar envolvidos neste processo, independente de posições hierárquicas, já que o poder de decisão deve ser socializado, participativo.

Segundo Veiga *“a construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.”*

Daí entendermos que o projeto político pedagógico da escola, não é um documento a mais que foi elaborado para o cumprimento de determinações burocráticas e estatísticas, que ficam nas gavetas ou prateleiras sem uma função prática para a sua elaboração. Ele tem a finalidade de implantar um procedimento que leve a reflexão e a ação que envolve toda a escola e cada setor, docente, administrativo, alunos, pais de alunos e a comunidade em que a escola está inserida.

Projeto vem de projetar, ir para frente, é sair de uma realidade que está posta em direção a outra, através da decisão de todos que a estão vivenciando e que desejam modificá-

la. É nesta perspectiva que pensamos o nosso projeto político-pedagógico administrativo, e para que isto se dê, havemos de ousar para se alcançar autonomia para desenvolver o que for estabelecido. Ele é uma ruptura com uma prática que vem sendo executada e que não tem surtido o efeito desejado pela comunidade escolar.

Na construção do Projeto Político Pedagógico Administrativo, todos que compõem a comunidade escolar têm que ter um consenso mínimo do que seja o papel da escola na sociedade, levando em consideração a formação do futuro cidadão. É em função da percepção de mundo e de sociedade em que a escola está inserida, que deverá estar presente na mente de cada um no momento dessa construção.

Para que isto seja alcançado, apresentamos um diagnóstico completo da comunidade em que a escola está construída, da real situação da própria escola, no aspecto físico, acadêmico e social de seus usuários (pais ou responsáveis, alunos, corpo técnico, administrativo e de serviços).

Apresentamos ainda gráficos contendo resultados de anos letivos anteriores a fim de que se possa analisar friamente os índices de evasão e insucesso escolar, na perspectiva de se estabelecer formas e metas de superação. Esses dados fazem parte deste diagnóstico e é uma das principais ações na garantia da melhoria da qualidade do ensino com aprendizagem.

Com base nestas questões entendemos que, sem autonomia, a escola não tem como viabilizar o seu Projeto Político Pedagógico Administrativo. Cabendo, portanto, a administração central como gerente do sistema, estimular e viabilizar a elaboração e execução dos PPPs das escolas e não impondo projetos externos que, na maioria das vezes, não refletem em nada a realidade dos centros de ensino.

1- INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a proposta político-pedagógica do Centro de Ensino XXXXXXXXXX Tal proposta representa a síntese do pensamento administrativo-pedagógico institucional e retrata a trajetória que vem sendo percorrida pela comunidade escolar na consolidação do desejo de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino.

O referido projeto tem um caráter propositivo, pois, define concepções e princípios coerentes com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Educação, devendo ser o

balizador da Educação Básica na Instituição, bem como da relação entre os seus diferentes níveis de ensino.

Busca-se aqui expressar a ousadia de inovar com um jeito diferente de ser escola, redimensionando o tempo e o espaço escolar, voltado para a sociedade do conhecimento e não da informação, com uma proposta humanista. Um projeto político-pedagógico que aponta para a superação da cultura tradicionalmente assumida de simples transmissão de conhecimento, avançando no sentido da pesquisa e da construção de novos saberes a partir do convívio e das inter-relações das áreas do conhecimento e destas com a realidade, uma vez que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (SAVIANI apud VEIGA, 1995, p.93).

Dessa forma, entende-se que os pressupostos e metas, aqui descritos, representam um compromisso ético e a identidade do Centro de Ensino Gov. Edison Lobão e de todos os sujeitos que dele fazem parte e constroem cotidianamente a sua história.

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico define o caminho de uma escola, pois, conforme Celso Vasconcellos, “o projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor. Deve dar a base de tranquilidade, as condições para administrar o cotidiano e, assim, inclusive, liberar espaço para a criatividade” (2002, p.47).

2. DA CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 - Contextualização Histórica

A Escola está inserida num contexto sócio-político-econômico-cultural de intensa globalização, com um acelerado crescimento tecnológico, das comunicações e descobertas científicas, que a um tempo servem ao homem e ao mesmo tempo servem-se dele.

A insegurança, a violência, a marginalização, a exclusão, a falta de ética, a carência de uma reflexão crítica e a crise dos valores são algumas tensões do cotidiano. São Luís não se diferencia dessa situação, já que é uma cidade de grande porte, capital do Estado do Maranhão com história de pólo turista, Patrimônio Cultural da Humanidade, cidade em que os processos migratórios internos aceleraram as diferenças entre as classes.

É nesta realidade, com todas as suas discriminações, seus contrastes, suas injustiças que nos movemos, é neste espaço que vivemos, que de uma maneira ou outra participamos e por ele somos responsáveis. Situar-se nesta dimensão exige reformulação, reflexão e uma ação consciente para que o homem possa voltar a ser o agente transformador e sujeito de história, criador e criatura.

Assim, na perspectiva de formação de um ser humano pensante e ativo, buscamos, nesta Escola, garantir a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade na qual estamos inseridos.

2.2 - Contextualização Local

O Centro de Ensino O Centro de Ensino XXXXXXXXXXXX, que recebeu este nome em 2008 por um dispositivo da Secretaria de Estado de Educação-SEDUC, através de um decreto governamental, visto que antes e documentalmente habilitava-se como Complexo Educacional de Ensino de Ensino Fundamental e O Centro de Ensino XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, está instalado em prédio próprio, de excelente construção e acesso, situa-se no centro da cidade de São Luís. Conta com 2.000m² de área construída. Compõe-se de 38 salas de aula, com capacidade para 45 alunos, funcionando nos três turnos, perfazendo um total de 89 turmas de ensino e 4 disponibilizadas para as aulas de Espanhol, que acontecem nos mesmos horários das aulas de Inglês.

Possui ainda 01 sala para recursos audiovisuais e leituras diversas, 01 laboratório de informática, 02 laboratórios de Ciências, 01 biblioteca equipada com um acervo de 3.000 exemplares, 02 projetores de slides (datashow), 01 sala para o serviço de apoio técnico-pedagógico, 01 sala de professores, 01 sala para aula de reforço, ocupada pelo projeto “Aula do Futuro”, 01 sala de direção, 01 sala para o Núcleo de atendimento psico-pedagógico, 05 banheiros para professores (03 femininos, 02 masculinos), com cinco bacias sanitárias, 22 banheiros para alunos, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 cantina, 01 consultório odontológico, 02

pátios cobertos, 02 pátios descobertos, 01 sala de recurso multifuncional, 01 sala para a Secretaria, 01 auditório com capacidade para 400 pessoas e 01 anfiteatro com 200 assentos, 03 pátios de estacionamentos para 80 carros e 01 quadra coberta poliesportiva.

A escola se encontra relativamente equipada para dar consecução às suas atividades educacionais. Possui 03 retroprojetores, 05 aparelhos de TV, 04 DVDs, computadores dos laboratórios de informática, aparelho de som com acessórios e caixas acústicas, mesa de som para reuniões com maior número de pessoas e filmadora. Possui ainda material pedagógico específico (jogos, mapas, globos etc). A cozinha dispõe de equipamentos apropriados para a consecução das atividades. A escola possui um levantamento esgotante de seus equipamentos constante de seu inventário.

2.3 Recursos Humanos

Oferecendo Ensino Fundamental (I e II Ciclos), na modalidade de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio, funcionando em três turnos de estudo, a escola conta com 216 professores, desses, 08 possuem isenção de sala de aula e desempenham, na escola, outras funções. Há ainda 16 coordenadores técnico-pedagógicos, distribuídos nos três turnos, dois coordenadores de alunos, auxiliares de disciplina (06), 03 porteiros, 03 merendeiras, 16 auxiliares administrativos, 06 colaboradores terceirizados que fazem a higienização da escola e 08 guardas do patrimônio, também de empresa terceirizada que prestam serviço para a SEDUC.

2.4 - A clientela

A clientela deste Centro de Ensino não difere muito das de outras escolas públicas estaduais de São Luís. São 3.566 alunos em três turnos de estudo, oriundos de toda a Ilha de São Luís, dos bairros mais próximos aos mais distantes. A escola possui desde alunos que chegam à escola de carro importado com os pais, ou até mesmo transporte escolar, até aqueles que deixam de vir às aulas por falta de passagem.

Em sua maioria é uma clientela carente de modo geral, muitas vezes desnutridas, proveniente de lares desfeitos, possuem um conceito de família apoiado na criação de avós, tios, somente mãe, ou somente pai. Alguns destes alunos vivem em lares com as estruturas abaladas pela carência de emprego ou atividade econômica outra, às vezes vítima ou mesmo

testemunhas do alcoolismo e uso de drogas. Por vezes, a convivência diária com a contravenção banaliza a violência e a marginalidade.

Esse contexto transforma esses alunos em verdadeiros sobreviventes, para os quais o cotidiano se transforma no embate agressivo pela manutenção da vida, bem como dos poucos bens materiais de suas posses. Nesta perspectiva, estudar, para uns, resulta na única forma de escapar desse ambiente, e, para outros, uma atividade rotineira, completamente desvinculada das metas que nos motivam- direção, coordenação e docentes – à função diária de oferecer-lhes as melhores condições possíveis de educação e inserção no ambiente social.

2.5- A comunidade

O Centro de Ensino XXXXXXXX, está localizado no centro da cidade de São Luís, ladeado por importantes prédios comerciais e de serviços públicos. Cerca desse Centro de Ensino há igrejas de credo protestante, o Ministério da Fazenda, comércios de grande e de pequeno porte e sindicatos de classe.

Aproxima-se da maior Rua do comércio da cidade, bem como de praças e parques, objeto de desejo dos alunos e fonte de desculpas para aqueles que estão menos estimulados para o aprendizado em sala de aula e mais propensos às alegrias da suposta liberdade que o simples ato de cabular aulas, empresta.

Por ser de fácil acesso, quer de ônibus, quer de lugares de recreio, é uma das escolas mais procuradas da Grande São Luís. Em início de ano letivo, romarias de pais e de candidatos a alunos formam-se na tentativa de conseguir uma vaga para estudo.

A Escola mantém um bom relacionamento com a comunidade; apesar disso a participação dos pais em suas atividades regulares ainda é desejosa de progresso. Os pais cooperativos resumem-se ainda a um pequeno número.

3 – O papel da escola

3.1. Função Social da Escola:

Promover, a/ao aluno/a, acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupar-se com a formação de um/a cidadão/ã consciente e participativo/a na sociedade em que está inserido/a.

3.2. Eixos Norteadores:

Aprender a aprender; Valores: respeito, solidariedade, disciplina, coletividade; Trabalho unificado – coletivo; criar para humanizar; Compromisso. (Parâmetros Curriculares Nacionais)

3.3. O Trabalho Pedagógico:

A escola deve ser crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

A comunidade escolar repensa constantemente o seu papel pedagógico e sua função social, para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que temos se voltada para os interesses políticos, se discriminadora e produtora de mecanismos de controle que impedem que os estudantes aqui inseridos consigam enfrentar em condições de igualdade ou como melhor enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Para que a escola cumpra a sua função social será necessário:

- Integração e participação da comunidade escolar;
- Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- Cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
- Criação e reorganização do espaço físico;
- Material didático e outros que facilitem o trabalho do professor;
- Número de alunos/as em sala de aula condizente com a metragem do ambiente;
- Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- Cobrança de regras de convivência em grupo;
- Melhor qualificação profissional e salários compatíveis com os diferentes níveis e funções;
- Política que estabeleça professores/as efetivos;
- Restabelecimento da motivação e credibilidade dos professores/as.

4. Concepções

4.1 De Mundo: O mundo é o local onde ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido a rapidez dos meios de comunicação e tecnológicos e pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças sociais, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se

formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

4.2 De Sociedade: Pertencente a uma sociedade capitalista, competitiva baseada nas ações e resultados, por isso faz-se necessário construir uma sociedade libertadora, crítica, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, fruto das relações entre as pessoas, caracterizadas pela interação de diversas culturas em que cada cidadão/ã constrói a sua existência e a do coletivo.

4.3 De Homem: O ser humano, na atualidade, é competitivo e individualista, resultado das relações impostas pelo modelo de sociedade em vigor. No entanto, a luta deve ser por um homem social, voltado para o seu bem próprio, mas, acima de tudo, para o bem estar do grupo do qual faz parte. O homem, que modifica a si mesmo pela apropriação dos conhecimentos, modifica também a sociedade por meio do movimento dialético “do social para o individual para o social”. Destarte, torna-se sujeito da história.

4.4 De Educação: O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão se torne crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

4. O Que Entendemos Por:

4.1 Planejamento:

Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do/a educando/a. deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo/a educando/a, passa-se à reflexão e a discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que professor/a e aluno/a avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos. A escola deve elaborar, por disciplina, aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada série que serão o ponto de partida.

4.1.1 Objetivos do Planejamento:

Conhecer o aluno/a, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento científico.

4.1.2 Atividades de planejamento:

1. Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (2 semanas, após o início do ano letivo) - Período de sondagem
2. Reunião por área: Aproximar as disciplinas curriculares, professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis;
3. Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade.
4. Reunião Geral: Planejar as questões pedagógicas e administrativas.
5. Formação continuada.

4.2. Avaliação:

A avaliação merece um destaque a parte, pois diz respeito a um processo mais amplo e abrangente que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos. Portanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem.

Com a nova LDB 9394/96, que trouxe mudanças significativas para este novo olhar para a avaliação tanto no aspecto pedagógico como da legalidade, a escola tem proporcionado momentos de estudo e de discussão deste tema, que não se esgotou até o presente momento.

Dentre as dificuldades que se coloca sobre a avaliação, estão presentes ainda muitas questões do passado, como: provas, trabalhos, recuperação, apropriação dos conceitos mínimos, o empenho dos estudantes no processo, as condições objetivas da prática docente, em relação a correção, critérios, pareceres e a nota como prevê a Resolução 23/2000.

A recuperação paralela, prevista em lei ajuda a reelaborar estes conceitos que por ventura não foram apropriados por alguma razão e que novas oportunidades de recuperação devem ser oferecidas, não restringindo apenas no sentido de realizar mais uma prova. Essas novas oportunidades deverão estar devidamente registradas no diário de classe e devem ser

lembradas por todo educador/a que é um direito do/a aluno/a., portanto o trabalho do professor/a é fundamental na condução do processo. É função docente estar atento a esta questão.

4.2.1 Considerações Sobre a Avaliação

- 1- Frequência mínima de 75% conforme legislação em vigor;
- 2- O controle da frequência diária será da competência e compromisso do/a professor/a das séries ou respectivas disciplinas e deverá ser registrado em diário próprio fornecido pela secretaria da escola assim como o registro de todas as atividades e produções desenvolvidas em sala de aula;
- 3- Registro das avaliações realizadas e instrumentos avaliativos empregados em diário de classe pelo/a professor/a;
- 4- O conselho de classe será preferencialmente participativo, isto é, com a presença da direção, professores/a, supervisão/a, orientação escolar, alunos/as e pais se assim for entendido como melhor forma de avaliar o processo pedagógico pela classe docente.
- 5- Dependência presencial: aluno/a deve freqüentar as aulas.
- 6- Planejamentos constantes e realizados em reuniões previamente agendadas com grupos de professores/as por disciplina ou área de atuação a fim de pensar as atividades a serem desenvolvidas.
- 7- Coordenador por disciplina ou área que articule e supervisione o trabalho em conjunto com a supervisão e direção pedagógica.
- 8- Será garantido minimamente aos discentes dois momentos de avaliação sistemática bimestralmente e uma recuperação paralela antes do fechamento da média bimestral;
- 9- Haverá exame final.

5. A RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

5.1. Recuperação paralela: A recuperação paralela será oportunizada a todos os/as alunos/as dando-se ênfase ao resgate do conteúdo não apreendido, a qualquer momento.

A recuperação paralela não cabe como substituição de nota, caso o/a aluno/a deixe de apresentar qualquer tipo de atividade, seja ela de qualquer natureza.

A cada duas avaliações somatórias no bimestre, ocorrerá uma terceira, a título de recuperação, especialmente para os alunos que não obtiveram nota 7, cabendo esta a qualquer aluno que queira recuperar a nota.

As avaliações apontarão os problemas ocorridos parcialmente ao longo do bimestre, que serão recuperados mediante atividades-trabalhos de recuperação paralela, como preparação para o conceito final.

5. NORMAS DE CONVIVÊNCIA DA COMUNIDADE ESCOLAR

01- O/a aluno/a que faltar às atividades de avaliação ou em dia de entrega de atividades solicitadas pelos/as professores/as, deverá apresentar justificativa, (atestado médico, atestado de trabalho e/ou justificativa por escrito ou pessoal dos pais e/ou responsáveis), no dia em que retornar às aulas. Cabe a/ao aluno/a, combinar com o/a professor/a a data para realizar a avaliação. Na falta do/a professor/a em dia de avaliação, a mesma se realizará na aula seguinte.

02- A saída após as avaliações somente será aceita quinze minutos antes do recreio e na última aula.

03- O/a aluno/a que precisar se ausentar da Escola por algum motivo, deverá obter junto à coordenação de turno autorização por escrito e deverá apresentar a/ao professor/a da classe e ao vigilante no portão de saída da escola, juntamente com a carteira de estudante.

04- Se o aluno chegar atrasado às aulas, por motivo justificado, deverá se encaminhar à coordenação pedagógica. Se persistir as chegadas tardia, o/a aluno/a será advertido pela coordenação de turno e os pais e/ou responsáveis serão comunicados.

05- Em horário de aula, o/a aluno/a que estiver fora de sala, será advertido pela Coordenação de turno ou pela Direção.

06- Durante a troca de professor/a, o/a aluno/a deverá permanecer dentro da sala de aula.

07- O estudante não poderá interromper aula em outra sala.

08- O estudante do período diurno deverá apresentar-se à Escola devidamente uniformizado.

09- O/a aluno/a do período noturno poderá apresentar-se à escola, trajando somente o blusão inerente ao fardamento escolar.

10- Não é permitido o uso de aparelhos de som portátil, telefone celular, bonés, toucas e capuz que escondam o rosto e atrapalhem a visão; revistas pornográficas, baralhos,

corretivos, estiletos, tesouras e outros objetos pontiagudos que desviem a atenção das aulas ou possam causar lesões. A Escola não se responsabiliza pela perda ou extravio desses objetos. Em caso de celular, este deverá permanecer DESLIGADO durante as aulas.

11- Não será permitido para as alunas o uso de roupas inadequadas ao ambiente escolar como: saias e shorts curtos, mini blusas, transparências, decotes.

12- Cabe a comunidade escolar cooperar e zelar pela limpeza e conservação da Unidade Escolar. As dependências da escola serão entregues limpas, no início de cada período de aula, e deverão ser entregues no mesmo estado.

13- O membro da comunidade escolar que danificar o patrimônio propositalmente deverá ressarcir a escola dos danos causados. No caso de riscos em paredes e carteiras, as mesmas deverão ser limpas, caso a limpeza não seja suficiente para restaurar as condições originais do bem, poderá ser solicitado ao autor do fato a pintura da parede e/ou da carteira. O/a autor/a do dano, não sendo identificado, toda a turma responderá pelo fato.

14- Será permitida a permanência de alunos/as em áreas específicas a professores/as, funcionários/as e direção, somente quando convidados e estando acompanhados por pessoas responsáveis pelo respectivo setor.

15- O membro da comunidade escolar que desrespeitar, ofender, agredir, desacatar com palavras, atos e gestos, qualquer outro membro da comunidade escolar será advertido pelo setor competente.

16- Não é permitido fumar nas dependências da Escola.

17- Nenhum membro da comunidade Escolar poderá apresentar-se na Unidade Escolar alcoolizado ou sob efeito de substâncias tóxicas ilícitas. No caso de alunos/as, os pais serão comunicados imediatamente e, quanto aos outros membros caberá a Direção da Escola, tomar as medidas cabíveis.

18- É proibido ao aluno/a portar qualquer tipo de arma, mesmo as de brinquedo, materiais inflamáveis e/ou explosivos.

19- Todos os membros da comunidade escolar deverão ser informados destas normas e aplicá-las.

20- Em caso do não cumprimento de alguns dos itens desta NORMA DE CONVIVÊNCIA da comunidade escolar, acarretará em: ADVERTÊNCIA VERBAL E/OU ESCRITA, CONVOCAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS À UNIDADE ESCOLAR para encaminhamentos.

23- A coordenação deverá conversar com alunos/as que estejam namorando nas dependências da Escola.

24- Os membros da Comunidade Escolar (aluno/a, professor/a, coordenação e direção), só poderão ausentar-se da Unidade de Ensino, informando e com autorização.

6- NOSSA MISSÃO

Assegurar um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de interagir e intervir na realidade. Ser espaço de conhecimento, cultura, pesquisa e criatividade, onde o aperfeiçoamento constante favoreça o aprimoramento da formação pedagógica e técnico-científica, de forma a responder às necessidades emergentes da sociedade.

A escola dá ênfase especial aos valores e atitudes universais, destacando-se a fé, a esperança, a solidariedade, a competência, a liberdade com responsabilidade, a coerência, o respeito, a honestidade, a dignidade e a justiça. Também são trabalhados: disciplina, compromisso ético, humildade, amor, perseverança, companheirismo e cooperação.

7- NOSSOS VALORES

As idéias que predominam numa dada sociedade (a partir da sua base material) passam a ser veiculadas através das instituições sociais existentes e, em especial, a escolar, por constituir-se um espaço privilegiado da educação do homem.

Por outro lado, entende-se por educação, em linhas gerais, o processo histórico de criação do homem para a sociedade e, concomitantemente, de modificação da sociedade para o benefício do homem.

O homem, ao ser educado pela sociedade, modifica esta mesma sociedade como resultado da própria educação recebida. Aí consiste o progresso social, no processo de auto-geração do saber e da cultura que se interpenetra à própria história da humanidade.

A sociedade se torna, dessa forma, a mediadora entre os homens no processo de criação e transmissão da cultura, no qual consiste em a educação.

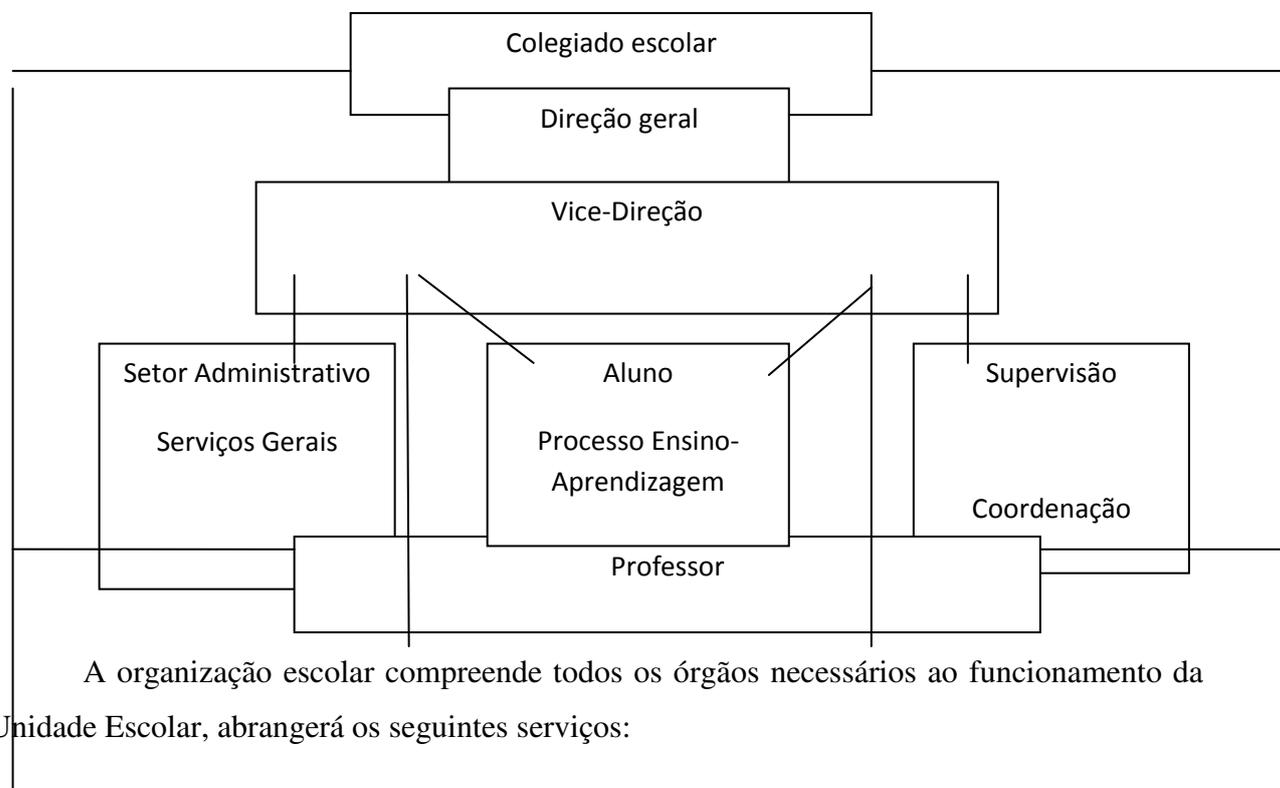
Desse modo, pode-se afirmar que a finalidade da educação não se restringe à comunicação de saberes, mas, além desse saber formal, científico, técnico, artístico e outros existe a intencionalidade de mudança da condição humana do indivíduo que adquire o saber.

O saber torna-se, então, mediador entre uma ação (fazer) que supõe a posse de um saber anterior.

As instituições pedagógicas são organizações constituídas com vistas à difusão das concepções de mundo, dos valores de uma dada sociedade, o que se torna possível através das idéias e posturas pedagógicas. Trabalhar concepções que primem pela transformação do educando com vista a uma sociedade transformadora, igualitária, crítica, reflexiva e atuante compõem os nossos valores.

8. COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

8.1 Organograma da Escola



- Direção Geral
- Vice- Direção
- Corpo Docente

- Coordenação Técnica Pedagógica
- Assistente Técnico Administrativo
- Especialistas Educacionais
- Serventes e Merendeira
- Bibliotecário
- Corpo Discente
- Serviço de Vigilância (Prestação de serviços)

8.2 DA DIREÇÃO

A Direção é o órgão gestor para o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Escola, definidos no seu Projeto Político Pedagógico.

A direção mencionada supracitada é composta pelo Diretor e pelos Vice-Diretores, designados em ato próprio, pelo Governador do Estado

A autoridade do Diretor e seus assistentes ou de seus substitutos legais decorre de delegação do poder público em termos da Lei, achando-se assim investidos em função do caráter oficial e terão fé pública os atos por eles praticados no exercício de suas atribuições.

8.2.1 Compete ao Diretor e à Vice-Direção

- Convocar os/as representantes das Entidades Escolares, quais sejam: Pais e Professores, Grêmios Estudantil e Conselho Deliberativo Escolar, para participarem do processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;
- Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Encaminhar o Projeto Político Pedagógico à Secretaria de Estado da Educação para aprovação e garantir o seu cumprimento;
- Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
- Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
- Estudar e propor alternativas de solução, ouvidas, quando necessárias as Entidades Escolares, para atender situações emergências de ordem pedagógica e administrativa;
- Participar do conselho de classe;
- Propor alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela escola;
- Propor aos Serviços Técnico Pedagógicos e Técnicos Administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao Planejamento Anual da Escola;
- Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela Secretaria de Estado da Educação;
- Manter o fluxo de informações entre Escola e os órgãos da administração estadual de ensino;
- Coordenar a elaboração do Calendário Escolar e garantir o seu cumprimento de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação;

- Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração estadual de ensino as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras;
- Supervisionar a cantina, onde esta tiver autorização de funcionamento, respeitada a lei vigente;
- Administrar o patrimônio escolar em conformidade com a lei vigente;
- Promover a articulação entre Escola, Família e Comunidades;
- Comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar dos alunos/ as;
- Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento perante os órgãos e entidades de ensino do poder público;
- Presidir as atividades que envolvam o corpo docente discente e comunidade;
- Cumprir e fazer cumprir as atribuições inerentes a cada profissional da Escola;
- Acompanhar controlar e avaliar o processo Ensino-Aprendizagem;
- Promover reuniões de estudos, encontros e treinamentos visando o aperfeiçoamento profissional;
- Orientar e estimular o do Grêmio Estudantil e do Conselho Deliberativo Escolar;
- Manter correspondência com autoridades de ensino e outras entidades, em todas os assuntos que se referem a escola;
- Propor as penalidades disciplinares a membros do corpo técnico-administrativo docente, seguindo as disposições legais;
- Aplicar as penalidades disciplinares aos membros do corpo discente, seguindo as normas regimentais e as leis em vigor;

8.3 DOS ESPECIALISTAS EDUCACIONAIS

Constituem os serviços dos Especialistas Educacionais: Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar, Coordenação de Turno e Biblioteca:

Da Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Administração Escolar:

Cabe a/ao Supervisor/a Escolar, Orientador/a Educacional e Administrador/a Escolar participarem na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Cada Especialista em Assuntos Educacionais deverá exercer as suas funções específicas, de forma integrada.

São atribuições do Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Administrador Escolar:

- Subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar, organização de classes, do horário semanal e distribuição de aulas;
- Supervisionar o cumprimento do Calendário escolar e das aulas ministradas previstas no horário semanal;
- Subsidiar a Escola para que cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento
- Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto as/aos alunos/as, pais e professores/as, no sentido de propiciar a aquisição de conhecimento científica, erudito e universal, para que o/a aluno/a reelabore os conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo, de conselho de classe e de trabalho para o aperfeiçoamento constante de todo o pessoal envolvido nos serviços de ensino;
- Acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas as/aos alunos/as, previstos na lei vigente.
- Acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- Coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo às diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação.
- Coordenar, organizar e atualizar a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional.
- Coletar, atualizar e socializar a legislação de ensino e de administração pessoal.
- Garantir a socialização do Projeto Político Pedagógico e o cumprimento do Regimento Escolar.
- Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Entidades Escolares.
- Promover ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.
- Contribuir com a implantação e a implementação do Programa de Qualidades na escola.

8.4 DO CORPO DOCENTE

Compete ao Corpo Docente:

- Ministras aulas;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios pela Secretaria de Estado da Educação;
- Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade e ensino;
- Propiciar aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que os/as alunos/as reelaborem os conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhe a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
- Promover uma avaliação contínua, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e sobre si mesmo;
- Promover as avaliações de acordo com os critérios do Projeto Político Pedagógico;
- Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- Realizar a recuperação contínua e paralela de estudos para todos/as os/as alunos/as que, durante o processo ensino-aprendizagem, não dominarem o conteúdo curricular ministrado;
- Participar ativamente do Conselho de Classe;
- Participar da elaboração do Calendário Escolar;
- Participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino.

8.5 ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

São atribuições do assistente Técnico Pedagógico

- Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;
- Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;
- Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;
- Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;
- Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- Participar do planejamento curricular;
- Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
- Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;
- Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;
- Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
- Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;
- Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;
- Administrar e organizar os laboratórios existentes na escola;
- Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares; e
- Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

8.6 DO BIBLIOTECÁRIO

Bibliotecário terá como atividades o planejamento, a implantação, a organização e o funcionamento da Biblioteca Escolar, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Compete ao bibliotecário:

- Elaborar, juntamente com o Serviço Técnico - Pedagógico, o regulamento próprio, onde estará explicitado o funcionamento da Biblioteca Escolar, com aprovação da Direção;
- Selecionar, juntamente com Docentes e Especialistas em Assuntos Educacionais, material bibliográfico, adquiri-lo e processá-lo tecnicamente;
- Catalogar e classificar livros e periódicos;
- Orientar os usuários sobre o funcionamento e bom uso da Biblioteca Escolar;
- Colocar a Biblioteca Escolar à disposição da comunidade escolar, atendendo a legislação em vigor;
- Programar atividades para transformar a Biblioteca Escolar num espaço cultural e pedagógico.

8.9 DOS SERVIÇOS GERAIS

Os Serviços Gerais têm a seu encargo a manutenção, preservação, segurança e merenda da escola, sendo coordenados e supervisionados pela Direção.

O corpo de pessoal para os Serviços Gerais será formado por: servente, merendeira, vigia e outros previstos em ato específico da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

São atribuições do Servente:

- Efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares, providenciando a relação de materiais e produtos necessários;
- Efetuar tarefas correlatas a sua função

São atribuições da Merendeira:

- Preparar e servir a merenda escolar, controlando-a quantitativa e qualitativamente;
- Informar o Diretor da escola da necessidade de reposição do estoque, em tempo hábil;
- Conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo à limpeza e à arrumação;
- Efetuar as demais tarefas correlatas a sua função.

São atribuições do Vigia:

- Efetuar rondas de inspeção de forma a garantir a constante segurança da Unidade Escolar;
- Controlar a entrada, nas dependências do prédio, de pessoas sem identificação ou autorização, como medida de segurança;
- Comunicar a chefia imediata qualquer irregularidade ocorrida durante seu plantão, para que sejam tomadas as devidas providencias;
- Zelar pelo prédio e suas instalações, levando ao conhecimento de seu superior qualquer fato que dependa de serviços especializados para reparo e manutenção.
- Efetuar as demais tarefas correlatas a sua função, definidas pela direção.

8.10 DO CORPO DISCENTE

O Corpo Discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados nos cursos em funcionamento na Unidade Escolar.

8.10.1 DOS DIREITOS DOS ALUNOS

Constituirão direitos dos alunos:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Aquisição do conhecimento prático necessário;
- Tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e funcionamento da escolar;
- Receber informações sobre os diversos serviços oferecidos pela escolar;
- Organizar e participar das agremiações estudantis;
- Fazer uso dos serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas neste Projeto Político Pedagógico e ou estabelecidos pela Direção.
- Tomar conhecimento do seu rendimento escolar e de sua frequência, através do boletim;
- Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer as instancias escolares superiores;
- Solicitar revisão de provas no prazo de 48h, a partir da divulgação das notas;
- Requerer transferências ou cancelamento de matrícula por si, quando de maior de idade, ou através do pai ou responsável, quando de menor;
- Apresentar sugestões relativas aos conteúdos programáticos desenvolvidos pelo/a professor/a, com o objetivo de aprimorar o processo ensino-aprendizagem;
- Reivindicar o cumprimento da carga horária prevista na grade curricular;

- Discutir com o serviço de apoio pedagógico ou com os professores regentes os problemas, as dificuldades pessoais e os relacionados processo ensino-aprendizagem; propondo soluções;
- Indicar representantes do Corpo Discente para compor o Conselho de Classe;

8.10.2 Dos Deveres dos alunos

Constituem deveres dos alunos:

- Cumprir as disposições deste regimento escolar no que lhe couber;
- Atender às determinações dos diversos setores da escola;
- Ao comparecer pontualmente às aulas e demais atividades escolares;
- Participar das atividades programadas e desenvolvidas pela escola;
- Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;
- Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade;
- Indenizar o prejuízo, quando produzir danos material à Unidade Escolar e a objetos de propriedade de colegas ou funcionários;
- Justificar a direção e a/ao professor/a, mediante atestado médico ou declaração de pais e responsáveis, a ausência nas provas e entrega de trabalhos na data prevista;
- Usar uniforme escolar, quando a Unidade Escolar assim o definir, em conformidade com a legislação vigente;

8.10.2 DO REGIME DISCIPLINAR

O regime disciplinar para os componentes da Organização Escolar será decorrente das disposições legais aplicáveis a cada caso, das normas estabelecidas neste Regimento Escolar das Escolas Públicas do Estado do Maranhão, no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis, Estatuto do Magistério Público do Estado e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

8.10.3 DO CORPO DISCENTE

Pela inobservância dos deveres previstos neste Regimento Escolar (PPP) e, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações, serão aplicadas, a/aos alunos/as, as seguintes medidas disciplinares:

- advertência verbal,

- advertência escrita e comunicada aos pais ou responsáveis;
- exigência de comparecimento do pai ou responsável;
- suspensão
- solicitação de Transferência.

A aplicação da medida de advertência verbal será executada pelo/a Professor/a, Coordenador/a e ou pela Direção.

A medida de advertência escrita e ou comparecimento dos pais ou responsáveis serão aplicados pelo Coordenador/a e ou pela Direção, nos casos de reincidência em falta prevista no artigo anterior e de acordo com a gravidade da infração.

A medida de suspensão das aulas normais será aplicada pelo/a Coordenador/a ou pela Direção.

Esgotadas as medidas anteriores, a direção fará os devidos encaminhamentos ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e demais órgãos competentes, conforme o caso, inclusive solicitação de transferência, obedecidas a legislação vigente.

As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar, devendo constar apenas nos assentamentos escolares.

9. Metas e Ações da escola

9.1 Metas imediatas

- Diminuição do índice de reprovação escolar;
- Aumento de promoção de séries satisfatório;
- Redução do índice de reprovação nas disciplinas: Física, Química e Matemática, no Ensino Médio;
- Conscientização e implantação da cidadania e da dimensão política entre todos os componentes da Escola;
- Maior envolvimento e interação da comunidade, visando uma participação mais ativa;
- Adequação da elevação da qualidade de ensino;
- Unificação de linguagens didáticas entre turnos e entre docentes;
- Melhor envolvimento dos docentes com as normas regimentais e disciplinares;

- Exaustão da retenção de alunos na primeira série do Ensino Médio;
- Melhor preparo dos discentes para a construção do conhecimento;
- Possibilitar o usufruto dos bens da natureza, minimizando os danos a esta;
- Possibilitar aos alunos melhor domínio do conteúdo programático;
- Propor a conscientização dos discentes sobre a conscientização dos discentes sobre a sua contribuição para o bem-estar da comunidade;
- Possibilitar a conscientização sobre a importância do conhecimento amplo para o crescimento interior e a auto-realização;
- • Avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do/a aluno/a em sala de aula;
- Procurar conhecer o/a aluno/a;
- Buscar o comprometimento e participação dos pais/responsável na educação escolar;
- Apoio pedagógico aos professores através de supervisores em número suficientes e coordenadores por disciplina e ou área de estudo;
- Articulação do trabalho pedagógico entre disciplina - interdisciplinaridade;
- Gerenciamento dos recursos financeiros de maneira mais participativa, visando também, e primordialmente, as questões pedagógicas.
- Desenvolver a capacidade de organização dos estudantes quanto à preservação e a limpeza do ambiente educativo
- Desenvolver junto aos educandos valores, como respeito, disciplina e solidariedade.
- Fortalecer as relações entre os profissionais da escola, discutindo ética e responsabilidade de todos os envolvidos na comunidade escolar.
- Realizar encontros entre áreas objetivando um processo educacional interdisciplinar.
- Estreitar as relações entre escola e comunidade.

- Desenvolver um ambiente de respeito entre alunos, professores, direção e demais funcionários.

- Promover reuniões pedagógicas buscando conscientizar o corpo docente para a necessidade de encontrar caminhos adequados e prazerosos para a concretização do processo ensino-aprendizagem, possibilitando dessa maneira, a criação de um ambiente estimulador e agradável;
- Promover um espaço para uma pedagogia centrada no aluno, não nos conteúdos;
- Conscientização dos docentes bem como dos demais funcionários e colaboradores da importância do trabalho em equipe para a obtenção de um funcionamento integral da escola, estimulando uma relação de respeito e consideração mútuos;
- Estimular a conscientização dos docentes para o valor da avaliação como parâmetro diário com vistas a um replanejamento de trabalho e revitalização de metas de ensino e não como uma medida inexorável;
- Promover, através de reuniões, um contato direto e transparente com a comunidade, buscando a construção de um relacionamento harmonioso de modo que todos (pais, alunos, funcionários, gestores) percebam a importância de sua participação para a concretude de uma escola de qualidade;
- Implantação do Projeto Interação Família/Escola, conscientizando os pais da sua importância na construção do caráter de seus filhos;
- Implantação de projetos interdisciplinares que conduzam ao envolvimento de todos;
- Estudo detalhado de temas que produzam o engrandecimento de aspectos relevantes ao mundo da escola, buscando parcerias com, por exemplo, o apoio do GEAPE;
- Utilização da biblioteca (estímulo à leitura) e dos laboratórios de forma racional e agradável;
- Revitalização do Grêmio Estudantil;
- Realizar palestras dirigidas aos alunos do turno noturno, para que esses possam, através de informações atuais, sentirem-se estimulados a frequentar as aulas, notando a importância dos conhecimentos ali adquiridos para o enfrentamento de um mundo globalizado onde as mudanças se fazem diariamente;
- Administrar com a participação de todos, professores, pais, funcionários, colaboradores em geral e direção, as verbas recebidas, com vista a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública e de qualidade.

10- Objetivos da Escola

Os objetivos gerais da Escola são:

- Gerar condições para o desenvolvimento pleno dos alunos, de suas capacidades, bem como o aprendizado dos conteúdos necessários para a vida em sociedade;
- Possibilitar ao alunado o exercício de sua cidadania, partindo da compreensão da realidade circundante, com vistas em sua transformação;
- Estimular estratégias novas de compreensão da realidade, propor soluções inovadoras e, criar situações propícias ao protagonismo da vida em sociedade;
- Melhorar a qualidade de ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na Escola;
- Gerar mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos os pares na melhoria da qualidade de ensino com o aprimoramento do processo pedagógico;
- Promover ações no sentido do desenvolvimento humano e social sem perder de vista sua função maior de agente prioritário de desenvolvimento cultural e social na comunidade circundante a partir de seu trabalho educativo.

11- Modalidades de Ensino e Funcionamento dos cursos

O Centro de Ensino Gov. Edison Lobão oferece as seguintes modalidades de ensino:

Ensino Fundamental e Ensino Médio

O Ensino Fundamental é oferecido somente na modalidade EJA (Educação Especial, para alunos com necessidades especiais de audição) nos turnos vespertino e noturno

O Ensino Médio (Matutino, vespertino e noturno) e na modalidade Educação Especial de Jovens e Adultos (EJA0, no turno noturno.

11. 1. Ensino Fundamental e Médio

11.1.1. Objetivos:

- Desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, da interpretação e da produção textual;

- Compreensão do ambiente natural e social dos sistemas políticos e da autodeterminação dos povos, dos valores em que se fundamenta na sociedade, da tecnologia e das artes;
- Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades de formação de atitudes e valores;
- A formação da consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação do conhecimento adquirido para crescimento próprio e da sociedade;
- O fortalecimento dos vínculos de família

SOCIOLOGIA	
OBJETO DE ESTUDO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
O homem e a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos históricos da Sociologia • Conceitos fundamentais da Sociologia • Estudos sobre cultura e sociedade • Estudos sobre política e sociedade • Sociologia do trabalho
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Fundamentos históricos da Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> • A Sociologia como ciência • As grandes revoluções e seus impactos sociais • Auguste Comte, 1798 • Emile Durkheim, 1858 • Max Weber, 1833 • Karl Marx, 1818 • Nobert Elias, 1897 • Pierre Bourdieu e Passeron, 1930 • Crítica teórica de diferentes práticas sociais.
Conceitos Fundamentais da Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos sociais • Comunidade • Sociedade • Cidadania • Ideologia • Religião e religiosidade • O racismo
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Conceitos Fundamentais da Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais • Respeito às diferenças sociais
Estudo sobre cultura e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • O que é cultura? • O estudo antropológico da cultura • Diferenças culturais • Brasil e suas raças • Diversidade e preconceito • Identidade social_ respeito à liberdade individual do cidadão • Ética e moral • Indústria cultura de massa • Papel ideológico do marketing (consumismo e política) • Responsabilidade social
Estudos sobre política e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • A política • Sistema de reprodução política • A política e a cidadania • A cidadania e o estado de direitos • Ação social e assistencialismo • Análise política do governo atual e seus impactos na sociedade • Liderança política e ética
Sociologia do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • O mundo do trabalho e as exigências sociais • Tendências do mercado do trabalho • O mercado do trabalho local, regional, nacional e internacional

- Solidariedade e cooperação nas relações sociais.

PLANO DE ENSINO ANUAL-SOCIOLOGIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	Conhecer a sociologia como a ciência da sociedade, considerando seu surgimento e história.	-A sociologia como ciência; -As grandes revoluções e seus impactos sociais; -O pensamento científico aplicado às práticas sociais	cimento social do -Reflexão sobre a música: “Música de trabalho”_Legião Urbana; -Aula expositiva com intervenções dialogadas; -Pesquisa histórica dos impactos sociais na era das grandes revoluções.	-Análise crítica da música e criação de artigo (produção textual); -Trabalhos de pesquisa expositivos em grupo; - Instrumentos: síntese escrita; -Teste individual com questões objetivas e discursiva.	-Síntese escrita -Teste individual com questões objetivas e discursivas.
2º	-Entender a importância dos principais pensadores e suas teorias para o surgimento da sociologia como ciência.	-Augusto Comte,1798 -Emile Durkheim,1858 -Max Weber,1833 -Karl Marx, 1818	-Análise dos alunos sobre o que é “fator social”; -Realização de pesquisas direcionadas que redundarão em seminário em estilo painel; -Construção coletiva de um mural com síntese sobre pensadores.	-Análise parcial e global dos principais pensamentos dos autores em estudo, considerando a inferência dos alunos/as e posicionamento teórico.	-Painel, apresentação oral e trabalho escrito.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGEM	CONTEÚDO	PROCEDIMENT	FORMA	INSTRUMENTOS

O	NS BÁSICAS	OS BÁSICOS	OS METODOLÓGICOS		
3º	-Compreender os fundamentos teóricos dos principais autores da sociologia na explicação das práticas sociais.	-Augusto Comte,1798 -Emile Durkheim,1858 -Max Weber,1833 -Karl Marx, 1818 -Nobert Elias, 1897 -Pierry Bourdieu e Passeron, 1930	-Estudo sobre a sociedade o que é tema social? -Eleição de temas sociais da atualidade e explicação das mesmas sob a orientação teórica dos pensadores da sociologia em estudo; -Construção coletiva de um mural com síntese sobre pensadores.	-Organização do pensamento teórico em relação com a prática social dos alunos/as; Capacidade de síntese para composição do mural.	-Mural construído e trabalho em grupo ; -Teste individual com questões objetivas e discursivas.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
4º	-Identificar nas práticas sociais atuais alguns conceitos estruturantes da sociologia estimulando pensamento autônomo e crítico-social.	-Comunidade -Sociedade -Cidadania -Ideologia	-Identificar uma comunidade comum aos alunos e fazer com eles uma lista de características que demarcam essa comunidade; Apresentar cenicamente as “marcas” sociais que identificam as diferentes comunidades e grupos sociais presentes na sociedade atual; Problematizar conceitos de cidadania e ideologia por meio da análise conjunta de fatos sociais da	-Organização do pensamento teórico em relação com a prática social dos alunos/as; Capacidade de síntese para composição do mural.	-Mural construído e trabalho em grupo ; -Teste individual com questões objetivas e discursivas.

			<p>atualidade, percebendo os artefatos ideológicos que perpassam discursos e políticas;</p> <p>Aula expositiva dialogada com vistas à demarcações teóricas;</p> <p>Organização de blog “Escola Cidadã” em que cada aluno deve escrever um texto.</p>		
--	--	--	--	--	--

PLANO DE ENSINO ANUAL-SOCIOLOGIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	-Refletir sobre a religiosidade humana e conhecer as principais religiões do mundo.	-Religião e religiosidade	<p>-Direcionamento de perguntas sobre as religiões que os alunos professam e sobre a religiosidade enquanto parte da constituição humana.</p> <p>-Reflexão sobre a música” sobre todas as coisas”, Gilberto Gil, ou outra de interesse dos alunos/as;</p> <p>-Levantamento de questionamentos sobre a música em relação com a vida;</p> <p>-Análise grupal de alguns filmes: Agnes de Deus, o Terceiro Milagre, Baraka, A última tentação de Cristo”, A paixão de Cristo, Dúvidas;</p> <p>-Discussão coletiva sobre os filmes demarcando a religiosidade hum,Ana e as expressões religiosas.</p>	<p>-Análise crítica da música e filmes;</p> <p>Criação de artigo (produção textual);</p> <p>-Análise das contribuições individuais durante as aulas.</p>	<p>-Trabalhos de pesquisa expositiva e em grupo;</p> <p>-Síntese individual escrita.</p>

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
2º	-Identificar as várias formas de racismo e preconceito desenvolvendo uma compreensão cidadã de diversidade étnico-racial.	-O racismo -Brasil e suas raças -Diversidade e preconceito -Ações afirmativas de oposição ao preconceito social; -Fatores sociais na saúde pública(física e psicológica); -O Bullying na escola e em outros contextos sociais.	-Problematizar o tema do racismo no ambiente escolar, no município no Brasil, utilizando exemplos do cotidiano; -Reflexão das várias formas de racismo no decorrer da história(nazismo), identificando as principais características da intolerância racial e outras formas de intolerância presentes na realidade social; -Pesquisa das leis que protegem os direitos humanos da diferença; -Entrevistas que visam a desconstrução de imaginário social preconceituoso; Incentivo e divulgação de atitudes de respeito à diversidade.	-Sínteses parciais e globais dos principais pensamentos dos autores em estudo; -Atitudes de respeito e análise da interatividade social na turma e escola.	-Apresentação oral e trabalho escrito; -Apresentação de álbum de recortes sobre o preconceito; -Teste individual.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Conhecer que as identidades subjetivas fazem parte de uma estrutura social mais ampla.	-Identidade social; -Ética e Moral; -Postura ética diante dos fatos sociais; -Grupo social; -Movimentos sociais: - Impacto político e social dos movimentos sociais da atualidade,	-Levantamento das práticas sociais associadas à identidade dos alunos/as como ponto de partida para pesquisas em grupo; -Identificação das características dos grupos sociais e movimentos sociais da contemporaneidade; -Entendimento da ética como fenômeno social presente na	-Organização do pensamento teórico em relação com a prática social; -Demarcação da postura ética presentes nas decisões da vida; -Observação sobre o comportamento social em relação à	-Relatórios individuais; -Síntese de pesquisas; -Testes individuais com questões objetivas e discursivas.

		tanto os locais, regionais, nacionais e internacionais.	formação dos indivíduos e ligado à ideologia e paradigmas sociais.	diferenciação dos grupos sociais; -Entendimento da força política de articulação presente nos movimentos sociais.	
--	--	---	--	--	--

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
		A Política (política como capacidade humana, organizações)	-Relação família e a relação com o poder político como característica inerente ao ser humano;	Observação da capacidade criativa associada a conceitos fundamentais de sociologia.	-Artigo individual com análise sobre temáticas sociais;
PLANO DE ENSINO ANUAL- SOCIOLOGIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
4º	Conhecer os diversos conceitos da política e refletir sobre a real participação nesses processos para a mudança social. diferentes manifestações culturais sob o princípio estético, político e ético.	políticas, -O que é representações de poder); -O estudo antropológico da cultura - Política- A política brasileira, culturais; -Respeito a sistema de diversidade representatividade cultural; - Patrimônio popular; -A política e a cidadania; -Aculturação.	-Pesquisa biográfica de políticos, músicas da cultura conhecidos; A política como fato social passível de pesquisa. marcós culturais expressos nas letras e harmonias musicais; - Aula expositiva e dialogada com os alunos/as; - Pesquisa da história dos partidos políticos antropológica no Brasil; orientada com os alunos/as- estranha impactos das ações do cotidiano	-Análise das fundamentais, músicas e criação da sociologia. -Trabalhos de pesquisa expositivas em grupo.	-Simulado do Enem com questões relacionadas ao conteúdo estudado durante todo o ano. com questões objetivas e discursivas.
1º		políticas, -O que é representações de poder); -O estudo antropológico da cultura - Política- A política brasileira, culturais; -Respeito a sistema de diversidade representatividade cultural; - Patrimônio popular; -A política e a cidadania; -Aculturação.	-Pesquisa biográfica de políticos, músicas da cultura conhecidos; A política como fato social passível de pesquisa. marcós culturais expressos nas letras e harmonias musicais; - Aula expositiva e dialogada com os alunos/as; - Pesquisa da história dos partidos políticos antropológica no Brasil; orientada com os alunos/as- estranha impactos das ações do cotidiano	-Análise dos conceitos fundamentais, músicas e criação da sociologia. -Trabalhos de pesquisa expositivas em grupo.	relacionadas ao conteúdo estudado durante todo o ano. com questões objetivas e discursivas.
	Construir uma visão mais crítica sobre a indústria cultural avaliando o papel ideológico na vida social.	-Industria cultural de massa -Papel ideológico do Marketing (consumismo e política) -Manobras culturais e políticas; -Crítica de culturas e política	-Solicitar aos alunos/as que lembrem de propagandas, layouts... e analisar conjuntamente com os alunos/as intencionalidades e inferências; -Realização de pesquisas direcionadas que redundarão em seminários-estilo painel; -Análise crítica de marketing- propagandas, embalagens, revistas, jornais, propagandas de internet, etc.	-Análise dos diálogos e formação de opinião dos alunos/as; - Desenvolvimento de pesquisa e criticidade a partir do referencial teórico dado.	-Apresentação oral e trabalho escrito.
2º		-Industria cultural de massa -Papel ideológico do Marketing (consumismo e política) -Manobras culturais e políticas; -Crítica de culturas e política	-Solicitar aos alunos/as que lembrem de propagandas, layouts... e analisar conjuntamente com os alunos/as intencionalidades e inferências; -Realização de pesquisas direcionadas que redundarão em seminários-estilo painel; -Análise crítica de marketing- propagandas, embalagens, revistas, jornais, propagandas de internet, etc.	-Análise dos diálogos e formação de opinião dos alunos/as; - Desenvolvimento de pesquisa e criticidade a partir do referencial teórico dado.	-Apresentação oral e trabalho escrito.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	

PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Compreender as transformações do mundo do trabalho geradas por mudanças na ordem econômica.	-O mundo do trabalho e as exigências sociais; -Processo de mais valia-valor do trabalho; -Tendências do mundo do trabalho; -O mercado de trabalho no município.	-Entrevista orientada sobre as intenções da turma sobre o mercado de trabalho; -Pesquisa sobre o mundo do trabalho e empreendedorismo regional; -Organização de artigos científicos sobre: “O mundo do trabalho”, para ser postado no o blog da turma.	-Organização do pensamento teórico e sua relação com a prática social dos alunos/as; Crítica e organização do pensamento.	-Trabalho em grupo e teste individual com questões objetivas e discursivas; Texto produzido para o blog.

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
4º	-Fortalecer a identidade social e política no contexto do Estado de Direito, para que haja reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão.	-A cidadania e o estado de Direitos; -Ação social e assistencialismo -Análise política do governo atual e seus impactos na sociedade; -Globalização da economia.	-Levantamento a nível de senso comum sobre direitos e deveres do cidadão; -Aula expositiva de acordo com as temáticas insurgentes; -Apresentar cenicamente as “marcas” sociais que identificam políticas assistencialistas do governo; -Elaboração de “frases de efeito” sintéticas com impacto in formativo para serem espalhadas na escola.	- Representação cênica e capacidade criativa associada a conceitos fundamentais da sociologia.	-Artigo individual com análise sobre temáticas sociais; -Produção individual e em grupo; Simulado do Enem com questões relacionadas ao conteúdo estudado durante todo o ano.

PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE					
APRENDIZAGEM	PROBLEMATIZAÇÃO	INSTRUMENTALIZAÇÃO			CATARSE E SÍNTESE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
		CONTEÚDO	PROCEDIMEN	RECURSOS	

ESPERAD A	(PRÁTICA SOCIAL)	S	TOS		
Construir uma visão crítica sobre a indústria cultural avaliando o papel ideológico na vida social.	<p>-Quantos gostam de uma coca-cola bem gelada?</p> <p>-Quando pensam na coca-cola lembram de quê?</p> <p>-Em quantos meios de comunicação há propagandas da coca-cola?</p> <p>-Você sabia que é o produto industrializado mais vendido no mundo?</p> <p>-A coca-cola faz bem para a saúde? Então por que é tão consumida?</p> <p>-Que outros produtos estão massivamente no marketing mas que trazem prejuízos matéricos e/ou psicológicos?</p>	<p>-Papel ideológico do Marketing – Consumismo</p> <p>-Definição de consumismo;</p> <p>-Definição de marketing;</p> <p>-A influência do marketing na formação de uma sociedade consumista;</p> <p>-O consumo consciente.</p>	<p>-Solicitar aos alunos/as que lembrem propagandas, layouts... e analisar conjuntamente com os alunos/as intencionalidades e inferências;</p> <p>-Leitura de texto de apoio com críticas ao consumismo da coca-cola.</p> <p>-Análise crítica do marketing e o incentivo ao consumismo consciente;</p> <p>Elaboração de pequeno texto escrito: O consumo consciente a despeito da propaganda massiva nas mídias.</p>	<p>-Texto de apoio impresso;</p> <p>Imagens de propagandas da coca-cola, envolvendo crianças e outros personagens;</p> <p>Celulares que estejam ligados na internet para pesquisa de propagandas.</p>	<p>FORMA: Análise dos diálogos e formação de opinião dos alunos;</p> <p>Desenvolvimento de pesquisa e criatividade a partir do referencial teórico dado.</p> <p>INSTRUMENTO: Texto escrito com tema dado.</p>

FILOSOFIA	
OBJETO DE ESTUDO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
Pensamento filosófico da humanidade na (re) significação	<ul style="list-style-type: none"> • Mito e Filosofia • Teoria do conhecimento

do mundo.	<ul style="list-style-type: none"> • A Ética • Filosofia e Política • Filosofia e Política • Filosofia e Ciência • Estética
-----------	--

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Mito e Filosofia	<ul style="list-style-type: none"> • Saber mítico • Saber filosófico • Relação mito e Filosofia • O que é Filosofia?
Teoria do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento • As formas de conhecimento • O problema da verdade • A questão do método • A lógica e a linguagem
Ética	<ul style="list-style-type: none"> • Ética e Moral • Pluralidade ética • Razão, desejo e vontade • Liberdade, autonomia e controle
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Filosofia Política	<ul style="list-style-type: none"> • Poder • Liberdade e igualdade política • Ideologia e política • Esfera pública e privada • Cidadania e democracia
Filosofia da ciência	<ul style="list-style-type: none"> • O que é ciência? • Método científico • Ideologia e ciência • Ciência e Ética
Estética	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito e natureza da Arte • Relação entre Filosofia e Arte • Categorias Estéticas • Estética e sociedade

PLANO DE ENSINO ANUAL-FILOSOFIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	Perceber e compreender a passagem do senso comum com a entrada da Filosofia como meio de compreensão e	Mito e Filosofia <ul style="list-style-type: none"> • Saber mítico; • saber filosófico; 	Oferecer situação(s) problema (s) que ilustre, visualize, perceba e compreenda a passagem do mito à Filosofia. Leitura e discussão	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as;

	direcionamento das problemáticas e desafios da realidade com um todo.		crítico-reflexiva de texto filosófico e complementar que fundamentem e esclareçam o conteúdo em discussão.	temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais.
2º	Perceber e compreender a passagem do senso comum com a entrada da Filosofia como meio de compreensão e direcionamento das problemáticas e desafios da realidade como um todo.	<ul style="list-style-type: none"> • Relação Mito e Filosofia • O que é filosofia? 	Leitura e discussão crítico-reflexiva de texto filosófico e complementares que fundamentem e esclareçam o conteúdo em discussão.	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	Conhecer noções elementares da lógica aristotélica; Interpretar o significado da linguagem simbólica no desenvolvimento da cultura humana, distinguindo símbolo e sinais.	Teoria do conhecimento: <ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento e as formas de conhecimento • O problema da verdade. 	Otimizar e possibilitar o raciocínio analógico, lógico e comparativo dos alunos frente ao tema em estudo.	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; sobre o nível de compreensão do texto discutido; Avaliação escrita; Produção textual, artística e culturais.
	Conhecer noções	<ul style="list-style-type: none"> • A questão 	Leitura, análise,	Percepcionar	Ficha de

4°	elementares da lógica aristotélica; Interpretar o significado da linguagem simbólica no desenvolvimento da cultura humana, distinguindo símbolo e sinais.	do método; <ul style="list-style-type: none"> A lógica e a linguagem. 	discussão e síntese de textos filosóficos e complementares que agucem a curiosidade e atenção dos alunos para o contexto proposto.	posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais
----	--	---	--	---	---

PLANO DE ENSINO ANUAL-FILOSOFIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1°	Compreender o conceito de ética e moral e sua abrangência sociopolítica e cultural; Perceber e entender conceitos essenciais ao estudo da ética e política.	Ética: <ul style="list-style-type: none"> Ética e moral; Pluralidade ética. 	Leitura, análise, discussão e síntese de textos filosóficos e complementares que agucem a curiosidade e atenção dos alunos para o contexto proposto..	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
	Compreender o conceito de ética e moral e sua abrangência	<ul style="list-style-type: none"> Razão, desejo e vontade; Liberdade, autonomia e controle. 	Otimizar e possibilitar o raciocínio analógico, lógico e comparativo dos alunos frente ao	Percepcionar posturas e perceber inferências	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento

2º	sociopolítica e cultural; Perceber e entender conceitos essenciais ao estudo da ética e política.		tema em estudo.	do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	o das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais.
3º	-Evidenciar a importância e a presença da Filosofia como caminho para o entendimento dos problemas da contemporaneidade e tendo como suporte a historicidade.	Filosofia e Política: -Poder; -Liberdade e igualdade política; -Ideologia política.	-Realizar atividades extraclasses, utilizando meios como celular para gravação de entrevista previamente elaboradas.	- Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: -Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; -Auto avaliação	-Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; -avaliação oral; -Avaliação escrita; -Produção textual, artística e culturais
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
4º	Evidenciar a importância e a presença da filosofia como caminho para o entendimento dos problemas da contemporaneidade tendo como suporte a historicidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Esfera pública e privacidade; • Cidadania e democracia. 	Formatação de um quadro demonstrativo com o resultado das pesquisas de campo (entrevista).	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais

				individual e/ou coletivos; Auto avaliação	
--	--	--	--	--	--

PLANO DE ENSINO ANUAL-FILOSOFIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	Compreender o conceito de ciência e suas características e abrangência; Conhecer o método científico e suas possibilidades	-O que é ciência; -Métodos e ciência.	Leitura, análise, discussão de textos referentes ao surgimento da ciência e sua importância para a sociedade.	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais
2º	Relacionar e perceber o entendimento da ciência , ideologia e ética.	-Ideologia e ciência; -Ciência e ética..	Apresentar situação problema fazendo uso da aplicação dos métodos.	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; Auto avaliação	Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; avaliação oral; Avaliação escrita; Produção textual artística e/ou culturais.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: FILOSOFIA	

PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Conhecer o conceito e a natureza da arte. -Identificar a relação entre Arte e Filosofia.	-Conceito da natureza da Arte; -Relação entre Filosofia e Arte.	-Leitura, análise e discussão de textos, imagens, cartuns referentes à estética enquanto ciência da arte grega(Hegel); -Produção artística e/ou como expressão das categorias estéticas.	-Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: -Auto correção nas discussões e debates; -Produção individual e/ou coletivos; -Auto avaliação	-Ficha de observação; -Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; -Avaliação oral; -Avaliação escrita; -Produção textual, artística e culturais
4º	-Entender o conceito de estética à luz da filosofia e sua relação com a sociedade.	-Categorias estéticas; -Estética e sociedade.	-Leitura, análise e discussão de textos, imagens, cartuns referentes à estética enquanto ciência da arte grega(Hegel); -Produção artística e/ou como expressão das categorias estéticas.	Percepcionar posturas e perceber inferências do(s) aluno (a) (s) frente aos temas: -Auto correção nas discussões e debates; Produção individual e/ou coletivos; -Auto avaliação	-Ficha de observação; Quadro de acompanhamento das avaliações conceituais dos alunos/as; -Avaliação oral; -Avaliação escrita; -Produção textual artística e/ou culturais

PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE					
APRENDIZAGEM ESPERADA	PROBLEMATIZAÇÃO (PRÁTICA SOCIAL)	INSTRUMENTALIZAÇÃO			CATARSE E SÍNTESE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
		CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS	RECURSOS	

<p>-Perceber a diferença entre mito e filosofia; -Entender o papel do mito para o homem; -Perceber a relação do mito a linguagem científica; -Entender a diferença entre mito e história.</p>	<p>-Você conhece alguns mitos? -Qual o papel do mito para o homem? -Qual a diferença entre mito para o homem? -O que seriam as fábulas?</p>	<p>-Mito e Filosofia; -Saber mítico; -Saber filosófico; -Relação entre mito e filosofia; -O que é Filosofia?</p>	<p>-Discursos e construção de ideias a partir dos questionamentos de problematização ; -Leitura, análise e discussão de textos filosóficos e complementares; -Comparar, depois da consulta junto ao professor de história, o mito entre os povos de ontem e hoje; -Identificar o mito nas várias disciplinas: ciências, matemática e física; -Pesquisar fábulas, por exemplo, junto ao professor; -Com o professor de Arte, pede-se exemplo a história de um mito ou uma fábula.</p>	<p>-Textos filosóficos sobre o mito da caverna; Como material complementar, história em quadrinhos sobre o mito da caverna; -Texto filosófico sobre o mito de Prometeu e Pandora; Material adquirido através de recurso interdisciplinar.</p>	<p>-Observação de inferências dos alunos em sala de aula; -Análise e discussão em sala de aula; -Auto correção; -Registro escrito; -Exposição de material didático; -Estudo ampliado; -Apresentação de atividades artísticas e cultural.</p>
---	---	--	--	---	--

HISTÓRIA	
OBJETO DE ESTUDO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
<p>História, Sociedade e Relações de Trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caminhos da História • Civilizações do Crescente Fértil; • Civilização Grega • O Império de Alexandre • Civilização Romana e as migrações bárbaras • Império Bizantino e o mundo árabe • Os Reinos Francos e a Dinastia Carolíngia • Feudalismo • Renascimento comercial urbano • A América antes da conquista • As sociedades maia, inca e asteca • Sociedades africanas da região subsaariana até o século XV • Expansão européia nos séculos XV e XVI: características econômicas, políticas, culturais e religiosas. • A formação do mercado mundial. • Europa no início da Idade Moderna • O Encontro entre os europeus e as diferentes civilizações da Ásia, África e

	América
--	---------

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Estado e relações de Poder	<ul style="list-style-type: none"> • Absolutismo na Europa Ocidental • Bases da formação da América Portuguesa • Colonização do Maranhão • Escravidão e formas de resistência indígena e africana na América Portuguesa. • Fundação de São Luís e a batalha de Guaxenduba. • Iluminismo e Liberalismo: Revoluções Inglesa (Século XVIII) e Independência dos Estados Unidos. • Império Napoleônico; • Revolta de Beckman • Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (Século XVIII) e Escravidão Africana • A Revolução Industrial Inglesa (Século XVIII) e Escravidão Africana • A Revolução Industrial Inglesa (Século XVIII e XIX) • Processos políticos e sociais no séculos XIX na Europa. • Independências na América Latina; • Adesão do Maranhão à Independência do Brasil • Regência e Revoltas no Brasil • O Brasil republicano • Imperialismo • Conflitos entre os países imperialistas e a I Guerra Mundial • A Revolução Russa e o Stalinismo • Totalitarismo: os regimes nazifascistas • A crise econômica de 1929 • A Guerra Civil Espanhola • A II Guerra Mundial • A Guerra Fria e os Golpes militares na América latina • A Descolonização da África e da Ásia
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
História, Memória e Identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais e políticos na América Latina e Brasil nas décadas de 1950 e 1960; • O Maranhão dos Coronéis e dos grandes Projetos; • As manifestações culturais de resistência aos governos autoritários nas décadas 1960 e 1960. • O papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta pela redemocratização brasileira • Redemocratização no Brasil • Movimentos sociais e defesa dos direitos civis no Brasil Contemporâneo. • O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial • A Crise permanente no Oriente Médio: As Guerras do Golfo, do Afeganistão e do Iraque; • Nova conjuntura política econômica mundial: crise nos EUA, na Europa e emergência da China; • Grupos extremistas e terrorismo no mundo; • A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da Sociedade brasileira; • História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira

	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil: Desafios para crescimento com equidade social • Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade- Cultura material e imaterial; • Patrimônio e diversidade cultural no Brasil.
--	---

PLANO DE ENSINO ANUAL-HISTÓRIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	-Reconhecer o papel do indivíduo como sujeito e produto histórico; -Compreender o processo de construção das identidades social e individual nas temporalidades históricas; -Buscar relações indentitárias com as gerações passadas; -Compreender o tempo histórico como construção social e cultural.	- Caminhos da História; - Civilizações do crescente Fértil - Civilização Grega - O império de Alexandre	- Pesquisa em fontes variadas como: sítios arqueológicos, plantas urbanas, mapas, vestimentas, objetos cerimoniais e rituais; -Exibição de vídeos e documentários, referentes aos conteúdos estudados de texto ; -Leitura e discussão crítico-reflexiva histórico e complementar que fundamentem e esclareçam o conteúdo em discussão.	- Seminário -Pesquisa em diferentes fontes históricas; -Produção Textual e leitura de imagens; -Exibição de filmes - Debate	- Produções individual em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; - Resenha; -Ficha de registro;
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
2º	- Reconhecer fontes documentais de natureza diversas; -Identificar os diferentes ritmos de duração temporal ou a várias temporalidades (acontecimentos breves, conjunturais e estruturais) -Estabelecer as relações entre permanências e transformações nos processos históricos	-A civilização Romana e as migrações bárbaras; -Império Bizantino e o Mundo Árabe; -Os Francos e o Império de Carlos Magno -Feudalismo	-Atividade para diagnosticar o conhecimento prévio do aluno; -Atividades com diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias); -Levantamento, organização de dados e elaboração de mapas e linhas do tempo.	- Seminários; - Pesquisas em diferentes fontes históricas; - Produção Textual; -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate	-Produções individual e em grupo; - Avaliação em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; Ficha de registro.

3º	-Identificar e extrair informações das diversas fontes documentais e interpretá-las. Comparar problemáticas atuais com problemas de tempos remotos; Identificar momentos de ruptura ou de irreversibilidade no processo histórico.	Feudalismo Renascimento comercial e urbano; A América antes da conquista; As sociedades maia, Inca e Asteca Sociedades africanas da região subsaariana até o século XV	-Confecção de painel sobre modos de vida e de costumes de diferentes sociedades; Debate sobre questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos; Identificar diferentes posições defendidas por grupos e instituições para solução d e problemas sociais e econômicos;	- Seminários; Pesquisas em diferentes fontes históricas; Produção Textual; Leitura de imagens; Exibição de Filmes; Debate	-Produções individual e em grupo; Avaliação escrita; Texto; Resenha; Ficha de registro
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS

PLANO DE ENSINO ANUAL-HISTÓRIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	-Compreender os conceitos como categorias analíticas que auxiliam na indagação das fontes e das realidades históricas. -Considerar a dinâmica dos conceitos que adquirirem especificidades a partir da construção de representações.	-Renascimento -Reforma Religiosa -Absolutismo na Europa ocidental -Relações Europa x Novo Mundo -Bases da Formação da América Portuguesa -Colonização do Maranhão	-Oferecer situações que possibilitem diagnosticar o conhecimento prévio do aluno; -Atividades com diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias; -Trabalhar com documentos variados como: sítios arqueológicos, plantas urbanas, mapas, vestimentas, objetos cerimoniais e rituais.	- Seminários em diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate.	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
	-Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa.	-Escravidão e formas de resistência indígena e	-Estimular procedimentos de pesquisa, organização de informações	- Seminários -Pesquisa em	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em

2º	-Identificar o papel das diferentes linguagens: escrita, pictórica, fotográfica, oral, eletrônica, etc.	portuguesa na América Portuguesa; -Fundação de São Luis e a Batalha de Guaxenduba; -Iluminismo e Liberalismo; -Revoluções inglesa (Século XVII); Francesa (século XVIII) e Independência dos Estados Unidos. -Império Napoleônico; -Revolta de Beckman; -Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (século XVIII); -Comércio de escravos africanos para o Maranhão.	coletadas; -Promover estudos sobre diferentes modos de vida e de costumes; -Debater questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos.	diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate.	grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos; -Compreender textos de natureza histórica(obras de historiadores, materiais didáticos).	-A Revolução Industrial inglesa(séculos XVIII e XIX); -Processos políticos e sociais no século XIX na Europa; - Independências na América Latina; -Adesão do maranhão à Independência	-Realizar atividades em grupo para identificar diferentes posições defendidas por grupos e instituições; -Interpretação de mapas e gráficos referentes aos conteúdos; -Leitura e interpretação de imagens, charges e etc.	- Seminários -Pesquisa em diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate.	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro.

		do Brasil; -Regências e Revoltas no Brasil.			
4º	-Organizar a produção do conhecimento; -Reconhecer os diferentes agentes sociais e os contextos envolvidos na produção do conhecimento histórico; -Compreender o passado como construção cognitiva que se baseia em registros deixados pela humanidade e pela natureza.	-Segundo Reinado no Brasil; -O Brasil Republicano; -Imperialismo; -Conflitos entre os países imperialistas e a I Guerra Mundial; -Revolução Russa e o Stalinismo; -Totalitarismo: Os regimes nazi-fascistas.	-Distinguir os padrões de medidas de tempos e construir periodizações para os temas; -Ler e discutir de forma-crítico-reflexiva textos complementares que aprofundem o conteúdo em discussão. -Solicitar resumos orais ou em forma de textos, imagens, gráficos,, linhas do tempo; propor a criação de murais, exposições e estimular a criatividade expressiva.	-Pesquisas em diferentes fontes históricas; -Produção Textual; -Leitura de imagens; -Exibição de Filmes; -Debate	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro.

PLANO DE ENSINO ANUAL-HISTÓRIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	-Observar as relações de poder nas diversas instâncias da sociedade, como as organizações do trabalho, as instituições da sociedade organizada: sociais, políticas, étnicas e religiosas; -Perceber como o jogo das relações de dominação, subordinação e resistência fazem parte das construções políticas, sociais e econômicas.	-A crise de 1929 -A Guerra Civil Espanhola -II Guerra Mundial; -O Período Vargas -O mundo pós-Segunda e a Guerra Fria -Movimentos Sociais e políticos na América Latina e Brasil nas décadas de 1950 e 1960	-Atividade para diagnosticar o conhecimento prévio do aluno; -Aulas expositivas, com apoio de livros, textos complementares, imagens e outros materiais didáticos -Atividades com diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, fotografias).	- Seminários -Pesquisa em diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate.	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS	CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS	FORMA	INSTRUMENTOS

	BÁSICAS	BÁSICOS	METODOLÓGICOS		
2º	-Compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais, religiosas, de gerações e de classes como manifestações culturais por vezes conflitantes; Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos a partir das categorias e dos procedimentos.	-A Guerra Fria e os Golpes Militares na América Latina -Descolonização da África e da Ásia -O Maranhão dos Coronéis e dos grandes Projetos; -As manifestações culturais de resistência aos governos autoritários nas décadas de 1960 e 1970; -O papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta pela redemocratização do povo brasileiro.	-Criação de murais, exposições e estimular a criatividade expressiva; -Leitura compartilhada e produção textual; -Leitura de imagens, gráficos e linhas do tempo.	- Seminários -Pesquisa em diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate.	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro.
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: HISTÓRIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Identificar o papel e a importância da memória histórica para a vida da população e suas raízes culturais; -Compreender textos de natureza histórica(obras de historiadores, materiais didáticos).	- Redemocratização no Brasil; -Movimentos sociais e defesa dos direitos civis no Brasil contemporâneo -O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; -A crise permanente no Oriente Médio: A Guerra do Golfo, do Afeganistão e do Iraque; -Nova conjuntura política e econômica mundial: Crise nos EUA, na	-Pesquisas sobre temas propostos; -Interpretação de mapas e gráficos referentes aos conteúdos; -Leitura e interpretação de imagens, charges e etc.	- Seminários -Pesquisa em diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate.	-Avaliação oral sobre nível de compreensão do texto discutido; -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro.

		Europa e emergência da China.			
4°	C	<ul style="list-style-type: none"> -Grupos extremistas e terrorismo no mundo; -A luta dos negros no Brasil e a o negro na formação da sociedade brasileira; -História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira; -Brasil: Desafios para crescimento com equidade social; -Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade – Cultural material e imaterial; -Patrimônio e diversidade cultural no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> -Atividades extra classe: visitas a museus, bibliotecas, construções e lugares históricos; -Ler e discutir de forma crítico-reflexiva textos complementares que aprofundem o conteúdo em discussão; -Criação de murais, exposições e estimular a criação expressiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seminários -Pesquisa em diferentes fontes históricas; -Produção textual -Leitura de imagens; -Exibição de filmes; -Debate. 	<ul style="list-style-type: none"> -Produções individual e em grupo; -Avaliação escrita; -Texto; -Resenha; -Ficha de registro

PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE						
APRENDIZAGEM ESPERADA	PROBLEMATIZAÇÃO (PRÁTICA SOCIAL)	INSTRUMENTALIZAÇÃO			CATARSE E SÍNTESE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
		CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS	RECURSOS		
<ul style="list-style-type: none"> -Conhecer o papel do Maranhão no contexto das reformas pombalinas; -Relacionar a existência da escravidão a diferentes espaços e temporalidades. 	<ul style="list-style-type: none"> -Exibição de vídeo sobre o tema; -Quantos alunos já ouviram falar da escravidão? -Que atividades eram desenvolvidas pelos escravos? -Quanto tempo durava uma viagem da África para esta região? 	<ul style="list-style-type: none"> -O Maranhão na rota do tráfico de escravo africano; -A necessidade de mão-de-obra e o papel da Companhia de Comércio; -As reformas pombalinas; -O cenário das 	<ul style="list-style-type: none"> -Discutir questões do cotidiano e suas relações com contextos mais amplos; -Relacionar a formação étnica do Maranhão com o contingente de cativos africanos comercializados para a região; -Compreender a 	<ul style="list-style-type: none"> -Textos de apoio; -Imagens de escravos africanos. 	<ul style="list-style-type: none"> -FORMA -Análise dos debates, forma de expressão e organização das idéias relacionadas ao referencial trabalhado na aula. 	

		trocas internacionais de mercadorias.	transição da economia maranhense: da subsistência ao cenário das trocas internacionais.		- INSTRUMENTO -Produção Textual
--	--	---------------------------------------	---	--	--

GEOGRAFIA

OBJETO DE ESTUDO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
Espaço Geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e representação do espaço geográfico; • Ambiente natural e seu reflexo na ocupação do espaço geográfico; • As relações sócio espaciais e a estruturação do espaço geográfico e a estruturação do espaço geográfico; • O impacto da evolução tecnológica sobre o (re) ordenamento geopolítico e econômico do espaço geográfico.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Organização e representação do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço, paisagem, lugar, região e território; • O espaço geográfico e a materialização dos tempos históricos; • Noções de astronomia; • Localização e orientação; • Projeções cartográficas; • O espaço e suas representações; • Cartografia temática; • Cartografia e a evolução tecnológica; • Regionalização do espaço geográfico
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS BÁSICOS
Ambiente natural e seu reflexo na ocupação do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • O sistema Terra e suas inter-relações entre seus subsistemas: litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera. • Tectônica das placas • A morfogênese do relevo terrestre e sua ocupação pelo ser humano; • As condições naturais do planeta e suas interações ambientais e sociais; • Meio ambiente e sociedade • Domínio morfoclimático e biomas: características, importância, aproveitamento e condições ambientais.
As relações sócio espaciais e a (re) estruturação do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Povoamento e expansão territorial brasileira. • A questão agrária e a organização do espaço no Brasil • O urbano e o rural: relações de interdependência; • Dinâmica populacional e a (re) estruturação sócio espacial; • Desigualdades sócio espaciais; • Urbanização e a estruturação do espaço geográfico; • Industrialização e seu reflexo no espaço geográfico; • Setores produtivos e a organização da sociedade; • Matriz energética as questões ambientais; • Comunicação e transporte no mundo globalizado.

PLANO DE ENSINO ANUAL-GEOGRAFIA

ETAPA DE ENSINO: ENSINO	ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE	DISCIPLINA: GEOGRAFIA
--------------------------------	-----------------------------	------------------------------

MÉDIO					
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.	-Espaço, paisagem, lugar, região e território; -O espaço geográfico e a materialização dos tempos históricos; -Noções de astronomia; -Tectonia das placas; -Localização e orientação	-Propor situações-problema que trate de questões relacionadas à categoria de lugar como espaço de identificação do indivíduo; -Análise do espaço vivido pelo aluno e suas macro relações com paisagem e território(aula expositiva) -Articular os conceitos da geografia com a observação, descrição e organização de dados e informações do espaço (leitura de imagens); Elaboração e registro de síntese pelos alunos/as; Produções textuais, visuais e ou audiovisuais; Realização de atividades em sala com uso de mapas e/ou aplicativos smathphones.	-Observação das relações estabelecidas pelos alunos entre os conceitos teóricos de geografia e sua realidade social; -Análise da influência dos eventos da natureza e da sociedade na (re) construção do espaço geográfico; -Clareza, coerência e organização das informações na síntese escrita; -Domínio do conteúdo e aplicação dos conteúdos trabalhados na leitura de imagem.	-Produções: textuais, visuais e audiovisuais; -Síntese escrita; -Atividades em sala
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
2º	Identificar nas diferentes paisagens a materialização de aspectos históricos, geográficos, sociais e as relações de poder.	-Projeções cartográficas -O espaço e suas representações -Cartografia temática -Cartografia e a evolução tecnológica; Regionalização do espaço geográfico	-Propor questionamento acerca do uso das representações cartográficas utilizadas pelas diversas mídias; -Estudo de conteúdo cartográfico a partir dos panfletos de propaganda de empreendimentos imobiliários locais; -Análise da linguagem	-Observação do domínio pelo aluno, da linguagem cartográfica e seus usos; -Análise da influência dos eventos da natureza e da sociedade na (re) construção do espaço	-Produção textual por equipe; Exercício -Análise da maquete

			<p>cartográfica, destacando suas intencionalidades (produção textual por equipe);</p> <p>-Atividade de leitura e interpretação de mapas (exercício);</p> <p>-Construção de maquete com aplicação de escala e convenções cartográficas.</p>	<p>geográfico</p> <p>-Clareza, objetividade e capacidade de síntese na produção coletiva de texto;</p> <p>-Domínio dos conhecimentos cartográficos e sua aplicabilidade na vida cotidiana.</p>	
--	--	--	--	--	--

PLANO DE ENSINO ANUAL-GEOGRAFIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.	<p>-O sistema Terra e as inter-relações entre seus subsistemas;</p> <p>-A morfogênese do relevo terrestre e sua ocupação pelo ser humano;</p> <p>-Domínio morfoclimáticos e biomas: características, importância, aproveitamento e condições ambientais.</p>	<p>-Questionamentos acerca da ocupação humana nos diversos tipos de ambientes naturais e suas interferências na dinâmica da natureza;</p> <p>-Realização de atividades de estudo do meio;</p> <p>-Criação de um fórum virtual de debate e publicação das produções dos alunos/as utilizando as redes sociais (facebook) sobre os assuntos estudados;</p> <p>-Realização de atividades escrita com questões objetivas e subjetivas;</p> <p>-Concepção e produção de vídeo-minuto sobre a influência das condições naturais no cotidiano das comunidades locais</p>	<p>-Capacidade de diagnosticar e interpretar os efeitos da ação humana nos ambientes naturais;</p> <p>-Análise da qualidade das inferências e produções existentes no fórum virtual;</p> <p>-Observação do desempenho dos alunos/as na atividade escrita;</p> <p>-Domínio e aplicação dos conteúdos durante a concepção e criação do material audiovisual.</p>	<p>-Fórum virtual e publicação;</p> <p>-Atividade escrita;</p> <p>-Material audiovisual</p>
ETAPA DE ENSINO: ENSINO		ANO /SÉRIE: 1ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	

MÉDIO					
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
4º	Compreender as transformações que ocorrem no espaço geográfico como resultado das relações sociais estabelecidas e construídas historicamente.	- o urbano e o rural: relações de interdependência; -Crescimento, estrutura e mobilidade da população mundial; -Territorialidades no espaço urbano; -Urbanização e a estruturação do espaço geográfico.	-Propor situações-problema que trate de questões relacionadas as diferentes espaços geográficos; -Estudo a partir de materiais divulgados pelas diversas mídias sobre os espaços urbanos e rural (estudo de texto); -Exibição, análise e debate de filme /ou vídeo de curta metragem que trate do assunto abordado. -Produção de um artigo de opinião por grupo; -Atividade de leitura e interpretação de mapas (exercício).	- Capacidade de diagnosticar e interpretar os efeitos da ação humana nos ambientes naturais; -Análise da qualidade das inferências dos alunos durante os estudos de texto; -Relacionar os conteúdos trabalhados em sala com o tema abordado no filme e /ou vídeo; -Analisar criticamente as contradições que se manifestam espacialmente, a partir dos processos produtivos e de consumo.	-Artigo de opinião; Estudo de texto e exercício escrito.

PLANO DE ENSINO ANUAL-FILOSOFIA					
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	-Compreender a relação existente entre os elementos culturais e o meio ambiente na construção das identidades (nacional, regional, local).	-Regionalização do espaço geográfico nacional; -Povoamento e expansão territorial brasileira; -A questão agrária e a	-Analisar o processo de formação do estado-nação brasileiro através da leitura e interpretação de mapas; -Elaboração de painel sobre a formação e dinâmica territorial	-Das diferentes formas de ocupação do território brasileiro através da história; -Organização territorial do Brasil	-Painel-síntese; -Relatório síntese.

		organização do espaço no Brasil; -A morfogênese do relevo brasileiro e sua ocupação pelo ser humano.	desde a colonização até a inserção do Brasil na economia global; -Análise do espaço geográfico do ponto de vista do relevo brasileiro e sua ocupação; -Mapear os resultados pesquisados e produzir relatório/síntese.	atualmente; -Capacidade de relacionar o processo de modernização das atividades agrícolas com o aumento do êxodo rural no Brasil; -Clareza, coerência e organização das informações no painel-síntese; - Clareza, coerência e organização das informações na síntese escrita.	
ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
2º	-Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.	-Os subsistemas: litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera nacionais e suas interações; -Domínios morfoclimáticos e biomas brasileiros; -A política ambiental brasileira.	-Exibir informações geográficas expressas em diferentes linguagens sobre o processo de ocupação dos meios físicos; -Aula expositiva com uso de documentários; -Elaborar quadro sinótico relacionando o tipo de clima com o tipo de vegetação; -Criar um fórum de debate utilizando as redes sociais (facebook), para discussão dos assuntos estudados em sala; Produzir vídeos-minuto que retratem as relações econômicas entre campo e cidade.	-Identificar as características naturais dos biomas brasileiros; -Capacidade de perceber a relação existente entre a distribuição das formações vegetais e os tipos de clima; -Análise crítica do resultado das ações humanas sobre o meio ambiente; -Análise da qualidade das inferências durante o fórum; -Relacionar	-Quadro sinótico; -Fórum de debate; -vídeos-minuto

				atividade industrial à transformações na produção agrícola	
--	--	--	--	--	--

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Analisar diferentes processos de produção ou circulação e riquezas e suas implicações sócio espaciais , reconhecendo as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de ocupação dos espaços.	-Desigualdades sócias espaciais no espaço geográfico brasileiro; -Urbanização e organização do espaço geográfico nacional; -A industrialização e seu reflexo na ocupação do território nacional; - Setores produtivos e a organização da sociedade brasileira.	-Questionamentos a respeito da realidade social, política, econômica, nacional, com uso de vídeos, propagandas, panfletos publicitários, charges e tiras. -Debate dirigido sobre temas atuais relacionados ao processo de metropolização e a hierarquia urbana no Brasil; -Realização de atividades de pesquisa com uso de aplicativos de smathphones; - Organização, síntese escrita e apresentação dos resultados da pesquisa; -mostra de trabalhos através de painel de fotos sobre as modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.	-Análise de fenômenos geográficos expressos em diferentes linguagens; -Clareza, coerência e organização das imagens no painel de fotos; -Domínio e aplicação dos conteúdos à situação da vida cotidiana; -Análise da distribuição da população economicamente ativa por setores de atividade econômica.	-Síntese escrita; -Painel de fotos -Debate dirigido.

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 2ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
	-Compreenderas transformações que ocorrem no espaço geográfico como resultado das	-O Brasil no comércio internacional; -Matriz energética das	- Propor situações- problema que trate da situação econômica doBrasil frente às potências mundiais;	-Avaliar criticamente a inserção do país na economia	--Relatório de pesquisa; -Estudo dirigido; -Interpretação de textos, gráficos, tabelas e mapas.

4º	relações sociais estabelecidas e construídas historicamente.	<p>questões ambientais no Brasil;</p> <p>-os meios de comunicação e transportes no Brasil e no mundo globalizado.</p>	<p>-Pesquisa em grupo no site do BNDES sobre a importância das exportações de produtos brasileiros para a inserção do país na economia global;</p> <p>-Pesquisa, análise e interpretação de textos, gráficos, tabelas e mapas;</p> <p>-Exibição, análise e debate sobre o filme “Energia em São Paulo”</p> <p>-Estudo dirigido com notícias de jornais e revistas sobre os meios de comunicação e os transportes em diferentes escalas.</p>	<p>global;</p> <p>- Capacidade de identificar e analisar criticamente a infraestrutura para a geração de energia no Brasil e sua importância para o setor industrial;</p> <p>- Elaboração, realização, organização e análise dos dados de pesquisa;</p> <p>- Domínio do conteúdo e aplicação dos conceitos trabalhados na produção de texto.</p>	
----	--	---	---	--	--

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
1º	-Compreender as transformações que ocorrem no espaço geográfico como resultados das relações sociais estabelecidas e construídas historicamente.	<p>- Regionalização do espaço geográfico mundial;</p> <p>-Ordenamento geopolítico mundial;</p> <p>-Ordenamento geopolítico;</p> <p>Globalização</p> <p>-Modelo econômico e</p>	<p>-Questionamentos a respeito da realidade social, política, econômica a partir de vídeos, propagandas, panfletos publicitários, charges e tiras;</p> <p>-Aula expositiva com uso de infográficos que retratem a (re) ordenação geopolítica mundial;</p> <p>-Construir um fórum</p>	<p>-Análise de fenômenos geográficos expressos em diferentes linguagens;</p> <p>-Análise da qualidade das inferências durante o fórum</p>	<p>-Fórum virtual;</p> <p>-Painel-síntese;</p> <p>-Produção textual.</p>

		políticas industriais nacionais; -comércio internacional	virtual de debate utilizando as redes sociais (facebook) , sobre assuntos estudados; -Construção coletiva de um painel-síntese retratando os modelos econômicos e as políticas industriais adotados no país; -Produção de textos dissertativos.	virtual; -Clareza, coerência e organização das informações no painel-síntese; -Domínio do conteúdo e aplicação dos conteúdos trabalhados na produção de texto.	
--	--	---	---	--	--

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
2º	-Compreender o significado histórico geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.	-Mercados regionais; -O Brasil no comércio internacional; -Urbanização e a estruturação do espaço geográfico; _ Comunicação e transporte no mundo globalizado; -O sistema de transporte nacional	-Análise de situação-problema que trate da estruturação do espaço geográfico em escala local; -Aula expositiva com uso de vídeos e/ou documentários; -Exibição e análise do documentário sobre “Mobilidade urbana”/ canal NBR; -Pesquisa em grupo sobre os temas estudados, considerando a realidade local; -Produção de portfólio por grupo; -Seminários temáticos	-Compreensão do papel das sociedades no processo de produção em suas diversas escalas; -Capacidade de diagnosticar, interpretar e analisar criticamente as contradições que se manifestam espacialmente, a partir dos processos produtivos e de consumo.	-Portfólio impresso -Seminário temático

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
3º	-Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio espaciais, recorrendo a transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de ocupação dos espaços.	-Os atuais fluxos de informação/comunicação e as novas territorialidades; -As redes sociais e sua influência nas relações econômicas, sociais e culturais atuais; -Dinâmica populacional; - Crescimento e estrutura da população; - Desigualdades sócio espaciais; -Mobilidade populacional	-Propor situação-problema que trate dos usos atuais das redes sociais e desigualdades sócio espaciais; - Exibição do filme “Desligados”; O lado anti- social das redes sociais; -Discutir a influência das redes sociais na sociedade atual a partir do filme exibido; -Produção de texto dissertativo; -Pesquisa em grupo, interdisciplinar sobre crescimento, estrutura, desigualdades e mobilidade da população de seu município; -Mostra coletiva através de painéis orais, vídeos, documentários, filmes longa-metragem.	-Análise das novas relações sociais estabelecidas com o advento da internet 2.0; -Elaboração, realização, organização e análise dos dados da pesquisa interdisciplinar; -Domínio do conteúdo e aplicação dos conteúdos trabalhados na produção de texto.	-Produção textual _Mostra coletiva - Avaliação escrita

ETAPA DE ENSINO: ENSINO MÉDIO		ANO /SÉRIE: 3ª SÉRIE		DISCIPLINA: GEOGRAFIA	
PERÍODO	APRENDIZAGENS BÁSICAS	CONTEÚDOS BÁSICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FORMA	INSTRUMENTOS
4º	-Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história e em suas diferenças espaciais.	- Ecossistemas naturais e o avanço da globalização; -Matriz energética e as questões ambientais; -A questão ambiental; Conferências, debate, acordos, protocolos;	-Questionamentos acerca da ocupação humana nos diversos tipos de ambientes naturais e suas interferências na dinâmica da natureza; -Realização de atividades de estudo do meio; -Produção de um artigo de opinião; -Pesquisa, análise e interpretação de	-Capacidade de identificar particularidades de uma paisagem, lugar ou território a partir das ações antrópicas ali realizadas; -Análise da relação de reciprocidade entre o processo de	- Artigo de opinião; Portfólio/quadro-síntese.

		<p>-Política ambiental brasileira.</p>	<p>textos, gráficos, tabelas e mapas; -Comparar as vantagens e desvantagens econômicas e ambientais das diversas fontes de energia; (atividade em sala); -Produção de portfólios por equipe sobre: conferências, debate, acordos, protocolos e política ambiental brasileira com quadro síntese e ilustrações.</p>	<p>ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem; -Domínio do conteúdo e aplicação dos conteúdos trabalhados na produção de texto.</p>	
--	--	--	--	---	--